

Experiências em Psicologia e Políticas Públicas

**Caderno do II Prêmio Margarete
de Paiva Simões Ferreira**



Experiências em Psicologia e Políticas Públicas

Experiências em Psicologia e Políticas Públicas

**Caderno do II Prêmio Margarete
de Paiva Simões Ferreira**

Rio de Janeiro, 2010

Realização:



Conselho Regional de Psicologia
do Rio de Janeiro

Organização | Vivian de Almeida Fraga [CRP 05/30376]
Lindomar Expedito Silva Darós [CRP 05/20112]
Cláudia Durce Alvernaz Harari [CRP 05/17507]
Beatriz Adura Martins [CRP 05/34879]

Projeto gráfico e diagramação | Maíra Lacerda

Revisão | Bárbara Skaba e Felipe Simões

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Experiências em Psicologia e políticas públicas / Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – (2010). Rio de Janeiro, CRP 05, 2010.

Anual

ISSN 2175-1072

1. Psicologia 2. Políticas públicas I. Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

CDD 150

Sumário

Editorial	08
Lygia Santa Maria Ayres - conselheira-presidente do CRP-RJ	
Categoria Profissional	
“Tudo que é imaginário tem, existe, é”:	11
Delirando uma vida nos ambulatórios de saúde mental	
Adriana Rosa Cruz Santos	
INterVENTAR: Um outro modo de intervir em	27
políticas públicas juvenis	
Alice de Marchi Pereira de Souza	
Os CAPS, a promoção de (Re) inserção social e a contribuição	45
possível de um profissional “psi” no campo da saúde mental	
Talita Barros Pereira de Araujo Miranda	
Categoria Estudante	
Políticas públicas para o ensino superior e suas representações	63
midiáticas: Analisando a produção de sentidos e o papel	
político-social dos jornais	
André Werneck Barrouin	
(Co)lecionadores de histórias	79
Maria Clara Alves De Barcellos Fernandes	
Análise clínica e epidemiológica do ambulatório de adultos	95
do Instituto Municipal Nise da Silveira	
Liria Valverde	
Pareceristas	106
XII Plenária do CRP-RJ	108

Editorial

**Lygia Santa Maria Ayres [CRP 05/1832]
Conselheira-Presidente do CRP-RJ**

É extremamente gratificante poder compartilhar com a categoria profissional e com a sociedade de forma geral mais uma edição do Caderno do Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira.

Tal assertiva se prende aos compromissos por nós assumidos em campanha, entre eles o de afirmar a transparência e a construção coletiva. Dar visibilidade às práticas psicológicas, bem como provocar a categoria profissional a pensar nos efeitos que nossas práticas produzem no mundo, em nós e na vida das pessoas foram e são pilares de nossa gestão no Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região. Tal proposta se materializa, entre outros espaços, na Mostra de Psicologia,

evento instituído em 2007. No quarto ano de sua criação, já percebemos que a Mostra vem se fortalecendo como um dispositivo de troca, reflexão e integração da categoria. Ano após ano, o número de participantes cresce e as discussões se intensificam.

Um outro ponto alto desse encontro é a entrega do Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira, que contempla trabalhos ligados às práticas *psi* atravessadas pelas políticas públicas nas categorias estudante e profissional. Por políticas públicas, entendemos um público que não signifique exclusivamente “do Estado”, e sim que fale de um plano comum no qual circulam forças de coletivos que assim se fazem pela experimentação concreta.

Retomando a encomenda a mim endereçada, ou seja, a de redigir o texto introdutório da publicação do II Prêmio, parabenizo os autores, pois as obras vencedoras - tanto as da categoria estudante quanto as dos profissionais - brilham pela seriedade com que sustentam suas ferramentas de trabalho (corpo teórico) em prol da autonomia do cidadão.

No universo estudante, o primeiro trabalho, *Políticas Públicas para o ensino superior e suas representações midiáticas*, problematiza, negando a neutralidade discursiva, como os jornais, para além das informações, produzem sentidos, construindo o leitor.

No segundo, *(Co)lecionadores de Histórias*, partindo de experiência clínica com jovens com dificuldades de aprendizagem, entre outras, a autora vai dialogando com a cultura, com as múltiplas vozes que constituem o sujeito fazendo emergir outras leituras, outras histórias que não as naturalizadas. No terceiro, *Análise clínica e epidemiológica do ambulatório de adulto do Instituto Nise da Silveira*, o autor vai nos mostrando como a escolha do referencial teórico utilizado produz caminhos e sentidos diferentes para as práticas *psi*. Escapando à lógica da medicalização, aposta também na construção do processo de autonomia do sujeito hospitalizado.

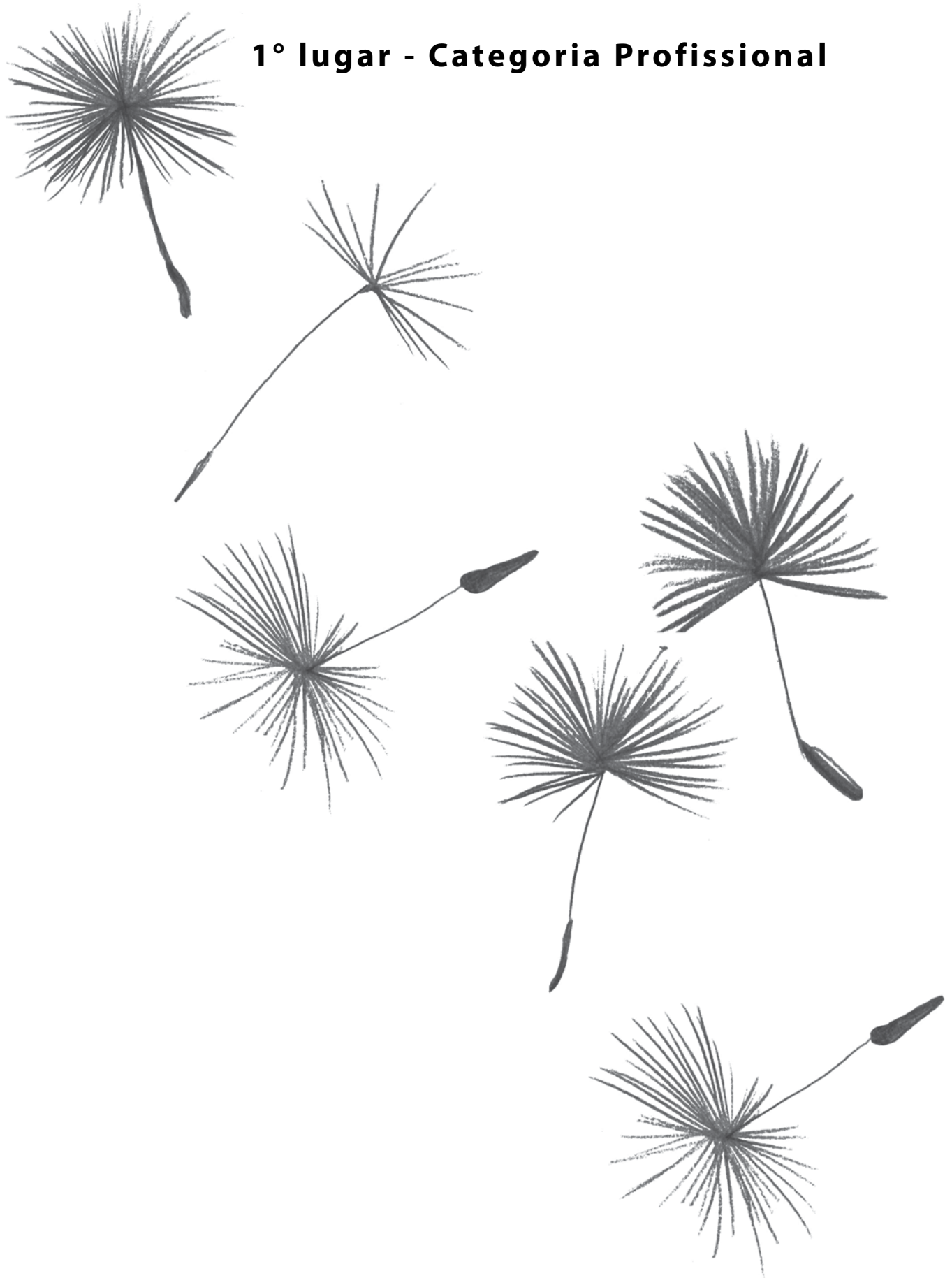
Com relação às produções acadêmicas da categoria profissional, no primeiro, *Tudo que é imaginável tem, existe, é*, a autora dá visibilidade a experiências de grupos de recepção em ambulatório de saúde mental, apresentando as práticas *psi* não como “bombeiros de incêndio diário”, mas como produtores de vida, apostando na ampliação das possibilidades de vida.

O segundo trabalho, ao problematizar as práticas *psi* no atendimento a jovens em conflito com a lei, também o faz desviando-se das visões engessadas, apostando na expansão da vida. Por último, no texto *Os CAPS, a promoção de (Re)inserção social e a contribuição possível de um profissional “psi” no campo da saúde mental*, a autora, partindo de experiências clínicas do CAPS, afirma a Psicologia como dispositivo fundamental nesse campo de atuação, produzindo vidas e potencializando a construção do processo de cidadania.

Finalizando e pegando carona com Félix Guattari, nosso grande desafio é desviarmos da abafada avenida-hegemonia subjetiva para trilharmos por entre ruelas, becos-saída onde circule o vento para processos de singularização. Parecer-nos que, assim como Margarete de Paiva Simões Ferreira - nossa homenageada, psicóloga que se comprometeu integralmente com uma Psicologia que, afastando-se da discriminação e da criminalização, apostava na potência da vida, do humano -, os autores vencedores do II Premio Monográfico também vão encontrando brechas e construindo outras possibilidades para a Psicologia.

Parabéns a todos!

1° lugar - Categoria Profissional



“Tudo que é imaginário tem, existe, é”¹: Delirando uma vida nos ambulatórios de saúde mental²

Adriana Rosa Cruz Santos [CRP 05/20034]

Resumo

O presente ensaio visa a problematizar o lugar ocupado pelo ambulatório público de saúde mental no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira e suscitar questões acerca das práticas *psi* neste equipamento. Situa as condições de emergência do ambulatório por meio de um breve percurso histórico que revela o contexto de sua criação, suas conexões com o hospital psiquiátrico e sua configuração atual. Propõe que o ambulatório seja reinventado, dentre tantas formas possíveis, a partir de curtos-circuitos instaurados pelo conceito de desinstitucionalização e afirma a possibilidade de construção de práticas *psi* que recusem o mandato social de normalização das condutas e individualização do sofrimento, a partir da constituição de um plano ético de afirmação da vida. Para tanto, lança mão de fragmentos de grupos de recepção realizados em uma unidade pública de saúde, como estratégia de tornar visíveis as fissuras promovidas pelo dispositivo grupal nos modos tradicionais de funcionamento ambulatorial. Aposta na constituição de processos de subjetivação efetivamente *desinstitucionalizantes*, capazes de *desinventar* o ambulatório tradicional e possibilitar a emergência de laboratórios de experimentação e produção de vida.

Palavras-chave: reforma psiquiátrica - ambulatório - desinstitucionalização - grupo de recepção

¹ Fala extraída do documentário Estamira (2005).

² Este trabalho resulta de um desafio assumido por muitos – a construção cotidiana de uma assistência em saúde pública que afirme a vida – e expressa as inquietações e desafios vividos no dia-a-dia da Policlínica Antonio Ribeiro Netto (SMS/RJ). Agradeço pelo apoio nesta construção à Ana Cristina Felisberto, articuladora e companheira da AP 1, Martha Moraes, diretora da unidade, à equipe de Saúde Mental (Lia Weber, Rochelle Zajdsznajder, Doris Diogo, Trajano Caldas, Raquel Siqueira, Carlos Eduardo Mascarenhas, Zélia Gomes) e a tantos outros colegas da unidade (Marilza, Meire, Marisa, Beth...) e, em especial, aos estagiários Antonio Carlos de Lima e Mariana Alves Gonçalves, que foram meus parceiros-de-grupo nos fragmentos aqui relatados.



“É melhor ser louco solto que louco preso.”
(fala em um grupo de recepção)

Do que se trata?

Este ensaio propõe-se a extrair e desenvolver questões suscitadas no cotidiano de um ambulatório de saúde mental da rede municipal de saúde do Rio de Janeiro. Trata-se aqui de tomar o trabalho realizado como possibilidade de uma experimentação crítica sobre os fazeres *psi* no campo da saúde mental/Reforma Psiquiátrica e seus efeitos-subjetivação³, em especial nos serviços do tipo ambulatorial. Trata-se também de inserir o ambulatório num campo de problematizações mais amplo denominado Reforma Psiquiátrica, rediscutindo as práticas ambulatoriais à luz da proposição técnico-política da desinstitucionalização.

Ao curto-circuitarmos as práticas ambulatoriais com a alta-voltagem desinstitucionalizante, é possível retomar a questão que abre esta seção – do que se trata? – em uma deriva semântica e conceitual: do que (se) trata o/no ambulatório? *Do que (se) trata o ambulatório* ou o que cabe a esse dispositivo no processo de reforma psiquiátrica, tomando como ponto de inflexão a desinstitucionalização? *Do que se trata no ambulatório* ou que práticas de produção de saúde se efetuam nesse dispositivo e como ele opera? Que efeitos-subjetivação são produzidos por certo modo tradicional de atualizar a terapêutica ambulatorial e como é possível transtorná-lo?

As práticas *psi* emergem como um elemento importante na engrenagem ambulatorial reformista, mas ainda têm sido pouco problematizadas. Do que trata a Psicologia em um ambulatório de saúde mental? De que forma o ambulatório se insere no campo da Reforma? Compondo esta polifonia ou sendo uma voz dissonante? Neste ponto, o grupo emerge como um potente dispositivo de desinstitucionalização das práticas tradicionais de objetivação da doença/ do doente mental, deflagrando efeitos-subjetivação que atualizam o ambulatório como importante ponto de multiplicação da Reforma Psiquiátrica.

As questões apresentadas estão organizadas em dois eixos: Eixo 1: o ambulatório, a Reforma Psiquiátrica e as práticas *psi*; e Eixo 2: a desinstitucionalização, as práticas *psi* e o dispositivo grupal. No Eixo 1, abordaremos as condições históricas de emergência do ambulatório como equipamento assistencial no campo da Psiquiatria/Saúde Mental, suas relações com o manicômio e com a Reforma Psiquiátrica e de que forma os saberes *psi* se atualizam neste serviço. No Eixo 2, problematizaremos as práticas *psi* desde a perspectiva da desinstitucionalização e os dispositivos grupais como potente estratégia de transformação da forma-ambulatório. Nesse ponto, apresentamos dois fragmentos grupais, que revelam o cotidiano ambulatorial e a forma como tentamos instaurar no dia-a-dia do serviço espaços-tempo efetivamente desinstitucionalizantes.

³ Efeito-subjetivação aponta para os modos de existência produzidos pelos fazeres e dizeres que constituem o dispositivo ambulatorial. Assim, referimo-nos aos processos de produção de subjetividade presentes nos equipamentos de saúde e de saúde mental, processos estes que engendram simultaneamente o objeto de intervenção das práticas de saúde (o cliente, o paciente, o doente, etc.) e o agente do cuidado (o psicólogo, o médico, o enfermeiro, etc.). Esses dois pólos se organizam a partir das relações que estabelecem entre si e com o campo institucional, ou seja, constituem-se por meio das práticas, que dão ao cotidiano sua espessura material.

Encerramos o ensaio propondo algumas derivas, dentre elas, a que aponta para a transmutação dos ambulatórios em *laboratórios*, equipamentos de experimentação e produção de outros modos de vida, tal como propõe a Psiquiatria Democrática Italiana.

Eixo 1: o ambulatório, a Reforma Psiquiátrica e as práticas *psi*

Sabemos que, pouco depois da emergência do asilo psiquiátrico como dispositivo de (re)produção do alienismo, o imperativo do isolamento terapêutico proposto por Pinel é questionado pelos alienistas franceses, e, já em 1860, surge a proposta de criação de colônias agrícolas, espaços de semiliberdade onde os alienados poderiam ser recuperados por meio do trabalho e da convivência orientada (CASTEL, 1978). No Brasil, as colônias são criadas logo após a proclamação da República, no bojo das transformações operadas em direção à efetiva psiquiatrização da assistência. Nesse contexto, no início do século XX, os alienistas do Serviço de Assistência aos Alienados reivindicam a ampliação das colônias, o que efetivamente ocorre com a criação da Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, em 1911, e da Colônia de Jacarepaguá, em 1921 (AMARANTE, 1973).

As colônias surgem como forma de desafogar a superlotação do hospício, sem no entanto promover sua superação como espaço privilegiado de tratamento. É nesse espírito que se tenta estabelecer, na administração de Teixeira Brandão na Assistência Médico-legal aos Alienados, um serviço de consultas externas que permitisse selecionar os casos para os quais as internações fossem realmente indispensáveis. A ideia, entretanto, só foi concretizada por Juliano Moreira em 1912, ao criar um ambulatório no Hospital Nacional de Alienados (antigo Hospício de Pedro II), com a proposta de reduzir o número de internações, através da realização de diagnósticos precoces e da consequente presteza no estabelecimento da medida terapêutica adequada, o que evitaria o agravamento dos casos e a inevitável internação.

Assim, casos de perturbações mentais em que não havia indicação de internamento, casos de epilepsia, de histeria, etc. foram gratuitamente examinados e medicados, poupando assim o Estado das despesas que adviriam da hospitalização de tais casos. (MOREIRA *apud* ENGEL, 2001: 303).

Em 1921, a nova modalidade de atendimento é estendida à Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, com a criação do Ambulatório Rivadávia Correa. Desde a sua criação, o Ambulatório constituiu-se com um perfil bastante sofisticado, sendo alvo de investimento maciço de Gustavo Riedel, diretor da Colônia. Além da função de profilaxia propriamente dita, o Ambulatório, fortemente marcado pelos princípios eugênicos, propunha-se a realizar uma pesquisa de amplo espectro, buscando traçar limites científicos entre o tipo normal e o psicopata degenerado.

Uma que vai produzindo seus frutos... se refere à nossa preocupação constante de indagar das causas da loucura para indicar a sua profilaxia. Outra [...] mais ampla [...], mais difícil, menos humanitária talvez, porém muito interessante[...] como complemento da primeira. É o estudo acurado, paciente, minucioso, longo, dos degenerados que acodem à consulta, carregados de tara neuropsicopática [...] A observação de cada um sob o ponto de vista psicológico, a psicometria individual por meio de testes ou armada de aparelhos de Psicologia experimental, conseguirá, num futuro não remoto, estabelecer o tipo normal do brasileiro e o tipo do degenerado, pelo menos no Distrito Federal. (OLINTO *apud* ENGEL, 2001:304).



Identificado como psicopata ou interrogada sua condição, o paciente era imediatamente encaminhado para um setor específico de internação, havendo possibilidade de posteriormente ser enviado para um dos tradicionais pavilhões da Colônia:

Tal como o doente operado, a quem o cirurgião não pode enviar imediatamente a domicílio, o nervoso exaltado não pode e não deve voltar para casa depois da consulta. Às vezes é tal o seu estado de agitação psicomotora que sair do portão do Ambulatório, com a receita do médico na mão, é tão ridículo como o laparatomizado que, envolto em ataduras, se fosse arrastando pela rua [...], rumo à septicemia, à gangrena [...] Pior ainda, porque o segundo prejudicaria apenas a si próprio, ao passo que o primeiro, na sua peregrinação pela via pública, seria nocivo a si e à sociedade. (idem: 305)

É possível perceber que o ambulatório surge não como antítese do hospício, mas como dispositivo complementar que possibilitou à Psiquiatria a ampliação de seu raio de abrangência, sem abrir mão do velho asilo. Mais que as colônias agrícolas, o ambulatório encarnará os novos tempos, conjugando a herança alienista aos ventos eugênicos e organicistas, deslocando a Psiquiatria do campo restrito da intervenção disciplinar sobre a doença para o campo ilimitado de uma biopolítica da anormalidade (SANTOS, 2003). Como sinaliza Plínio Olinto em 1922, na última citação referida, a Psiquiatria assume a tarefa de defender a sociedade do risco da degeneração, inscrevendo o ambulatório como ponto de irradiação de uma tecnologia que se dirige à vida e não mais se restringe aos muros do hospital.

A proposta de Olinto de que os alienistas do Instituto de Profilaxia Mental, órgão do Ambulatório Rivadávia Correa, proferissem conferências públicas sobre as moléstias mentais seria complementada por visitas às casas dos psicopatas, a cargo da Monitoria de Higiene Mental, outro setor do Rivadávia. Como afirmava Gustavo Riedel, diretor da Colônia, “a observação do doente no próprio lar tem a vantagem de surpreendê-lo no meio familiar onde a anamnese pode ser mais completa e onde os conselhos distribuídos aos parentes calam mais profundamente e produzem melhores resultados” (RIEDEL *apud* ENGEL, 2001: 306).

Nos anos subseqüentes, não houve grande expansão dos ambulatórios psiquiátricos. Alguns poucos foram inaugurados na década de 1940 por Aduino Botelho, então diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) e, em 1961, havia apenas 17 ambulatórios em todo o país. No período 1965-70, apesar de numericamente inexpressiva, a rede ambulatorial é utilizada para captar pacientes para hospitalização na rede psiquiátrica privada, que conhece nesse período seu apogeu (RESENDE, 1992).

No final da década de 1970, no bojo da abertura democratizante, os movimentos sociais começam a se reorganizar e nascem proposições de reforma da assistência psiquiátrica, campo no qual se destaca o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM). Esses movimentos tentarão transformar o ambulatório em um contraponto à internação, sem, entretanto, lograr seu intento. Em artigo de livro clássico da década de 1980 – *Cidadania e loucura* –, Bezerra Jr. problematiza as “terapias ambulatoriais em saúde mental” e, a despeito da variedade teórica e técnica presente neste campo, afirma:

(...) não se alimentam mais ilusões quanto à transitoriedade e ao caráter excepcional que deve ter a internação enquanto alternativa terapêutica. Há um razoável consenso quanto à proposta de se enfatizar o atendimento extra-hospitalar nos ambulatórios, nos centros de saúde, na rede de atenção primária, etc. (BEZERRA JR., 1992: 135)

Na prática, o ambulatório não conseguiu estabelecer o contraponto proposto por Bezerra Jr. e retroalimentou o hospício como engrenagem constitutiva do fenômeno denominado *revolving door*, ou porta giratória. As altas psiquiátricas, nesse contexto, não significaram o efetivo ingresso em um circuito de acompanhamento extra-hospitalar, mas representaram apenas um breve intervalo – preenchido, muitas vezes, pelas consultas ambulatoriais – até a próxima internação psiquiátrica. Os pacientes (não apenas eles, decerto), deste modo, tinham a ilusão de se inserirem em outro regime de acompanhamento, quando o que os esperava ao final dos curtos períodos de inserção ambulatorial era o velho hospício.

Nos anos 1990, com a intensificação do processo de reforma psiquiátrica e a constituição dos hospitais-dia e CAPS, os ambulatórios perdem importância na cena assistencial e, no máximo, são apontados como coadjuvantes no longo processo de “cronificação” dos pacientes. Os motivos alegados são vários: o modelo ambulatorial vigente, centrado nas consultas médico-psiquiátricas, marcadas pela díade prescrição de fármacos/remissão de sintomas, com longos intervalos (até 90 dias, em alguns casos), não é capaz de lidar com a complexidade dos casos de maior gravidade, cujo destino, invariavelmente, seria o manicômio. Jairo Goldberg nos apresenta um relato do processo de trabalho no Ambulatório de Saúde Mental do Mandaqui, em São Paulo, no início dos anos 1990, que nos permite visualizar um fragmento da dinâmica institucional e o lugar ocupado pelo psicólogo na equipe de saúde:

Em linhas gerais, a rotina do trabalho no ambulatório se desenvolve com a regulação das consultas pelo médico. [...] O médico decide os casos de Psiquiatria, que deverão permanecer sob sua alçada, e os de Psicologia, Fonoaudiologia, Serviço Social ou outros, devidamente prescritos. [...] A Psicologia se ocupa quase exclusivamente das crianças e das mães. [...] Por uma espécie de vício institucional, o médico costuma agendar várias consultas para o mesmo horário, o que faz com que os pacientes permaneçam horas à espera e apenas alguns minutos na sala de consulta.⁴ (GOLDBERG, 1994: 33-34)

Além do formato psiquiátrico clássico, onde prevalecem os longos intervalos entre os atendimentos e as consultas rápidas focadas nos sintomas, é possível, através da descrição de Goldberg, termos uma pista sobre o lugar ocupado pelo psicólogo na equipe: uma espécie de coadjuvante do tratamento, para quem caberiam os casos “mais leves”, enquanto os casos “graves” (aqueles que invariavelmente tinham a internação como principal recurso assistencial) acabavam restritos ao atendimento médico-psiquiátrico.

A Psicologia compunha este cenário conjugando o modelo médico ambulatorial clássico – hierarquizado, fragmentado, naturalizador e objetivante – ao modelo clínico-dual, assentado no contrato liberal entre sujeitos livres, doravante denominados psicólogo e paciente. A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, em documento intitulado *Recomendações para o atendimento em saúde mental na rede básica* (2006), afirma:

Temos observado, no entanto, que as ações de saúde mental na rede básica têm sido voltadas para a “prevenção do nervoso” nos vários programas de saúde

⁴ Cabe esclarecer que a discussão efetuada pelo autor envolve a problematização deste modo de funcionamento, revela a presença de outros profissionais no campo etc. Usamos apenas um fragmento específico de seu relato, que nos permitisse visualizar as questões apontadas.



ou atendimento de “casos mais leves”. Muitas vezes, não há atendimento dos pacientes mais graves e/ou em risco psicossocial. Mesmo os ambulatórios especializados em atendimento de saúde mental herdados no processo de municipalização do governo federal (1996/2000), apresentam na maior parte dos casos uma assistência voltada para uma aceitação da demanda como dada, o acompanhamento de pacientes graves apenas por consultas individuais e com farta distribuição de medicação psicotrópica e pouco/nenhum envolvimento dos profissionais com as questões do contexto da população que atende. [...] Portanto, faz-se necessário o investimento em equipes de saúde mental voltadas para o atendimento da população do seu território e envolvidas com os contextos desta população, oferecendo também uma variedade de intervenções que amplie os horizontes de cuidado. Este documento pretende discutir um novo modelo de ambulatório que se engaje na rede de recursos em saúde mental de forma a superar o modelo de simples atendimento pelo de acompanhamento de pacientes e, além disso, seja responsável por se envolver nas questões de saúde mental em conjunto com outros serviços em um determinado território.

A questão que gostaríamos de suscitar é: de que forma as práticas *psi* em curso nos ambulatórios públicos podem descolar-se do modo tradicional de funcionamento ambulatorial, o qual aponta para a naturalização/individualização do sofrimento e a fragmentação daquele que busca atendimento entre diferentes clínicas/especialidades/modalidades de intervenção e propor ações efetivamente desinstitucionalizantes? De que forma e com que estratégias “superar o modelo de simples atendimento pelo de acompanhamento”? Como o ambulatório pode *fazer delirar* sua história, descolando-se de sua complementaridade histórica ao hospital psiquiátrico, reinventando um novo lugar/modo de funcionamento conectado às diretrizes reformistas?

Eixo 2: a desinstitucionalização, as práticas *psi*, o dispositivo grupal

Desinstitucionalização: palavra difícil de pronunciar e que embaralha os códigos técnicos hegemônicos ao fazer deslizar sentidos estratificados, apontando para a construção de novas relações de profissionalidade e cuidado. De acordo com o movimento da Psiquiatria Democrática Italiana, desinstitucionalização é

um trabalho prático de transformação que, a começar pelo manicômio, desmonta a solução institucional existente para desmontar (e remontar) o problema. Concretamente se transformam os modos nos quais as pessoas são tratadas (ou não tratadas) *para transformar o seu sofrimento*, porque a terapia não é mais entendida como a perseguição da solução-cura, mas como um conjunto complexo, e também cotidiano e elementar, de estratégias indiretas e mediatas que enfrentam o problema em questão através de um percurso crítico sobre os modos de ser do próprio tratamento. (ROTELLI, 1990: 29).

“Superar o modelo de simples atendimento pelo de acompanhamento” nos ambulatórios, como propõem as diretrizes municipais para o atendimento em saúde mental, implica numa mudança nos modos tradicionais de se realizar o tratamento ambulatorial, ou, como afirma Rotelli, ao desmontar e remontar o problema “concretamente se transformam os modos nos quais as pessoas são tratadas”. Se a terapia não é mais a perseguição da solução-cura, também entendida como remissão sintomatológica, do que (se) trata (n)o ambulatório?

O processo de desinstitucionalização torna-se agora reconstrução da complexidade do objeto. *A ênfase não é mais colocada no processo de "cura" mas no projeto de "invenção da saúde" e de "reprodução social do paciente".* [...] O problema não é a cura (a vida produtiva), mas a produção de vida, de sentido, de sociabilidade, a utilização das formas (dos espaços coletivos) de convivência dispersa. (idem: 30)

Quando o problema não é mais a cura, mas a produção de vida, outros lugares se constituem e engendram novas relações. Não teremos mais o contrato liberal e assimétrico (no que tange às relações de saber-poder) entre sujeitos livres – o psicólogo e seu paciente/cliente/usuário – em direção ao desvelamento de uma verdade intrapsíquica do sujeito, que culminaria na remissão sintomatológica. Se o modelo não é mais o de atendimento, mas o de acompanhamento, a proposta assistencial dirige-se não mais à cura, mas à "invenção da saúde", à ampliação das possibilidades de vida.

Nessa operação realiza-se um triplo deslocamento, portanto: o dos modos de se realizar o tratamento, dos modos de viver a dor/o sofrimento/o sintoma e dos modos de cuidar, de ser psicólogo. Falamos da invenção de formas de relação que desinstitucionalizam não só a loucura/doença mental, mas a própria profissionalidade identitária do psicólogo/técnico/operador de saúde.

Ao curto-circuitar os lugares estratificados de quem cuida/quem é cuidado, o vetor desinstitucionalizante faz emergir uma nova relação, que não é estritamente de "tratamento", já que não cabe mais no enquadre clássico do técnico/agente e usuário/paciente, visto que não há somente doença a ser tratada, mas uma vida a ser produzida, uma saúde a ser inventada. Que lugar para o psicólogo e a Psicologia nesta nova configuração? Que fazeres devem ser inventados, que corpos devem ser produzidos para uma experimentação que não é tão somente da ordem da técnica, mas da ética?

Vejamos dois fragmentos de grupos de recepção realizados num ambulatório de saúde mental. O grupo de recepção é o principal dispositivo de acesso ao serviço e consiste em um espaço coletivo de troca, na qual os participantes são estimulados a falar sobre o que os trouxe até o serviço, que tipo de atendimento buscam, do que sofrem. Nesse processo, têm a oportunidade de refazer o percurso de sua chegada (muitos sequer sabem porque vieram: "foi o doutor que mandou"), partilhar suas indagações e incômodos, constituindo um plano que os ajude a pensar sobre suas vidas e ensaiar estratégias para lidar com as dificuldades mais objetivas, mas também com o sem-lugar, o sem-nome, o sem-tempo.⁵

Ainda que o grupo de recepção seja um dispositivo instituído no âmbito da saúde mental (TENÓRIO; OLIVEIRA; LEVCOVITZ, 2000; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO, 2007), tentamos operá-lo a partir de sua

⁵Referimo-nos às puras intensidades, que escapam ao plano das formas constituídas. Deleuze (1998) afirma que os indivíduos ou grupos são constituídos de linhas de natureza diversa: linhas de segmentaridade dura ou molares, as quais se referem ao plano estratificado das formas, plano de organização; linhas de segmentaridade mais flexível ou moleculares, constituídas por intensidades, velocidades e devires; e as linhas de fuga, situadas nas bordas, nos limites, que apontariam para a permanente desterritorialização dos processos da vida. Essas três linhas se entrelaçam na composição dos territórios existenciais. Entendemos que, dentre outras tarefas, cabe ao trabalho clínico constituir canais de expressão, planos de consistência que suportem os movimentos de territorialização/desterritorialização, engendrados pela diferentes composições subjetivas. Neste processo, novas formas se atualizam, produzindo deslocamentos nos modos de subjetivação identitários, engendrando formas subjetivas inéditas e sempre provisórias.



potência disruptiva, instituinte⁶, de forma a constituir com ele/por meio dele um plano de acolhimento e desvio, uma máquina de (des)subjetivação. Além de ser um recurso estratégico na organização dos serviços, fazendo convergir a demanda para uma porta de entrada única, tal como vêm sugerindo os documentos e a literatura da área, o grupo de recepção pode também inaugurar outras saídas para o sofrimento, o descompasso e o *nonsense*, com sua potência de deflagrar agenciamentos heterogêneos, conexões inusitadas e, sobretudo, um plano de circulação dos afetos, do inominável e de produção coletiva de sentido.

Dessa forma, o grupo materializa a aposta de desinstitucionalização, constituindo outros modos de viver o sofrimento, outros modos de “estar paciente” e outros modos de “estar psicólogo”.⁷

Que efeitos são produzidos quando pessoas que buscam atendimento em saúde mental são recebidas em grupo? De que forma o grupo produz deslocamentos numa demanda naturalizada e engendra novas direções para a assistência? Que potências o dispositivo grupal atualiza no dia-a-dia? Tomemos essas questões como disparadores para nos aproximarmos de algumas cenas ocorridas em um ambulatório público de saúde mental, na cidade do Rio de Janeiro.

Cena 1

Sala cheia, começamos o grupo de recepção. Alguém afirma estar sendo perseguido por espíritos. Ondas eletromagnéticas interceptam seu pensamento, poucos lugares estão a salvo. João chega acompanhado do irmão, uma das poucas pessoas em quem confia. Emagreceu bastante, pois há algum tempo só come biscoito. Biscoito lhe parece seguro, pois, como vem fechado diretamente da fábrica, não corre o risco de ser envenenado. Antes de adotar tais cuidados, diz que quase morreu com uma comida que lhe deram. Os olhares no grupo são de estranhamento, poucos parecem entender o que está se passando. Pergunto se alguém gostaria de dizer algo a João.

Uma senhora lhe diz, entre solidária e indignada, que ele tinha de crer mais em si mesmo, “aumentar sua autoestima”. Não podia deixar que ninguém, nem mesmo espíritos, lhe vencesse. Sua ruína estava em não acreditar que era capaz de ser mais forte do que seus perseguidores. João ouviu atentamente. Fiquei me perguntando que efeitos aquelas palavras, que pareciam ter saído de um manual de autoajuda, poderiam ter na situação. Pouco tempo depois encerramos o encontro.

Voltamos a nos reunir na semana seguinte, na última sessão prevista para o grupo de recepção. Desta vez, João chega sozinho. Diz que se sentiu seguro para vir sem o irmão. Perguntamos, como de hábito, sobre como havia sido a semana e o que acharam do encontro anterior. João disse ter sido a primeira vez que falara das coisas pelas quais passava, sem que tivessem duvidado dele ou o ridicularizado; era a primeira vez que acreditavam no que estava falando. Disse que isso foi muito importante e o fez retornar ao grupo. Neste ponto, salienta que os conselhos da senhora foram fundamentais para que conseguisse lidar com as vozes que há

⁶ Instituído/instituinte referem-se às dimensões de conservação/permanência e de ruptura/transformação que compõem as instituições. Instituições são as formas sociais que, apesar de estarem em permanente engendramento/desmanchamento, parecem ser naturais, universais. A esse respeito, sugerimos LOURAU, 2004.

⁷ Seguindo a sugestão de Gabriel Tarde, substituímos o verbo ser, que nos constrange na permanência da identidade, pelo verbo estar, que abre o real para a variação que o constitui (TARDE, 2007).

anos não o deixavam. Sentiu-se mais forte e capaz para enfrentar o assédio dos espíritos e as ondas eletromagnéticas, por este motivo conseguiu prescindir da companhia do irmão naquele dia.

Pensamos inicialmente em encaminhá-lo para um serviço próximo ao bairro onde morava, de acordo com os critérios de regionalização da assistência propostos no âmbito da saúde municipal. Ele nos convenceu de que isso seria inviável, pois os espíritos ocupavam um território muito vasto, e o serviço indicado localizava-se em sua área de influência. Acatamos sua ponderação e decidimos inseri-lo em nosso ambulatório, pois entendemos que devemos avaliar nosso encaminhamento à luz de seus possíveis efeitos, produzindo, em ato, uma permanente interlocução entre as diretrizes sanitárias e a singularidade de cada situação que nos chega⁸.

Por este motivo, atendendo ao pedido de João, o incorporamos ao nosso serviço. Nos atendimentos subsequentes, mostrou-nos uma pilha de receitas e encaminhamentos, revelando os inúmeros lugares da rede pelos quais havia passado – emergências, pronto-atendimentos, ambulatórios etc. – e nos quais não havia permanecido. Neste momento, fica ainda mais clara para nós a importância do grupo na construção da possibilidade de João engajar-se em algum acompanhamento. O acolhimento do grupo, sem julgamentos, e o fato de seu relato ter sido tomado como expressão de sua verdade, e não como “mentira”, “invenção” ou “delírio”, possibilitaram que ele permitisse ser acompanhado.

Além disso, o grupo fez com que ele não ficasse tão exposto com sua história, promovendo a percepção de que “não estava sozinho”, já que outras pessoas também relataram situações igualmente difíceis. A despeito da heterogeneidade das narrativas (ou talvez por causa dela...), a possibilidade de agenciamento ao que é estranho – o conselho da senhora, por exemplo, que, mesmo surpresa com o relato de João, conseguiu se conectar ao relato e sugerir formas de se lidar com a experiência de ruptura com a realidade – construiu outras formas de experimentar uma situação-limite, não só para João, mas para muitos dos presentes.

Rompe-se a solidão na qual João estava imerso, diante da impossibilidade de comunicar sua experiência e produzir algum sentido para ela. A esse respeito, lembro-me que, nos atendimentos subsequentes, ele sempre repetia, após trazer algum conteúdo claramente delirante – as ondas eletromagnéticas, o assédio dos espíritos etc. –, que “não precisa internar, porque tem explicação”. Ou seja, a produção de sentido sobre a experiência disruptiva – o delírio, portanto – era paradoxalmente o que lhe possibilitava, naquele momento, “não enlouquecer” e, portanto, não precisar ser internado.

O conselho da senhora, a possibilidade de partilhar uma experiência desestabilizadora sem julgamentos, ouvir outros relatos de sofrimento, fragmentos de história, construíram um plano possível de acolhimento do *nonsense* e de engajamento em um

⁸ Acreditamos que as diretrizes sanitárias devem ser avaliadas e flexibilizadas no dia-a-dia, pois a prioridade é garantir o acesso ao atendimento em saúde. Compreendemos que o critério de regionalização da assistência deve estar a serviço da diretriz de acessibilidade e não o contrário. Acessibilidade, por sua vez, também é garantir o direito de escolha do usuário que busca atendimento. Esta é uma tensão permanente: como compatibilizar as diretrizes de organização sanitária da rede com a singularidade de quem chega buscando atendimento, com demandas muitas vezes irredutíveis aos critérios político-sanitários? Esta questão não busca uma resposta definitiva, mas antes nos aponta o imperativo ético de tomá-la continuamente como ponto de inflexão e análise sobre o que vimos produzindo com nossas práticas, de que forma atualizamos em nossas intervenções os princípios de acolhimento e tomada de responsabilidade, preconizados pelas políticas públicas de saúde mental (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).



acompanhamento em saúde mental. Destacamos aqui esta potência clínica/*clinâmica* do dispositivo grupal de simultaneamente acolher e desviar.⁹

Desvia-se também do que está estratificado como sintoma individual, encapsulado no paciente, e abre-se para a dimensão do coletivo, construindo outras possibilidades de experimentar os *inumeráveis estados do ser*¹⁰, tradicionalmente reduzidos à sintomatologia psicopatológica. É através dos agenciamentos que se operam no coletivo, no plano das multiplicidades, que é possível inventar novos modos de existência, pois, como afirmam os italianos, “se não existe mais um mundo produtivo definido no qual estar, *não existe uma saúde, mas existem mil.*” (ROTELLI, 1990: 30).

Cena 2

O dia está quente, o ambulatório cheio. Convidamos as pessoas que aguardam na sala de espera a nos acompanharem até a apertada sala, onde faremos mais um grupo de recepção. As queixas são muito variadas, em comum o sofrimento e as agruras de uma vida, muitas vezes reduzida à dimensão da sobrevivência mais imediata, seja ela física ou subjetiva (se é que é possível separar essas duas dimensões...). Uma mulher fala de insônia e ansiedade que a perseguem desde que testemunhou uma execução no local onde trabalhava. Na verdade, “testemunhar” não descreve exatamente o que ocorreu: foi usada como escudo, conseguiu se esquivar (“só pensava na minha filha”) e, depois do fato consumado, teve que limpar “os miolos que estavam no azulejo” do estabelecimento comercial. O corpo do adolescente assassinado foi removido para a rua, os vestígios de sua passagem pelo local foram cuidadosamente apagados e o silêncio impôs-se como imperativo necessário ao esquecimento. Ao final de tudo, nada havia ocorrido naquela manhã de segunda-feira. Tudo transcorria como de costume no subúrbio do Rio de Janeiro.

O rapaz morto, que Maria viu crescer, virou parte das estatísticas oficiais. Restou apenas o mal-estar daquela mulher, que o silêncio não conseguiu apagar. Foi assim que Maria chegou ao grupo, em busca de algum alívio para o seu sofrimento insone: há muitas noites não conseguia dormir e via-se atormentada pela lembrança do que havia acontecido. Ao relatar o ocorrido, sua dor passou a ser de todos nós, que a ouvíamos. Uma dor impessoal e ao mesmo tempo muito próxima, a dor da tragédia do dia-a-dia, que também é nossa. Sofrimento que não é só de Maria, mas que diz respeito a toda a humanidade, visto que avilta a vida e a transforma em mercadoria barata. “A carne mais barata do mercado é a carne negra...”, canta Elza Soares, ao longe, em minhas entranhas. Dor partilhada que não cabe numa só pessoa, nos toma e existe, insiste em nós. Dor que pede passagem em nossos corpos, matéria afetiva de outros fazeres.

⁹ Passos e Benevides discutem a intercessão clínica/contemporâneo e, nesta operação, propõem uma dupla acepção para clínica: *klinikos* e *clinamen*, acolhimento e desvio. A clínica não se constitui mais exclusivamente como ato de inclinar-se sobre o leito para produzir cuidado – *klinikos* –, mas fundamentalmente “enquanto experiência de desvio, do *clinamen* que faz bifurcar um percurso de vida na criação de novos territórios existenciais” (PASSOS E BENEVIDES, 2001: 2).

¹⁰ Expressão utilizada por Nise da Silveira para descrever os processos de des-subjetivação presentes na loucura, tomada de empréstimo de Antonin Artaud (MELLO, 2009).

Algo se passa neste encontro entre desconhecidos que partilham de uma intimidade momentânea. Uma intimidade que só a dor partilhada é capaz de inventar. Ficamos um tempo assim, em silêncio, unidos pelo indizível, até uma fagulha de som romper o ar espesso e entrelaçar os corpos, as lembranças, os olhos marejados. Não sabemos como, mas nossos contornos iniciais foram desfeitos, engendrando novas composições.

Falamos da violência que nos dilacera um pouco todos os dias. Conversamos sobre a dureza do que havia passado Maria, mais uma sobrevivente desses tempos de guerras mudas. E lhe dissemos o quanto doía sua história e que, apesar de ter sobrevivido, a experiência tinha lhe deixado marcas. Falamos das violências que nos assolam – as físicas, as políticas, as simbólicas – e como podemos resistir a elas, afirmando *uma* VIDA.

Uma vida é a imanência absoluta, visto que ultrapassa as disposições de sujeito/objeto e, nesta operação, passa a operar por singularidades. "Um é sempre o índice de uma multiplicidade: um acontecimento, uma singularidade, uma vida..." (DELEUZE, s.d.: 3). O grupo tem a potência de ativar com mais vigor esta dimensão impessoal e simultaneamente singular, que se compõe a partir dos processos de des-subjetivação, de dissolução das individualidades. A cena relatada revela o desmanchamento das individualidades pré-constituídas e a liberação do acontecimento: a narrativa de Maria agenciou-se a outros fragmentos grupais, atualizando um outro campo de possíveis: de falas em lugar de silenciamentos, de experimentação de outras formas de viver. "A vida de tal individualidade se apaga em prol da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome e que, apesar disso, não se confunde com nenhum outro. Essência singular, uma vida..." (idem). Afirmar *uma* vida, refere-se, portanto, à aposta nos processos de subjetivação a serem inventados pelos coletivos capazes de atualizar certo campo de virtualidades, constituindo novos *possíveis*. Novos possíveis para o sofrimento (não mais encerrado na individualidade psicopatológica), novos possíveis para as práticas *psi* (não mais de normalização, mas de diferenciação), novos possíveis para engendrar uma nova saúde, uma nova vida.

No grupo, pudemos atravessar de mãos dadas um deserto de sentidos. Maria sentiu-se menos sozinha e assustada, pôde falar sobre o que estava condenado ao esquecimento oficial. Conectamos o dito e o vivido ao plano do coletivo, plano de onde provinham, liberando, nesta operação, individualizações mortíferas. Teceu-se uma rede de olhares, falas e afetos, que nos deslocou da posição de vítimas potenciais de balas perdidas. As balas têm nome e proveniência. Devemos dizê-lo.

Depois da experiência daquela manhã, já não éramos mais os mesmos. Naquela pequena lâmina do cotidiano, outros cotidianos *possíveis* se fizeram: de encontro, de desvio, de construção de outras sociabilidades, de estratégias de transformar a dor em experiência, de produção de sentido, de circulação do inominado, de tessitura de um plano coletivo.

Nestas cenas, como em tantas outras que experimentamos freqüentemente, o grupo se constitui em um importante dispositivo de cuidado e é através da relação que se estabelece entre os participantes, que se opera um deslocamento das identidades previamente estabelecidas e se experimenta outras possibilidades para o vivido. Aqui é o grupo quem cuida, o grupo não como organização transcendente, mas como a associação imanente das pessoas-acontecimentos que o constituem. Os psicólogos/coordenadores do grupo não são mais "os" agentes do cuidado, mas tão somente aqueles que ajudam a tecer uma rede de múltiplos fios, trazidos por todos os participantes. Fios institucionais, fios intensivos, matérias de diferentes



naturezas, que, articulados rizomaticamente¹¹, tecem redes que fazem do cuidado uma trama de todos.

Esta potência de fazer rede é também o que poderíamos chamar de *grupalidade*, plano onde se desmancham as individualidades pré-estabelecidas, ensaiam-se agenciamentos, engendram-se conexões que possibilitam a passagem de afetos estancados e a criação de novos sentidos para o que estava cristalizado sob a forma de sintoma. Assim, não haveria uma natureza do grupo, tampouco uma estrutura, mas uma potência de constituir redes, de funcionar rizomaticamente, afirmando uma vida que é multiplicidade e conexão (DELEUZE, 1998). Uma vida ou, como insistem os italianos, *mil vidas*.

Afinal, o final: do que (se) trata (n)o ambulatório?

As perguntas, mais que respostas, buscam o movimento. Fazem com que olhemos em volta desconcertados, indagando-nos sobre como as coisas se tornaram o que são e de que outros modos elas poderiam ser. As perguntas servem para acessarmos o plano virtual e abrir um campo de experimentação que possibilite a atualização de novas formas. “Sem agenciamento, a virtualidade não passa à existência. Toda a produção de realidade vem da invenção que agencia desejo e pensamento” (FUGANTI, 1990: 63). As perguntas, mais que respostas, buscam a atualização de novos modos de existência.

No dia-a-dia do ambulatório público de saúde mental, lidamos com inúmeras dificuldades, em especial a precariedade das condições de trabalho decorrentes do sucateamento da saúde pública, que nos convoca diariamente a apagar incêndios, deixando-nos quase sem tempo para pensarmos sobre o que vimos produzindo com nossas práticas. Quase. No entanto, não queremos apenas ser bombeiros de um incêndio diário, interminável; queremos nos manter vivos, pensantes, críticos, e por isso agenciamos o pensamento ao desejo, *delirando*, assim, *uma vida*. Este ensaio, portanto, é um modo de resistir aos ataques silenciosos e persistentes à vida que se materializam no serviço público por meio da falta de profissionais, de insumos básicos, de equipamentos compatíveis com as necessidades da população, enfim, de condições mínimas para a produção de saúde. Em meio à absoluta precariedade, continuamos resistindo, acolhendo aqueles que buscam atendimento, construindo um serviço que luta para manter vivas as diretrizes de acessibilidade e tomada de responsabilidade.

Como equipamento do Sistema Único de Saúde, cabe indagar ao ambulatório como ele se insere no âmbito das atuais políticas públicas em saúde mental. O ambulatório surge em um contexto de expansão da rede de saber-poder psiquiátrico, em complementaridade ao manicômio e é convocado, muito recentemente, a compor uma rede substitutiva a ele. Tal mudança aponta para uma necessidade de reconversão dos recursos presentes neste equipamento, de forma a fazê-los operar em consonância com as diretrizes reformistas. A Psicologia entra no ambulatório sem

¹¹ Segundo Deleuze e Guattari, seriam “os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; [...] Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou, antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a *n* dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído (*n-1*). [...] O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada” (DELEUZE; GUATTARI, 2007: 32).

muitos ruídos, incorporando-se a ele a partir das referências da clínica liberal do consultório privado e do modelo médico tradicional. Devemos construir referências para as práticas *psi* em maior consonância com os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, capazes de se deslocar do paradigma solução-cura, como apontam os italianos, para um paradigma ético, afirmando o caráter produtivo da saúde e da vida.

As cenas grupais apresentadas neste ensaio tencionam afirmar uma possibilidade de atuação psicológica que, ao afirmar uma vida que é multiplicidade, consiga escapar às armadilhas normalizadoras e individualizantes. Paradoxalmente, é do meio da precariedade material que surgem novas formas de atualização da prática *psi*. Talvez porque acreditamos, como Estamira, que “tudo que é imaginário, tem, existe, é” e, como ela, conseguimos extrair dos escombros, *uma vida*. E também porque precariedade material não é sinônimo de precariedade existencial, subjetiva, estética: é na rede pública que entramos em contato com a imensa variabilidade das formas de vida, é desde esse ponto que estrategicamente conseguimos acionar a dimensão do coletivo e inventar outros modos de existência. Os italianos afirmam que é a partir da reconversão dos recursos manicomialistas que se tece uma rede territorial de assistência (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1990). É do/no Lixão de Gramacho que Estamira constrói para si uma vida. Foi com uniformes desfiados e objetos jogados fora que Bispo do Rosário criou sua obra. É neste mundo, com as matérias disponíveis, que devemos buscar os recursos e os meios para operar as transformações que desejamos.

Retomando Rotelli, Deleuze... como seria possível delirar *uma vida* no ambulatorio de saúde mental? Como fugir das ortopedias disciplinares e dos elásticos controles?¹² Urge transformar os equipamentos existentes: “[...] para tanto são necessários laboratórios e não ambulatorios. Laboratórios plenos de conhecimentos, máquinas de desinstitucionalização” (ROTELLI, 1990: 92). Segundo Rotelli,

o termo “laboratório” designa uma estrutura complexa: lugar de produção de cultura, de trabalho, de intercâmbio e de relações entre artistas, artesãos, pessoas doentes ou não. Um lugar onde os papéis são intercambiáveis e o trabalho dos operadores que os coordenam tem por objetivo experimentar práticas inovadoras (idem).

Laboratórios são espaços de experimentação de si e do mundo e atualizam um campo de possibilidades que não preexiste ao processo de experimentação. É no fazer cotidiano, a partir da articulação de diferentes elementos, da composição do que parecia in(com)possível – grupos “misturados”, sem esquadramento psicopatológico prévio; invenção de novas formas de frequência/ acesso ao serviço, em lugar dos rígidos horários semanais de atendimento individual; novas ofertas de acompanhamento; ativação dos recursos comunitários, etc. – é que efetivaremos a desinstitucionalização de nossas práticas e de nós mesmos.

Assim, talvez, consigamos romper certo mandato social de normalização das condutas e individualização da dor e ingresso num circuito altamente rentável de medicalização da existência. *Experimentar práticas inovadoras*, como propõe Rotelli, talvez seja o antídoto à sina de nos transformarmos todos em “robôs sanguíneos”¹³, inextricavelmente atados à “quadilha dos dopantes”. Quem sabe, consigamos não ser mais “meros repetidores”, como vaticinou Estamira e ousemos ensaiar, no cotidiano dos ambulatorios-laboratórios, modos de existência que possibilitem afirmar que “tudo que é imaginário tem, existe, é”.

¹² Para maior detalhamento acerca do processo de passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, sugerimos Deleuze (2000).

¹³ As expressões entre aspas, apresentadas a seguir, foram retiradas do documentário *Estamira*, de Marcos Prado.

Referências Bibliográficas

- BEZERRA JR., B. Considerações sobre terapêuticas ambulatoriais em saúde mental. Em: TUNDIS, S. A.; COSTA, N.R. *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.
- CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- DELEUZE, G. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Em: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- DELEUZE, G. A imanência: uma vida. Em: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da UFRJ*. ANO IX, No 11. Rio de Janeiro, 2004 <<http://www.lettras.ufrj.br/ciencialit/terceiramargemonline/numero11/xiii.html>> Acesso em 06/09/07.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. Em: DELEUZE, G. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- ENGEL, M. *Os delírios da razão: médicos, loucos, hospícios. (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001.
- FUGANTI, L. A. Saúde, desejo e pensamento. Em: LANCETTI, A. (org.) *Saúde e loucura 2*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- GOLDBERG, J. *Clínica da psicose: um projeto na rede pública*. Rio de Janeiro: Te Corá Editora/ Instituto Franco Basaglia, 1994.
- LOURAU, R. - Objeto e método da Análise Institucional. Em: Altoé, S. (org.) - *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MELLO, L. C. (org.) *Nise da Silveira*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Relatorio15%20anos%20Caracas.pdf>. Acesso em 01/10/08.
- PASSOS, E. & BARROS, R. B. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. *Psicologia Clínica*, Revista do Departamento de Psicologia- PUC-Rio, v. 13 (1), 2001.
- RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. Em: Tundis, S. A. & Costa, N. R. *Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- ROTELLI, F; LEONARDIS, O.; MAURI, D. Desinstitucionalização, uma outra via: a reforma psiquiátrica italiana no contexto da Europa Ocidental e dos países avançados. Em: NICÁCIO, F. (org.) *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- ROTELLI, F. A instituição inventada. Em: NICÁCIO, F. (org.) *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, A.R.C. *Alienados, anormais, usuários, claudicantes: a máquina psiquiátrica e a produção da subjetividade-falha*. 2003. 187 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. *Recomendações para o atendimento em saúde mental na rede básica*. Julho, 2007.

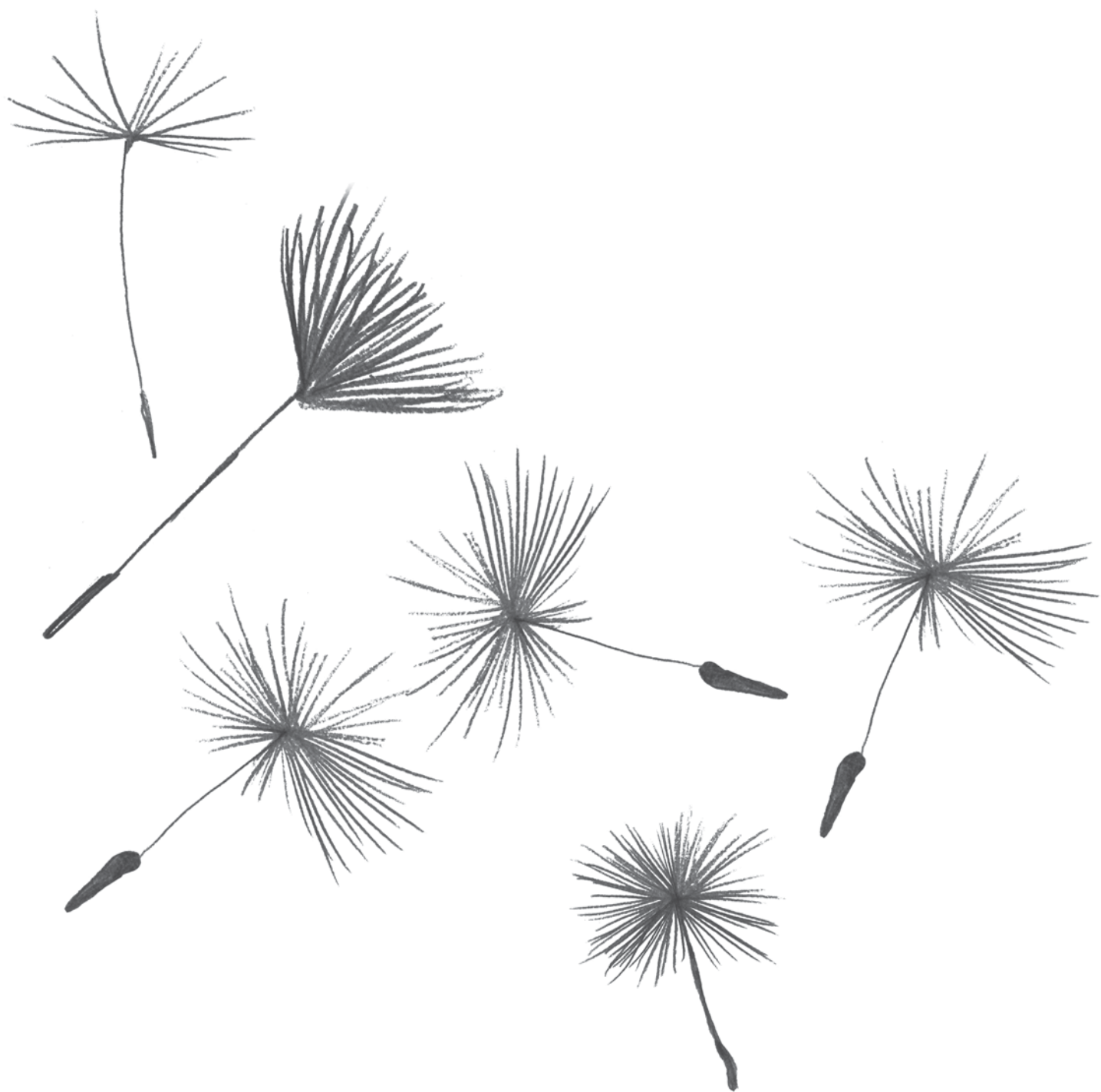
TARDE, G. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TENÓRIO, F.; OLIVEIRA, R.C.; LEVCOVITZ, S. (orgs.) *Cadernos IPUB: n° 17. A clínica de recepção nos dispositivos de Saúde Mental*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPUB, 2000.

Outras referências

ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado; produção: Marcos Prado e José Padilha. Rio de Janeiro: RioFilmes distribuidora, 2005. 1 DVD (115 min.): cor e P&B, som original em português.

2° lugar - Categoria Profissional



INterVENTAR: Um outro modo de intervir em políticas públicas juvenis

Alice de Marchi Pereira de Souza [CRP 05/38379]

Resumo

Esse artigo trata da potente experiência de psicólogos e estudantes no Programa Abrindo Caminhos, que existe há cinco anos. Problematicam-se, aqui, políticas públicas voltadas para jovens que se apóiam em práticas *psi* de referenciais essencialistas, individualistas, intimistas e universalizantes. Essas práticas, há décadas, estão aliadas a uma mortificante moral de controle sobre vidas ditas desviantes, anormais, produzindo juventudes *perigosas* ou *em perigo*. Frente a ela, apostamos numa política pública juvenil que emerge e funciona de forma diferente, colocando em análise as próprias noções – já naturalizadas – de *política pública* e de *Psicologia*. Tal iniciativa acontece nas alianças entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul (através do Projeto de Extensão Estação PSI), Procuradoria da República/RS e políticas executoras de medidas *socioeducativas* e *protetivas* no âmbito estadual (Rio Grande do Sul) e municipal (Porto Alegre). Ela oferece vagas de estágio remunerado na modalidade *Trabalho Educativo*, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, a jovens de 16 a 18 anos que estejam em uma das medidas supracitadas. A lógica que opera e que é operada pela Psicologia ali é outra: trata-se de uma ética-política do *encontro*, que desestabiliza e faz inventar práticas *psi* a cada intervenção experimentada com os jovens, em constante movimento de coletivização. Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, entre outros autores do Movimento da Análise Institucional e pensadores contemporâneos brasileiros, dão língua àquilo que afirmamos: uma Psicologia que não mais é técnica dada, pré-estabelecida, fechada em si; é, isso sim, prática cartográfica, rigorosa, aberta e ventilada, arriscando-se – com delicadeza e prudência – a dar passagem à *vida* sempre imanente aos processos que acompanha. Utilizando recursos locais já existentes e envolvendo a universidade, percebe-se que pode ser uma referência de uma nova forma de conceber uma política pública, envolvendo a produção de conhecimento e não se limitando à ação direta de governos.

Palavras-chave: cartografia - práticas psi - juventudes - políticas públicas



Não preciso do fim para chegar.
Tudo que não invento é falso.
Do lugar onde estou já fui embora.

O livro sobre nada – Manoel de Barros

Abrir

Esses guris e gurias são capazes de fazer o meu dia - e muitas vezes o fazem. Dão toda uma força, motivos mil pra lutar pelo que a gente luta, essa luta contemporânea, quicá criticada por nossos pais, seja por alguns serem conservadores e de direita, seja por outros serem ex-hippies saudosos e de esquerda, não sei, mas é a nossa luta, é o nosso jeito de lutar, é a nossa subjetivação. E toda subjetivação, sendo processo singular, é nova, é inédita. Nega a repetição. Então é na liquidez mesmo que nos instalamos; somos surfistas e não mais caminhantes. Catalisamos fluxos, e não mais carregamos bandeiras. Sonhos se desfizeram, sim, mas nossos posicionamentos estão para além dos partidos e não por isso são menos tenazes e cortantes. Entendemos que não queremos nem chegaremos ao destino final daqueles sonhos. Há de se sonhar acordados.

Esses guris fazem função de uma inspiração. São nossos intercessores: em seus movimentos de transgressão, provocam um movimento em nós, diferentes deles sim, mas que somos agitados nessa relação e queremos transgredir, como eles. Não as transgressões que matam a vida, não é a essas transgressões que me refiro. Estou falando da transgressão do vir a ser algo que as pessoas não esperavam que eles pudessem ser. Fazer coisas que não acreditavam que eles pudessem fazer. Nem eles próprios, às vezes acreditam! Transgridem as suas próprias leis... muito mais difícil... É que isso está muito forte, e é muito mais duro essa espécie de transgressão. Ultrapassam – não sem dor, não sem se afetarem, não sem se incomodarem – todo um modo de ser que por muito tempo os constituía, toda uma lógica tão mais óbvia e fácil de se encaixar. Rompem, não sem dificuldades e nem tampouco sozinhos, forças que por tantas vezes os levam a pensar esse ‘não tem jeito’, que apareceu tanto no último grupo, um “não tem jeito” de ser algo diferente de bandido ou de coitadinho, um “não tem jeito” de ser algo diferente de mais um adolescente pobre institucionalizado.

Eis a transgressão a que me refiro. Essa da metamorfose. Metamorfose porque é transformação que vai se dando aos poucos; não deixamos de ser algo num dia pra ser outro no outro. Metamorfose porque se preserva um pouco da forma que tínhamos, habita-se o paradoxo: habita-se, primeiro, o dualismo dois-mundos (rua-casa, programa-rua, instituição-programa), habita-se o binarismo bom-mau, habita-se a dicotomia pensar-fazer. E então se bifurca, se conecta, se abre. E partes de nós, terminais de nós fazem sinapses com partes de outros (outros-jovens, outros-servidores, outros-psicologias, outros-autores, outros-personagens...). Dá-se o **encontro**, a afetação mútua. Dá-se a relação que faz diferir. É então que dobras se dobram, inflexões se inflexionam, criações se criam.

O movimento transgressor dos jovens do vir-a-ser-muitos entra em relação de intercessão conosco, que somos (entre tanta coisa) psicologia, e aí a gente inicia nosso movimento de vir-a-ser-muitos também. Aprendemos a transgredir psicologias ensimesmadas, também mais fáceis de se aderir.

Não é uma questão só de inspiração, portanto. Não é uma questão só de relação, portanto. Não é, muito menos, uma relação de cópia, portanto. É interferência que produz, que problematiza, que faz pensar, que faz inventar, bem ali na diferença.

Diário coletivo Birutar¹, 05 de julho de 2007

Certa feita, em fins de 2004, vi-me em um misto de estranhamento e curiosidade. Em uma escolha crucial numa dessas esquinas acadêmicas da graduação em Psicologia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, poderia optar por um ano de Estágio em Psicologia Escolar e mais um ano de Estágio em Psicologia do Trabalho, ou então dois anos em um mesmo local de estágio em Psicologia Social. Pesquisei as opções, mas nada me arrebatou. Vi então cartazes nas paredes da UFRGS que diziam “Estágio em Psicologia Social, com dois anos de duração, em um Projeto de Extensão. É preciso que o aluno tenha interesse pelo trabalho com jovens em conflito com a lei e ter interesse em estudar autores da Análise Institucional e da Esquizoanálise. Trabalho em ambiente do poder judiciário. Possibilidade de bolsa”.

Entre tantos caminhos especializados e especializantes, próprios da capilarização do saber-fazer-Psicologia – capilarização esta efeito da divisão capitalista do trabalho (COIMBRA, 2003) – aqueles cartazes sugeriam um punhado de mistério...

Empurrada pelo comichão inconveniente dos livros que desbravava na época (a saber: minhas primeiras leituras dos franceses Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e de alguns brasileiros que, tal qual os estrangeiros, pareciam ter um gosto especial por chacoalhar verdades naturalizadas) e por amigos companheiros de coceiras, escolhi fazer contato com o tal grupo de extensão. Empurrada também por tantos outros disparos. Nuances minúsculos, enormes, longínquos e fresquinhos de toda uma vida que vinha sendo vivida até então pareciam colaborar mais ou menos diretamente com esse empurrão. A conectividade característica do mundo, enfim, era sentida no corpo.

Não havia ponto de partida mais oportuno para se embarcar em uma viagem: entrei para o grupo Estação PSI – Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar, vinculado ao Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Esse grupo é composto por uma professora coordenadora – Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto –, por estudantes da Faculdade de Psicologia da UFRGS e por psicólogos pesquisadores, como eu.

Estação como ponto de partida? Qual o quê. Como quem pega o bonde na corrida, fui compelida a experimentar: correr! Lambuzar o corpo como uma criança

¹ Dispositivo de análise criado pelo grupo de extensão Estação PSI (descrito posteriormente), do qual faço parte. O *diário coletivo* é um grupo virtual através do qual a equipe do Estação PSI troca e-mails inspirados no formato de diários de campo, conforme o referencial da Análise Institucional. São escritos que envolvem relatos, impressões, pensamentos e afetações experimentados nas intervenções do grupo, operando tanto análises como criação de estratégias de intervenção que dialogam com autores como Gilles Deleuze, Felix Guattari, Michel Foucault, entre outros. Com uma periodicidade irregular, é encerrada uma lista virtual e outra é aberta (com outro nome), segundo critérios surgidos na análise daquele momento do grupo. O nome *Birutar* vem de uma série anterior (*Mais_Vida > Vento-vida > Birutar*), fazendo alusão à velocidade e intensidade do encontro com jovens como algo que faz viver, desorganiza, como a sensação de um vento que sopra.



que brinca com tinta. Pedalar a bicicleta sem as rodinhas. Molhar-me na chuva, pois guarda-chuva não há – nem guarda-sol que nos proteja da luz brusca do caos. Caos com o qual se entra em contato não para nele se perder, mas sim para dele pegar emprestadas armas contra cômodas e enrijecidas opiniões prontas. Deleuze e Guattari comparam a função da opinião – assim como a do senso comum – à de um guarda-sol que criamos para nos proteger do contato doloroso e angustiante com o céu-caos. Ao invés de evitarmos a relação com este, os autores nos sugerem que mergulhemos nele: “Só o venceremos a este preço” (DELEUZE; GUATTARI, 2005: 260). Fazendo referência a “um texto violentamente poético” de Lawrence, aproximam cientista e filósofo daquilo que o artista – através da poesia – faz: “Os homens não deixam de fabricar um guarda-sol que os abriga, por baixo do qual traçam um firmamento e escrevem suas convenções, suas opiniões; mas o poeta, o artista abre uma fenda no guarda-sol, rasga até o firmamento, para fazer passar um pouco do caos livre e tempestuoso e enquadrar uma luz brusca, uma visão que aparece através da fenda” (idem: 261).

Caminho

Em princípios de 2003, esse grupo começara a acompanhar projetos de *Trabalho Educativo*, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente², em organizações públicas federais da esfera do poder judiciário. O desejo de construir um projeto assim surgiu, ao final de 2002, de um servidor público da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (ou PRRS, órgão da primeira instância do Ministério Público Federal). Ele era também um dos fundadores do Comitê da Cidadania³ - onde o movimento para isso se consolidou de forma mais coletiva. Inspirado por uma ação similar na Justiça Federal que desenvolvia um trabalho com jovens autores de ato infracional internos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), imediatamente ganhou eco e apoio da sua instituição. É interessante apontar que o trabalho na Justiça Federal, por sua vez, havia se inspirado em outro Programa assessorado pela equipe de Psicologia da UFRGS⁴, na Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG) (BOCCO, 2005). Tratava-se agora da demanda para assessoria a um projeto social nos mesmos moldes daquele da Justiça Federal, pedido esse direcionado ao Estação PSI como equipe de Psicologia, visto que a própria Procuradoria da República no RS não possuía os cargos de psicólogo e assistente social em seu organograma (ao contrário da Justiça Federal). Em poucos meses, era parido o Projeto Abrindo Caminhos, no qual me inseri, em março de 2005, como estagiária de Psicologia Social.

Este projeto (hoje estrategicamente⁵ instituído como Programa) existe devido às parcerias de Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul

² O Trabalho Educativo está definido no artigo 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente como “atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” considerando que “a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.” (BRASIL, 1990).

³ Grupo de servidores da Procuradoria da República no RS envolvido em ações contra a desigualdade social. Para saber mais, ver o site do Comitê: <http://www2.prrs.mpf.gov.br:8080/home/comite>

⁴ Tratava-se do Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria (PIPGM). Para saber mais, ver Bocco, 2005.

⁵ É estratégico que o Abrindo Caminhos tenha sido instituído como programa na medida em que, assim, não depende de gestões específicas de procuradores-chefe, tampouco à exclusiva dimensão afetiva que diz da vontade de alguns servidores de ter uma iniciativa como essa no estabelecimento onde trabalham.

(FASE), Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto/Fundação de Assistência Social e Cidadania (PEMSE/FASC), Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), Procuradoria da República no RS/Ministério Público Federal (PRRS/MPF) e UFRGS. Ele possibilita que jovens que cumprem medidas socioeducativas e jovens em medidas de proteção estagiem, remunerados, na já citada modalidade *Trabalho Educativo* em diversos setores da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (PRRS).

Dito de forma bastante objetiva, o processo ocorre da seguinte forma: primeiramente, as vagas para jovens estagiários existentes na PRRS são divulgadas às equipes técnicas das políticas executoras das medidas, a saber: FASE e PEMSE/FASC para socioeducativas, FPE para protetivas. Em seguida, tais equipes indicam alguns jovens para o programa⁶, encaminhando para a equipe de Psicologia do Abrindo Caminhos (constituída, por sua vez, de estagiários em Psicologia da UFRGS, através do Estação PSI) fichas que trazem algumas informações dos jovens indicados⁷. A equipe de Psicologia e os servidores dos setores que receberão os jovens realizam uma seleção juntos. Esta varia conforme o setor, o seu momento, o momento pelo qual o programa está passando e geralmente envolve ainda uma etapa da qual os jovens que já estagiam na casa participam. A Procuradoria (PRRS), assim, recebe esses adolescentes como local de estágio por um ano, em média, em cinco de seus setores. A UFRGS, na figura do Estação PSI, dá o que poderíamos chamar de “apoio técnico” ao Abrindo Caminhos como equipe de Psicologia, estando presente não só nas seleções, mas também em reuniões com os setores, acompanhando jovens e servidores, em oficinas, em processos de desligamento dos jovens e na rede de que o Abrindo Caminhos faz parte. A gestão é coletiva e reúne Estação PSI e equipe local da PRRS – composta por procurador-chefe, servidores dos setores envolvidos e servidores oficineiros⁸.

Pois bem. Um belo programa social de caráter afirmativo – alguns diriam. Muito mais do que isso – diríamos os participantes do Abrindo Caminhos. Engana-se quem afoitamente presume que as estruturas aqui apresentadas asseguram estabilidade. Ao contrário, veremos o que as especificidades desse contexto colocam em jogo.

Importa destacar que de modo algum o Abrindo Caminhos constitui cumprimento de medida, seja ela “socioeducativa” ou “protetiva”. Isto é, ter de 16 a 18 anos e estar vinculado a alguma das políticas executoras das medidas mencionadas é pré-requisito, exclusivamente, para a *entrada* no estágio, mas não para a continuidade nele (tampouco o desligamento está condicionado ao rompimento com tais medidas). A própria modalidade de Trabalho Educativo, conforme o ECA (BRASIL, 1990), não está ligada à aplicação dessas medidas. Os moldes do Abrindo Caminhos foram pensados estrategicamente dessa forma meramente para poder articular o interesse em trabalhar com esses jovens e os meios para tanto oferecidos pelo Estatuto. Contudo, frequentemente desavisados envolvidos nessa rede ainda confundem a execução dessas medidas com o programa em questão, na certa por haver outros projetos e iniciativas que efetivamente são uma extensão da implementação de medida. É o caso de programas de cumprimento de medidas

⁶ Indicações feitas segundo critérios internos das instituições bastante variados e problematizados a cada seleção. Por vezes, a indicação é para favorecer um(a) jovem que vem se “comportando bem” no estabelecimento, segundo a equipe técnica local, funcionando como uma espécie de recompensa. Por outras, é devido a uma certa dificuldade de tal equipe em lidar com o(a) jovem, e assim por diante.

⁷ Também essa ficha é elaborada junto com os setores da PRRS, tendo em mente o que interessa saber de um candidato nesse primeiro momento.

⁸ Diversas atividades itinerantes vêm sendo desenvolvidas no programa. Uma delas é a de oficinas, que são ministradas por servidores conforme as demandas juvenis: oficina de física, idiomas, entre outras.



socioeducativas em meio aberto do tipo Prestação de Serviços à Comunidade – as PSCs – geralmente relacionadas a atividades laborais.

Podemos problematizar a tensão de forças em jogo aí. Em primeiro lugar, não haveria uma expectativa tipicamente neoliberalista investida na oportunidade de trabalho direcionado a esse público, como uma “salvação dos excluídos” e uma “recuperação dos infratores”, como se o trabalho formal fosse a “verdadeira natureza do homem” (MONTEIRO; COIMBRA; FILHO, 2006: 8)? Quais seriam os efeitos do Abrindo Caminhos sobre eventuais atenuações de medidas ditas “socioeducativas”, atenuações essas usualmente chamadas de “progressão de medida”, no meio jurídico? E para as supostas medidas “de proteção”? São questionamentos que sem dúvida permeiam constantemente o Abrindo Caminhos e entram na baila de discussões em reuniões com setores, conversas de corredor, explicações ao telefone e processos de seleção. E inevitavelmente levam a outras indagações – no mínimo cabeludas – tais quais: a que serve uma medida “socioeducativa” ou “protetiva”? O que significa uma aplicabilidade eficiente delas? Qual o papel dos estabelecimentos que as aplicam? Qual o papel da chamada “sociedade civil” nesse contexto? A nomenclatura “socioeducativa” remete a uma medida que socialize e eduque; já “de proteção” dá idéia de que alguém precisa de tutela. Mas não podemos naturalizar esses termos. É preciso se perguntar: o que estamos dizendo quando falamos em socializar e educar? Estamos seguindo quais padrões? E no caso da proteção: proteção de quem? Da criança/jovem cujos direitos foram violados ou é a sociedade que deve ser protegida de pobres virtualmente perigosos? Que lugar(es) tem essas medidas nas vidas dos jovens que as cumprem e que lugar(es) ocupa, por sua vez, o Abrindo Caminhos? Isso sem falar naquelas outras perguntas, se formos mais adiante: qual a implicação da sociedade num momento anterior à medida? E do trabalho? E do Estado? E...?

A presença de jovens transgressores das leis do Estado (autores de ato infracional que cumprem medidas socioeducativas) e jovens sob tutela deste mesmo Estado (aqueles que estão em medida protetiva) em uma instituição do Ministério Público Federal (a PRRS) – emblemática figura da missão de cumprimento da lei – é a própria imagem do paradoxo.

Esse é um ponto nebuloso para muitos também por um motivo curioso: “Ministério Público” passa a ser uma única expressão recorrentemente usada para designar dois órgãos diferentes. Um deles é a organização judiciária *federal* (MPF) – esta que abriga a PRRS e onde tramitam processos contra crimes constitucionais, como aqueles que ferem interesses coletivos e difusos da população, bem como direitos de minorias (indígenas, por exemplo) e o próprio patrimônio público⁹. O outro órgão é do âmbito *estadual* (MPE) – por onde tramitam processos que, entre outros, podem prever penas e medidas individualizadas, como, por exemplo, as aplicadas sobre os adolescentes que chegam ao Abrindo Caminho¹⁰. Eis porque alguns jovens em medida socioeducativa, especialmente, uma vez em seleção ou mesmo após meses de estágio no Abrindo Caminhos, questionam sua participação ali: “Mas não foram esses os caras que me botaram dentro da FASE? Não é o Ministério Público?”. É novidade bizarra saber que o mesmo Estado tem tentáculos controladores (privando-lhes a liberdade) e outros, possibilitadores (oferecendo-lhes estágio), com nomes tão parecidos... Mais estranho ainda entender que o surgimento do programa onde estagiam nada tem a ver com funções previstas

⁹ Para saber mais sobre as funções do Ministério Público Federal, consultar o site da Procuradoria Geral da República: www2.pgr.mpf.gov.br.

¹⁰ Para saber mais sobre as funções do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, consultar o site: <http://www.mp.rs.gov.br/>.

institucionalmente, e sim com o desejo, esta instituição impalpável, nada passível de carimbos nem de papéis. Cabe aqui lembrar que em lugar algum existe a prescrição ou obrigação legal atribuída especificamente à Procuradoria da República de desenvolver uma iniciativa de Trabalho Educativo voltada para jovens¹¹. A idéia de ter um projeto como o Abrindo Caminhos e sua condição de possibilidade estão em um outro registro, informal, como dito, ligado a uma dimensão intensiva. A fluidez rizomática e afetiva do desejo subverte a ordem de representações *a priori* imutáveis. É nesse ponto também que entra em análise o que é, afinal, uma política pública. Ela é, necessariamente, prevista e criada por um órgão único? Ela só é pública se for Estatal (MONTEIRO; COIMBRA; FILHO, 2006)?

Temos, pois, um território que, ao mesmo tempo, é predominantemente hierarquizado; formas do poder judiciário bastante consolidadas; é dizer, linhas molares aparentemente intransponíveis. Ora, o princípio do Direito é trabalhar com os fatos. E, ainda assim, circula toda uma intensidade de afetos, dúvidas, surpresas, relações e seus matizes; afinal, onde há gente há subjetividade; onde há subjetividade há incertezas. Enfim, linhas flexíveis em constante embate com as primeiras. Discursos e estruturas instituídas permeadas por forças instituintes¹² ainda sem forma alguma. Para Deleuze (1996), dispositivos – ao fazer uma leitura deste conceito inicialmente apresentado pelo também francês Michel Foucault – são contextos, agenciamentos, conjuntos multilineares aos quais pertencemos e nos quais agimos. Seus vetores constituem “os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição” que o compõem (DELEUZE, 1996: 84). Daí podemos subentender a existência de dois grupos principais de linhas: as de “estratificação ou de sedimentação” (aquilo que é forma, da ordem do molar) e as “linhas de atualização ou de criatividade” (o que é da ordem de forças, fluxos, dimensão molecular), imanentes umas às outras (idem: 95). Posto isso, temos que o Programa Abrindo Caminhos, enquanto política pública, pode ser considerado um *dispositivo*.

Este novelo de linhas que se entrecruzam a todo tempo coloca em movimento incessante elementos como violência e direitos humanos e modos de trabalhar e assistencialismo e autonomia e educação e afetos e política e medo e lei e...

Como disse certa vez um jovem para uma estagiária de Psicologia, quando ela disse se sentir “mergulhada” no Abrindo Caminhos: “Só cuidado pra não se afogar...”.

Será que nos afogaríamos se nadássemos juntos?

Os bolsos estavam furados

Desinventar objetos. O pente, por exemplo. Dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha. Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma.

Uma didática da invenção - Manoel de Barros

¹¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que não só o governo, mas a sociedade em geral se responsabilize pelas suas crianças e adolescentes, sem nomear ou especificar executores de programas de trabalho educativo.

¹² Este termo, conforme Guattari e Rolnik, é relativo à economia do desejo. Os fluxos de desejo se dão por afetos e devires que nos atravessam, podendo haver um devir mulher em um homem e um devir criança em um adulto. Não são pautados por regras, nem pela moral e nem pela contradição.



A sala, como sempre, cheirava a madeira antiga. Como, aliás, quase todas as salas de reunião do austero prédio público. Lá fora, o rio Guaíba figurava bem próximo, pacatamente pronto para receber o sol que penetraria seu dorso em breve. Do lado de cá do muro do cais do porto, por sua vez, o centro de Porto Alegre visto do sétimo andar fervia, inquieto como sempre, tal qual um formigueiro cinza. Sentamos ao redor da enorme mesa quadrada, e o zumzumzum das conversas, dos fones de ouvido e dos silêncios já povoava o espaço. Sim, pois até o silêncio desses seis jovens povoavam aquele espaço adormecido. Não deixava de me chamar atenção como aquelas salas de reunião da Procuradoria da República, habitualmente tão pouco usadas, ganhavam todo um punhado de cores, olhares, gestos e cheiros com seus novos ocupantes. O fato de todos os seis jovens serem advindos de instituições de execução de medidas “socioeducativas” ou de medidas “protetivas” era meramente secundário, como sempre deveria ter sido. O grupo, batizado por um deles, se chamava “Nós”.

Eis que na roda está a pergunta “o que é ser psicólogo?”. Rafael me convoca: “Alice, tu que é psicóloga, diz aí o que o psicólogo faz!”. E eu: “Queria saber primeiro o que vocês diriam sobre isso”. Rafael diz que é “dar um psicológico”. Como assim? Fico sem entender nada. “Ah, é botar uma idéia na cabeça do cara...”. (...)

Surge então assunto do medo que se sente deles... Conto que houve uma fala de um funcionário da PR que perguntou se teriam de tirar as facas das gavetas da copa [cada setor tem um local onde se fazem lanches] quando se confirmou que o projeto aconteceria, recebendo jovens em medida socioeducativa. Medo pois tem-se que “o guri da FASE vai roubar, vai machucar”. Olhar de espanto, riem, um diz: “Jura (sic)! Somos só nós! olha pra nós, não tem porque ter medo!”. Pergunto se tem gente que tem medo da psicologia, também, pois é algo que circula ali na PRRS. Sem titubear, Gabriel dispara: “Claro, né, **medo pois o psicólogo entra na mente da gente!**”. Ironizo “claro, NE, medo pois o guri da FASE vai me assaltar, me machucar”. Riem: “mas.. ah, jura (sic)!”. Questiono então o que teria de perigoso de encontrar na nossa mente. Digo, por fim, que isso tudo são estigmas, pré-conceitos tanto sobre psicologia quanto sobre eles. A “proteção” e os “em conflito com a lei”. Riem da expressão “em conflito com a lei”, eu pergunto o que dizer para diferenciar daqueles que estão em medida protetiva... “bandido”? Argumento que pelo menos “em conflito” denota momento... devo dizer “os da infração”? Miguel faz cara feia: “não, melhor dizer ‘em conflito’, então... E os “em proteção”? Nada é dito. (Diário coletivo Ventovida, em 15/09/2006) (grifos e colchetes meus).

No elevador, encontro Gabriel e digo pra ele adivinhar onde eu estou indo: em quem entra na minha cabeça... e ele “ah, então é a tua vez...” e eu digo “é, na verdade o trabalho talvez seja fazer eu mesma entrar na minha cabeça”. “Ô!, isso sim que é difícil, entrar na própria cabeça...”. (Diário Coletivo Ventovida, em 29 de setembro de 2006)

Era fim do ano de 2005 e, como estagiária em Psicologia Social do Abrindo Caminhos, propus um dispositivo de grupo com os jovens para pensar e discutir junto a eles seus modos de se fazerem sujeitos. A idéia que se tinha era, através dessa prática, problematizar as institucionalizações e objetivações sempre presentes a partir da relação entre aqueles que supostamente sabem e os que são sabidos. Seguiu a simples curiosidade pela experimentação de estar frente a frente (ou lado a lado) com aqueles jovens pelo que me provocavam nos fortuitos encontros que até então tinha com eles.

Ora, que pretensão! Algo desse *estar com* os jovens desassossejou a mim e à equipe de Psicologia no projeto, o grupo de extensão Estação PSI. Demo-nos conta que estávamos repetindo uma prática *psi* historicamente incrustada ao propor um grupo naqueles moldes – a saber, tendo a escuta passiva como fio condutor. Mais do que isso, aquilo a que essa escuta supostamente nos conduziria é que se fez problemático: debruçávamo-nos, como tantos psicólogos o fazem há dezenas de anos, sobre a subjetividade alheia. Com a nobre intenção de conhecer o que vem justificando as práticas da Psicologia em sua ilusória unidade de disciplina, ambiçionávamos apreender “um só e mesmo objeto de estudo: o homem, ser loquaz ou taciturno, ser sociável ou insociável” (CANGUILHEM, 1972:106).

Acontece que algo escapulia, veloz, feito vento. Os tempos daqueles jovens eram outros, suas demandas eram inusitadas, suas maneiras de pensar e de ser estavam fora dos livros e dos manuais de Psicologia. Não queriam apenas ser escutados. Queriam escutar. Devolviam perguntas. “E a Psicologia? O que é? O que quer?”...

Sentíamo-nos com os bolsos furados: como se, ao tentar alcançar algo em nossos bolsos teoricamente cheios, não encontrássemos técnicas prontas das quais pudéssemos lançar mão no intuito de dar conta daquilo que se passava no momento do trabalho. Foi necessário um deslocamento da problemática antes colocada por nós nos jovens como objetos de estudo. Quer dizer, o feitiço virou contra o feiticeiro, o dia do caçador era agora da caça, o objeto é que questionava o sujeito. Uma inversão inesperada e descabida, caso não estivéssemos atentos ao que, de fato, ocorria *entre* os tradicionalmente chamados sujeito e objeto: uma dupla captura, precisamente o que acontece em uma pesquisa-intervenção:

Na pesquisa-intervenção, sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa, se criam ao mesmo tempo. A relação que se estabelece é da ordem da imanência. As práticas produzem os objetos assim como também produzem políticas de subjetivação. (BARROS, 2007: 232)

Trata-se, pois, de enfrentar uma espécie de dever de casa a ser vencido: chacoalhar o que é entendido de imediato quando escutamos a palavra “psicologia”. Não há, inevitavelmente, contextualizações espaço-temporais aí? É impossível deixar de convocar a história desse saber e dessa prática com juventudes institucionalizadas quando justo um jovem autor de ato infracional, aquele do qual aprendemos e nos acostumamos a sentir medo, diz “tenho medo da Psicologia, pois ela entra na nossa cabeça”.

Vi-me forçada a pensar: que práticas eram aquelas esperadas da e reproduzidas pela Psicologia no programa? Que Psicologia é essa que invade mentes? Como tais práticas atravessavam as instituições pelas quais aqueles jovens circulavam e para além delas? No limite, “psicologia” fez-se um nome genérico para muitas práticas. E por isso um segundo deslocamento é aqui mapeável: era imprescindível acolher a diluição das clássicas fronteiras de sujeito e objeto, focalizando o olhar naquilo que se fazia difuso: não mais no que a Psicologia estuda e trabalha *sobre*, mas *como* o faz. Sendo assim, inevitável interrogar que outros modos de intervir com jovens nessas situações eram possíveis de engendrar. Precisamente nas interferências com esses guris e gurias é que essas análises se faziam não de uns ou de outros, mas de todos nós.

Mas talvez devamos nos indagar, antes de mais nada: como escrever sobre novos modos de intervir sem se referir àqueles que se pretende extrapolar? A resposta que encontramos está contida na pergunta: é um trabalho a ser feito nesse



embate mesmo, fazendo uso do que se quer ultrapassar como um impulso para o salto acrobata que se pretende. Trata-se do que Foucault afirma ser a *ontologia crítica de nós mesmos*:

uma atitude, um êthos, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível. [...] Implica, penso, o trabalho sobre nossos limites, ou seja, **um trabalho paciente que dá forma à impaciência da liberdade**. (FOUCAULT, 2003: 351) (grifos meus).

O mesmo autor nos ensina, portanto, que se pode tanto propor uma nova política ou uma nova ética a partir de uma história (ao historicizarmos, contingenciamos os limites do presente e então se abre para a possibilidade de novidades), como se pode fazer o contrário: a partir da transgressão do que somos, podemos fazer história – história do presente.

Heliana de Barros Conde Rodrigues, no precioso (e preciso) texto de apresentação do livro “Foucault e a Psicologia”, nos fala desse filósofo – carinhosamente apelidado de “careca” – e de sua

valiosa inquietação em face do que é considerado *dado, coerente, óbvio, lógico, previsível, evidente, funcional ou nobremente científico*, inquirindo o quanto comporta de “empatia com os vencedores” – para usar uma expressão de Walter Benjamin que, tal como Foucault, desejava “escovar a história a contrapelo” (RODRIGUES, 2005: 18)¹³

Ora, é uma variação disso a que Manoel de Barros (2004) nos convida em um de seus poemas sem nome, quando nos sugere utilizar o mesmo pente de formas tão destoantes que ele vire uma begônia. Subverter o uso do pente, quiçá, é um meio de escovar a história a contrapelo, se queremos nos utilizar dos acontecimentos e de seus graus de ruptura e transgressão como o que, de fato, faz história: a história do presente sempre em vias de feitura nos remete à história daquilo que se deseja transpor.

Disse Lilia Lobo, emblemática professora da Universidade Federal Fluminense, em uma defesa de dissertação de cuja banca participou no início de 2009: “Como se faz para desfazer, desinventar algo? Como desfruto um ovo? Acho que não há como voltar no tempo nem fingir que esquecemos o que sabemos, mas o que podemos é localizar a pergunta no *uso* que se faz do que sabemos. Talvez aí possamos preparar o ovo de outras formas, inventar outras práticas!”. A inquietação valiosa citada por Rodrigues surge no projeto Abrindo Caminhos nos encontros com jovens e aponta para as já manjadas práticas da Psicologia na atualidade que modulam subjetividades juvenis na direção de uma colocação nos eixos deste algo que está fora da ordem, fora da nova ordem mundial. Como fazer uso dessa história para inventarmos outras práticas?

A Psicologia tupiniquim e uma falsa dicotomia

Desde 1923, com a criação do Juizado de Menores e, em 1927, o Código de Menores¹⁴, teorias higienistas, racistas, eugênicas e intimistas da Psicologia e de áreas

¹³ A referência usada por Rodrigues para a expressão de Walter Benjamin é: Benjamin, Walter. “Sobre o conceito de história”. Em: *Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁴ Revisado em 1979.

afins têm influenciado significativamente a intervenção de um sem número de profissionais com crianças e adolescentes pobres, bem como a maneira da sociedade em geral percebê-los (COIMBRA e NASCIMENTO, 2003). Arantes (1999), Bulcão (2002), Coimbra e Nascimento (2003) nos apontam o abismo entre duas infâncias/juventudes construídas pelo Código citado: trata-se do *menor* – criança ou jovem “em perigo” ou “perigoso” por ser abandonado, carente, infrator, perambulante – e da *criança* – saudável, que estuda, que tem família, e por isso não requer assistência especial.

Gostaríamos que houvesse sido suficientemente potente o movimento coletivo e multidisciplinar que lutou e logrou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 para romper com noções caducas e dar espaço a novas práticas. Nem tanto. O ECA, percebemos, é só mais uma força que circula, em tensão com outras. Há de lembrarmos que, em nosso país, 300 anos de escravidão anteriores aos 63 anos de Código de Menores reforçaram idéias de que jovens pobres têm uma personalidade desviante – e, portanto, ou são uma ameaça à sociedade ou são vítimas incapazes de protagonizar suas histórias. Não é de se surpreender que ainda escutemos com enorme frequência termos como *menor*, *infrator* e *abandonado* vinculados a práticas *psi* – em grande parte das vezes apoiadas em um referencial familiarista, de sujeito de essência, de estrutura, cujos mistérios devem ser desvendados (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Engana-se, portanto, aquele que pensa que há uma oposição entre “bandidos” em conflito com a lei e “coitadinhos” sob tutela da medida protetiva. Uma única lógica sufocante se apresenta aqui e é norte tanto para as práticas que penalizam jovens autores de infrações quanto para aquelas que vitimizam jovens abrigados: a da biopolítica, a da condução de condutas, a da governamentalidade. Todos esses conceitos¹⁵ dizem do exercício de controle sobre a sempre fugitiva vida. Controle esse maior ou menor; em instituição fechada ou aberta; sob pelegos mais ou menos branquinhos, na tentativa de domesticá-la.

Como nos furtarmos ao fato de que entre um modo de intervir diabolizante e outro angelicalizante é onde reside o vento das infinitas possibilidades?

Talvez pelo risco e imprevisibilidade que essa aposta acarreta é que alguns prefiram não fazê-la...

Conhecemos já a famosa Psicologia “resolve-pepino”, que tanto recebe e com tanto gosto acolhe demandas para resolução de abacaxis, batatas-quentes, quiproquós, situações-problema. Ela já não está restrita a uma linha, a uma corrente teórica: diversos autores, através de sortidos conceitos e aparatos metodológicos, investem nessa direção. Tampouco se resume a livros técnicos, à fala e à ação de psicólogos; espraia-se no que se diz sobre ela, no que se espera dela, no que se sente frente a ela. É a mais repetida, produto também do senso-comum. Sabe-se que é a mais conhecida simplesmente porque ela nos chega através dos mesmos meios pelos quais ela se tornou celebridade: está em conversas de elevador, no jornal televisivo da noite de domingo, em piadas de bar, em cantadas, em expressões das mais populares. E, clichês à parte, um significativo número de profissionais está capturado nessa mesma lógica ortopédica e a reproduz¹⁶. Ora, quem de nós

¹⁵ Conceitos trabalhados principalmente nas últimas obras de Foucault, especialmente em cursos no Collège de France ministrados entre 1977 e 1979: “Segurança, Território, População” (Foucault, 2008a) e “O nascimento da Biopolítica” (Foucault, 2008b).

¹⁶ É importante ressaltar que a psicologia é apenas uma parte de um programa muito maior que compreende uma rede complexa de saberes à serviço do governo sobre existências.



não o faz em um momento ou outro? Já podemos dizer dela que é uma idéia de Psicologia que se cristalizou. Tornou-se Psicologia enquanto disciplina, Psicologia enquanto *coisa*. Acostumou-se com o que se tornou.

Há de se catar ventos

Ora, tratemos de desacostumar a Psicologia enquanto saber coeso. Vamos envergá-la, corrompê-la, tal qual Manoel de Barros faz com as palavras em suas poesias. Essa operação é prenhe de uma Psicologia sempre inacabada, momentânea, contingenciada. Práticas *psi* que se abrem e se refazem, rigorosamente fiéis ao que se passa na ocasião da intervenção. Estamos falando de modos de intervir que tomam o lugar de produção, em oposição ao da reprodução. Produção de história, uma outra história possível no presente. Cabe-nos, sobretudo, afirmar a possibilidade da invenção em nossa prática, movimento que encontra sua condição de possibilidade no encontro com esses modos de ser de jovens tão diferentes dos nossos, tão diferentes dos jovens-conceito dos livros e discursos *sobre* eles; isto é, uma potência de invenção que reside no *encontro*, portanto *local* e *datado*, com jovens. Trata-se, destarte, não de apresentar um novo modelo de Psicologia. Trata-se de fazer consistir uma ética, um modo de fazer Psicologia que abra mão de procedimentos pré-estabelecidos pelas violentas utopias da governamentalidade.

A universidade, nesse sentido, ocupa um lugar estratégico nos movimentos para a criação de novos modos de produzir o conhecimento numa perspectiva ética e política no contexto de políticas públicas. As mudanças do contemporâneo, problematizadas no âmbito da Psicologia Social, apontam a intensificação de demandas de trabalho e colocam em questão a formação *psi*, na medida em que esta é convocada a uma atualização diante das solicitações sociais e da necessidade de articular a Psicologia à gestão de políticas públicas. É diante disso que desenvolvemos ações de extensão e pesquisa que acompanham a formação de equipes e a implantação desses Programas de Trabalho Educativo.

Temos como pressuposto que a extensão é potente para criar processos metodológicos desde que se proponha a problematizar seu modo de intervir, tendo a pesquisa e o ensino como estratégias que afirmem a produção de conhecimento e a formação na relação com a comunidade (LAZZAROTTO et al, 2005). Nossa intervenção busca promover a análise coletiva dos modos de trabalhar, educar e subjetivar engendrados no contexto de políticas públicas juvenis.

Ao constataremos a freqüente abordagem da juventude como um problema social relevante na comunidade brasileira, percebemos que há uma tendência a localizar tal problema unicamente no jovem. Isto nos afasta da formação social que constitui essa condição (BOCCO, 2005). Temos como princípio para analisar uma política pública a organização de ações que possibilitem a mudança de lugar não somente do jovem, mas da forma como os diferentes agentes da sociedade se relacionam com ele. A dimensão do *público*, dessa forma, implica efeitos na *coletividade*. Isto é, somos impelidos a pensar em um *público* que não signifique exclusivamente *do Estado*, e sim que diga de um *plano comum* no qual circulam forças de coletivos que assim se fazem pela experimentação concreta desta condição (MONTEIRO; COIMBRA; FILHO, 2006).

Cartografar

Não sou eu quem me navega,
quem me navega é o mar

Paulinho da Viola

Então, como a Psicologia poderia se posicionar nesta trama cheia de piruetas imprevisíveis que compõem o contexto em questão? Logo percebemos que havia uma diferença entre uma Psicologia que acontecia (as práticas da nossa equipe) e uma Psicologia que era esperada, demandada, exigida, mas também por vezes temida e idealizada no Abrindo Caminhos, como é explicitamente notável na fala de um servidor da PRRS que certa vez nos interpelou para perguntar a respeito de um grupo proposto pela Psicologia para os jovens do programa:

“O que vocês fazem nesse grupo? Vocês, psicólogos, precisam botar na cabeça dessas crianças que ser doméstica é profissão digna, precisam dizer o que é melhor pra elas, restaurar, recuperá-las, dar palestras sobre essas coisas...”. (Diário Coletivo Ventovida, em 29 de agosto de 2006).

A Psicologia do Estação PSI, ao se esquivar de demandas como essa, era (e segue sendo...) inesperada, estranhada, misteriosa, eventualmente incômoda. Disse um outro servidor certa vez: “a Psicologia é um intervalo no meu cérebro”. Nessa mesma direção, Regina Benevides nos faz uma provocação:

A Psicologia, tal como qualquer outro campo de saber/poder não explica nada. É ela mesma que deve ser explicada e isto só se dá numa relação de intercessão com outros saberes/poderes/disciplinas. É no entre os saberes que a invenção acontece, é no limite de seus poderes que os saberes têm o que contribuir para um outro mundo possível (BENEVIDES, 2005: 23).

Era difícil explicar o que fazíamos, visto que nada era regra, nada era repetido ao pé da letra – ou, se era, sabia-se do risco de *cair por terra*. Sabíamos dizer que éramos uma Psicologia que queria manter-se na borda, que queria mesmo aquele algo de mistério, de indefinido. Mas seria equivocado dizer que ela era qualquer coisa, que era indefinida e que tanto fazia ter a Psicologia ali ou não. Algo ela fazia! Algo sempre se faz. Algo nela e dela se repetia, sim, algo dela reincidia, e aos poucos fomos avistando que isso não tinha a ver com técnicas, regras, macetes, esquemas de pensamento – “se *delinquente*, logo *falta do pai*”; “se *discurso vitimizado*, logo *sedutor*”; “se *entrada no programa*, logo *chamar a família para conversar*”; “se *excluídos*, logo *inclusão pelo trabalho*”; “se *psicólogos*, logo *escutemos*”. Com o rolar das águas – isto é, com o decorrer da experiência e das leituras em que me aprofundava – vi que tinha a ver com *pistas, princípios e critérios* isso que permanece, isso que dura.

É por isso que o termo *ética* nos serve: ele diz não de método, mas de *postura*, de *atitude*, de *modo*. Modo de trabalhar que é indissociável de um modo de pensar que é indissociável de um modo de viver. Ética como isso que dá sentido a uma forma de existir. Trata-se de um jeito encontrado para dar nome ao que essa arte de intervir em Psicologia faz consistir, a saber: a *expansão de vida*. Isso que, de alguma forma, em nossas incessantes tentativas de responder a essa pergunta, em nossas análises de nós mesmos e explicações para outros pode ser afirmado (dito), porque é afirmado (praticado) pelas intervenções. É uma questão política podermos responder o que essa Psicologia é (e não só o que ela não é), ainda que temporariamente, para que ela



não caia na vala do samba-do-criolo-doido, da relatividade absoluta, da indeterminação e consequente ausência de sentido. A cartografia, destarte, se alia a essa ética¹⁷ por ser conceito-ferramenta na afirmação de um fazer diferente possível no presente:

Na cartografia não se busca a firmeza de um equilíbrio estático ou avanços em direção à verdade enquanto experiência de eternidade. O cartógrafo é um experimentador das perdas que o conhecimento impõe. Ele também quer perder-se, pois é o único modo de ganhar: ganhar a experiência de se rever e de manter um certo grau de desprendimento perante a pesquisa e o conhecimento produzido (KIRST et al, 2003: 97).

Como profissionais *psi*, somos cartógrafos no Programa Abrindo Caminhos, acompanhando os movimentos que acontecem neste dispositivo segundo o princípio vital que nos guia. Temos duas ferramentas que consideramos fundamentais para operar processos de coletivização: os *diários* e os *coletivos de análise*.

Os diários são registros das linhas que vão sendo traçadas ao longo do Programa, desde 2003. O *diário coletivo* consiste em uma lista de discussão em ambiente telemático e é escrito pelos integrantes da equipe de Psicologia do Estação PSI. Espaço por onde circulam documentos, relatos, impressões, sentimentos e reflexões sobre a intervenção, é um instrumento que acompanha a alta velocidade do agenciamento juvenil que opera neste dispositivo. Através dele são elaboradas, coletivamente, estratégias de intervenção, bem como é produzida a análise sobre elas – colocando em cena também a produção de conhecimento a partir da prática (e a alternância com a mesma). Neste sentido, a escrita é cartografia e os conceitos constituem territórios, na medida em que prática e teoria estão intimamente conectados. Já o *diário de campo* é uma escrita individual de cada participante da equipe de Psicologia na qual se dá o pensar sobre si próprio, sobre os lugares que ocupa, sobre as suas implicações no processo.

Os coletivos de análise dizem da forma como intervimos: em praticamente todas as situações do cotidiano de trabalho há uma discussão em grupo. São reuniões com equipes em serviço para conversarmos sobre o jovem, são encontros para encaminhamento de seleções, são avaliações anuais a respeito do programa. O que se dá é a gestão coletiva do Abrindo Caminhos, como já mencionado. Especificamente, o *grupo-dispositivo* (BARROS, 2007) reúne os jovens em Trabalho Educativo e a Psicologia, semanalmente, desde novembro de 2005. Pretende-se um espaço de abertura para análise tanto dos processos dos jovens dentro da PRRS (trabalho nos setores, vínculos e a experimentação deste lugar) como dos temas abordados por eles e/ou propostos pela Psicologia (relativos à cidadania, à violência, à sexualidade, à política, ao contexto social, à questão étnico-racial, à organização do trabalho, à família, aos relacionamentos, etc.). Esse grupo constitui-se enquanto possibilidade de debate, de tensão de idéias, de olhar para o que se é – dimensão da história, do arquivo – e o que se *está tornando* no Programa – dimensão do atual, do devir (DELEUZE, 1996).

Para ventar mais

Entre tantos limites para operar a política pública no contexto brasileiro, emerge uma proposta que potencializa recursos já existentes. Em termos de infra-estrutura e apoio financeiro, um programa como o Abrindo Caminhos se efetiva no uso e na

¹⁷ Suely Rolnik provavelmente tem um dos materiais mais ricos a respeito da cartografia. É com essa autora que constatamos que a expansão de vida é o princípio do cartógrafo; princípio, por isso mesmo (e isso vai soar redundante), *extramoral e vital* (ROLNIK, 2006).

cooperação de meios disponíveis: o ambiente de trabalho, as equipes de servidores e a oferta de bolsas (para estudantes de graduação em Psicologia e para jovens do Programa) de estágio previstas na Procuradoria da República no RS. Da mesma forma, a Universidade, através da extensão, se vale das atividades de estágios curriculares e voluntários, formando equipes e acompanhando o desenvolvimento do programa, aliada à produção de conhecimento em iniciação científica e pós-graduação.

Esta política pública aponta diretrizes para outras mais ampliadas, na medida em que aquece uma rede existente. É uma potência que pode ser utilizada em outros contextos, em outros pontos do rizoma¹⁸ e que sempre pode encontrar um campo ilimitado para se tensionar diferentes linhas de subjetivação com o propósito de desnaturalizá-las. Sem dúvida, as repercussões atingem tanto os jovens participantes, como as equipes envolvidas no acompanhamento de políticas públicas juvenis, engendrando alternativas que orientem novas ações. Com isso, reafirmamos que o *público*, a coletividade dos participantes constitui um plano de constantes processos de subjetivação: os envolvidos ganham e produzem novas versões de si e do mundo.

Em geral, as análises realizadas sobre os programas que envolvem trabalho educativo atentam para suas repercussões na vida profissional e pessoal dos jovens contemplados, na medida em que tais programas objetivam essas transformações. Porém, o trabalho educativo ressoa para além do seu público-alvo – os jovens –, produzindo diferença também nas formas de ocupar o lugar-trabalhador daqueles profissionais envolvidos neste tipo de programa.

Os servidores públicos acabam vivenciando experiências em espaços que extrapolam os limites de seu local de trabalho. Enquanto orientadores, servem de referência para os jovens no que diz respeito às rotinas de trabalho; enquanto oficinairos, desenvolvem oficinas (de música, grafite, português, etc.) a partir das demandas dos jovens; e enquanto multiplicadores, atuam na expansão dos programas¹⁹, tanto dentro da própria organização quanto participando ativamente em ações no âmbito das políticas públicas juvenis.

Os Programas de Trabalho Educativo se desenvolvem na articulação entre equipes e funções não previstas no funcionamento hierárquico estabelecido nos estatutos dessas organizações. Assim como as relações interinstitucionais da rede que opera as políticas públicas juvenis ampliam o âmbito de inserção institucional da organização que possui um programa como esses. São novas relações necessárias ao funcionamento dos programas e que, ao mesmo tempo, promovem a análise institucional do trabalho e da cidadania que estão para além daquilo que os programas (e as próprias organizações) haviam se proposto a discutir.

Pela via do encontro, outros modos de relação são inventados, subvertendo esquemas de entendimento como os do medo, da ameaça e da necessidade de distanciamento. O mesmo jovem que outrora era visto como um “profissional do crime” com “sua vida já planejada” nesta via se vê e é visto, então, como estagiário de um órgão público federal; circula pelos setores da organização, desempenha tarefas administrativas, é confiado para realizar diversos procedimentos. Enfim, trabalha.

¹⁸ “O rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. (...) Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades” (DELEUZE, 1995: 31).

¹⁹ Lembremos que o Abrindo Caminhos é um dentre outros programas de Trabalho Educativo existentes em instituições do contexto jurídico.



E aquele jovem “sem esperança” e vulnerável se confronta com um novo jovem que se relaciona, tem responsabilidades, fala de suas percepções e demandas do trabalho.

Ao mesmo tempo, o servidor com medo, com pena, aquele mesmo que já foi assaltado, que já desacreditou dessa mocidade de hoje em dia, agora, quem sabe, acolhe, se relaciona, confia, se vincula, ensina e se compromete como educador. Com isso, urge uma oportunidade de se colocar em debate os as noções de identidades cristalizadas a respeito desses jovens e as formas de enfrentar a realidade da violência. É na tensão entre o receio e a disposição de compor uma nova subjetividade social que esse trabalho se dá.

*

Ao fim e ao cabo, é no *encontro* com jovens que esse trabalho tem sua força lançada e multiplicada, pois aposta nesse *entre* abundante em in(ter)venções *psi* possíveis e inéditas. Fazendo a crítica histórico-conceitual de nós mesmos, sentir uma lufada de ar: assumir que os bolsos estão sempre furados e é por eles que os ventos da invenção podem passar.

Georges Canguilhem (1972) igualmente se pergunta “O que é a Psicologia?” e, depois de nos levar pelo vasto caminho percorrido pelos projetos deste domínio de saber em seu texto, retoma a tensão entre Psicologia e Filosofia que o inicia:

É, pois, muito vulgarmente que a filosofia coloca para a psicologia a questão: di-zei-me em que direção tendes, para que eu saiba o que sois? Mas o filósofo pode também se dirigir ao psicólogo sob a forma — uma vez que não é costume — de um conselho de orientação, e dizer: quando se sai da Sorbonne pela rue Saint-Jacques, pode-se subir ou descer; se se sobe, aproxima-se do Pantheon, que é o Conservatório de alguns grandes homens, mas se se desce dirige-se certamente para a Chefatura de Polícia. (CANGUILHEM, 1972: 123)

Estamos nós, psicólogos, como bem pontua Guattari (2005), em uma encruzilha-da: ou reproduzimos modelos de intervenção que seguem na grande, mas aba-fada avenida-hegemonia subjetiva; ou buscamos ruelas, becos-saída onde circule o vento para processos de singularização. Na própria rue Saint-Jacques, entre o Pantheon e a Chefatura de polícia, certamente há muitas velas...

Referências Bibliográficas

ARANTES, Esther Maria M. De “criança infeliz” a “menor irregular” – vicissitudes na arte de governar a infância. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; COLS. *Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1999.

BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARROS, Regina Benevides de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?. Em: *Psicologia & Sociedade*. Mai-Ago 2005, vol.17, no.2., pp 21-25.

BOCCO, Fernanda. *Cartografias da infração juvenil*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e filosofia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Niterói, 2005.

- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069/1990. Brasília, 1990.
- BULCÃO, Irene. A Produção de Infâncias Desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. In: NASCIMENTO, Maria Lívia (org.). *Pivetes: a produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA; IULIANELLI (orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CANGUILHEM, Georges. O que é a Psicologia? *Epistemologia 2. Revista Tempo Brasileiro*, nº 30/31, pp. 104-123, jul-dez 1972.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol I*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- _____. Conclusão: do Caos ao Cérebro. Em: *O que é a filosofia?*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.
- FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: _____. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Segurança, território, população - Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *O Nascimento da Biopolítica - Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KIRST, Patrícia Gomes; GIACOMEL, Angélica Elisa; RIBEIRO, Carlos José Simões; COSTA, Luis Artur; ANDREOLI, Giovanni Souza. “Conhecimento e Cartografia: Tempestade de Possíveis”. In: FONSECA, Tânia Mara. & KIRST, Patrícia Gomes (org.). *Cartografias e Devires: A Construção do Presente*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; BOCCO, Fernanda; LINDENMEYER, Daniela; SOUZA, Alice de Marchi Pereira de. Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar. *Expressa Extensão (UFPEl)*, v. 10, p. 6, 2005.
- LOURAU, René. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; FILHO, Manoel Mendonça. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público?. *Psicologia & Sociedade*, v.18, n.2, p.7-12, mai/ago 2006.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Para desencaminhar o presente Psi: biografia, temporalidade e experiência em Michel Foucault. In: GUARESCHI, Neuza M. F.; HÜNING, Simone M. (orgs.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

3° lugar - Categoria Profissional



Os CAPS, a promoção de (Re) inserção social e a contribuição possível de um profissional “*psi*” no campo da saúde mental

Talita Barros Pereira de Araujo Miranda [CRP 05/37360]

Resumo

O CAPS é um serviço criado como desdobramento do movimento conhecido como Reforma Psiquiátrica. Neste artigo, pensaremos uma das diretrizes do Ministério da Saúde para o funcionamento dos CAPS. Neste trabalho, busca-se pensar a maneira como este novo dispositivo de cuidado na Saúde Mental pode promover vida a seus usuários. A metodologia aqui utilizada consta de uma pesquisa bibliográfica acerca das formas de agenciamento de vida para usuários de serviços CAPS, além de uma observação presencial, possível a partir da participação da autora em dois CAPS – sendo um deles um CAPS-ad. Tais experiências nos CAPS trouxeram angústias referentes ao limite da tutela e do cuidado – essencial no tratar em CAPS. Concluiu-se que as nuances de cada caso é que enriquecem a experiência com a diferença e fazem querer conhecer o sujeito diante do terapeuta, para quem o agenciamento de vida implicará novas formas de estar no mundo.

Palavras-chave: reabilitação psicossocial - tutela - cuidado



Introdução

A partir da década de 1970, vemos surgir no Brasil um movimento contrário às formas de opressão sofrida pelos loucos, inspirado num movimento semelhante ocorrido em Trieste – na Itália – e que recebeu o nome de Reforma Psiquiátrica. Nesse contexto, surgem os NAPS – Núcleo de Atenção Psicossocial, mais tarde os CAPS, Centro de Atenção Psicossocial – como um dos dispositivos substitutivos aos hospitais psiquiátricos, no que se refere ao tratamento dos loucos.

No que tange às drogas, por muito tempo a Saúde não quis se haver com esta questão. Este era um “caso de polícia”. A Justiça, na forma da lei, é quem deveria lidar com a questão da drogadicção. Os usuários de drogas eram presos, tratados como vagabundos. Com a expansão do uso de drogas na segunda metade do século passado, quando os usuários deixaram de ser pessoas distantes para se tornarem amigos e familiares, a droga deixa, então, de ser o depositário de tudo o que não presta na cultura (SILVEIRA, 1991). Daí, a Saúde toma para si a responsabilidade sobre esse cuidado.

Os CAPSad são os dispositivos de cuidado ofertados pelo Ministério da Saúde para esta clientela. Com a diretriz de redução de danos, na qual “as práticas são voltadas para minimizar as consequências globais de álcool e drogas” (BRASIL, 2004: 24) na vida dos usuários e de seus familiares, acredita-se que o “planejamento de programas assistenciais de menor exigência contempla uma parcela maior da população, dentro de uma perspectiva de saúde pública, o que encontra o devido respaldo em propostas mais flexíveis, que não tenham abstinência total como a única meta viável e possível aos usuários dos serviços CAPSad” (ibidem). “A idéia-chave dos programas de redução de danos é oferecer maior número possível de alternativas preventivas, suporte psicossocial e promoção de saúde, tanto para os usuários quanto para suas respectivas comunidades” (FERREIRA et al, 2006: 134).

A proposta deste artigo é a análise dos dois CAPS em que a autora teve o privilégio de contribuir e crescer, a fim de que se abra espaço para a discussão das diretrizes nacionais para a formação de um CAPS, bem como pensar a maneira como a Psicologia se faz importante nesse campo de trabalho, produzindo vida e ajudando na construção de cidadania dos sujeitos alcançados por ela na clínica do CAPS.

Os CAPS são regidos, inicialmente, pela portaria 224/92, que estabelece que tais serviços devam ser “intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar e oferecer cuidado em um ou dois turnos de quatro horas, por equipe multiprofissional” (idem:12). No caso dos CAPSad, a diretriz é que estes funcionem diariamente e disponham de leito para repouso e/ou desintoxicação ambulatorial para aqueles pacientes que dispensem a necessidade de internação em leito de hospital geral. Caso a necessidade de internação se faça presente, os CAPSad devem ser apoiados por leitos em hospitais da rede.

Atualmente, a portaria 336/02 é quem os regulamenta. Tal portaria deu maior complexidade aos CAPS, que agora “têm a missão de dar um atendimento diuturno às pessoas que sofrem com transtornos mentais severos e persistentes num dado território, oferecendo cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial, com o objetivo de substituir o modelo hospitalocêntrico, evitando as internações e favorecendo o exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias” (idem: 12). Tal inclusão social deve se dar promovendo acesso a trabalho, lazer e fazendo nascer laços familiares e comunitários mais fortalecidos e, ainda, através do exercício pleno dos direitos civis do sofredor de transtorno mental severo e persistente.

A portaria rege ainda que o CAPS e o CAPSad devem funcionar sob a lógica do território. Território aqui não pensado numa ótica geográfica, antes considerando uma “lógica subjetiva”, posto que referencia os ambientes familiares ao usuário, como a escola do bairro, a igreja, o vizinho, enfim, o cenário e o contexto em que vive o paciente.

Assim, “o território é constituído fundamentalmente pelas pessoas que nele habitam, com seus conflitos, seus interesses, seus amigos, seus vizinhos, sua família, suas instituições, seus cenários (igrejas, cultos, escola, trabalho, boteco etc.)” (idem: 11). É, pois, em “rede” com estes personagens que os CAPS devem se articular para o bom atendimento do usuário.

Diante da impossibilidade de varrer toda a extensão dos objetivos de um CAPS, as reflexões aqui formuladas se detiveram em uma de suas características primordiais, qual seja: “promover a inserção social dos usuários através de ações inter-setoriais que envolvam educação, trabalho, esporte, cultura e lazer, montando estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas”. A partir desse disparador, espera-se, será possível traçar um retrato de funcionamento dos CAPS objetos desse estudo. O objetivo aqui é refletir de que maneira os CAPS vêm se organizando a fim de promover a inserção social de seus usuários.

A Reabilitação Psicossocial

“(…) Como oferecer, face às exigências de internação e seus similares – que apontam para uma intenção de livrar-se daquele que transtorna – um reconhecimento do transtorno, e uma proposta concreta de abordá-lo que não a da exclusão?”

Ana Lobosque

Para começar a discussão, faz-se necessário trazer a definição do conceito de reabilitação psicossocial, pensado e discutido por autores prestigiados e pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A OMS define, da seguinte maneira, o que vem a ser o conceito de reabilitação psicossocial:

Conjunto de atividades capazes de maximizar oportunidades de recuperação de indivíduos e minimizar os efeitos desabilitantes da cronificação das doenças, através do desenvolvimento de insumos individuais, familiares e comunitários. (OMS *apud* PITTA, 1996: 21)

Este conceito visa a permitir ao paciente:

alcançar seu nível ótimo de funcionamento independente na comunidade, com a melhoria da competência individual, habilidades sociais individuais, competência psicológica, funcionamento ocupacional, autonomia e possibilidade de auto-defesa. (OMS *apud* TENÓRIO, 2001: 54)

A reflexão sobre tal definição revela um certo caráter pedagógico, como se houvesse um comportamento certo que precisasse ser alcançado, almejado e, dessa

maneira, ensinado. É possível repensar muitos dos conceitos ali lançados, como “recuperação de indivíduos” ou “nível ótimo de funcionamento independente”, por exemplo. O que isso quer dizer? Falar em recuperação pode induzir à compreensão de que há uma forma única de ser e estar no mundo, devendo ser buscada por aqueles que nela não se encaixam. Mas, afinal, seria possível uma determinação mais universal do que é ou de quando se alcança tal “nível ótimo de funcionamento independente”? Fernando Tenório salienta algo apontado por ele como subentendido nessa definição, que pode ajudar a encontrar nova direção nesta discussão: “tratar é ajudar a recuperar a competência social” (idem: 54). É sabido que o homem é um ser gregário, precisa estar em grupo, relacionando-se, trocando socialmente. Tais trocas, contudo, são especialmente difíceis para os portadores de transtornos mentais severos. Seus laços sociais são comprometidos e é tarefa do CAPS contribuir para que essa dificuldade seja, senão contornada, ao menos diminuída.

O manual do CAPS prevê que este seja “promotor de saúde e de cidadania das pessoas com sofrimento psíquico” e aponta que a população atendida pelo CAPS seja aquela que comporta as pessoas com sofrimento psíquico tal que as impeça de conduzir suas vidas, de realizar seus próprios projetos (BRASIL, 2004).

Também citado por Tenório em sua obra, Roberto Tykanori aborda a questão das trocas sociais e da contratualidade, que ajudará a pensar sobre a recuperação da competência social sugerida pelo primeiro como presente no horizonte do tratamento. Tykanori (1996) fala que para que haja troca é preciso haver anteriormente um valor de troca pré-estabelecido. Tal valor previamente suposto daria ao cidadão o poder contratual. Tykanori aponta para três dimensões as quais considera fundamentais para que ocorra o que chama de poder contratual: trocas de bens, de mensagens e de afetos.

Quando se trata do portador de transtorno mental, trocas nessas três dimensões estão prejudicadas. “Os bens dos loucos tornam-se suspeitos” (TYKANORI, 1996: 54), pois muitas vezes os loucos tornam-se interditos, o que lhes tira todo o “direito de ir e vir” além de diminuir sua autonomia, conceito que será discutido mais tarde com maior propriedade. As “mensagens são incompreensíveis” e os “afetos desnaturados” (TYKANORI, 1996: 55). Dessa maneira, o doente é visto como doente apenas, sendo-lhe tomado o direito ao lugar de trocas na sociedade, tirando-lhe, portanto, o direito de se constituir enquanto sujeito social.

A partir dessas idéias, Tykanori propõe, então, a discussão de reabilitação psicossocial abordando a questão de contratualidade. Como é possível pensar em promover reabilitação psicossocial sem falar em tornar possível ao portador de transtorno mental trocar com seus pares na sociedade em que vive? Dessa maneira, em consonância com as idéias de Tykanori, é possível a compreensão de que reabilitar passa por devolver ao sujeito certa positividade em seu valor, promovendo esse lugar de troca.

Por isso acredita-se na necessidade da desconstrução do manicômio. Lá é onde não há lugar reservado para essas trocas. O positivo, qualquer que seja, do paciente que lá se encontra é transformado em negativo, em desvalor. O manicômio é, então, o lugar de troca zero. A desconstrução do ideal de que louco não pode trocar não é feita de maneira simples e automática, antes é preciso buscá-la. A atual geração é herdeira de uma história que negou por muito tempo a positividade desses sujeitos, construí-la hoje de maneira diferente não é simples e requer trabalho.

Assim, na discussão de reabilitação psicossocial, faz-se mister discutir a noção de autonomia: o que é, do que se trata, como se promove, pois guarda íntima relação com o conceito de reabilitação psicossocial, tornando-se até mesmo condição de existência para a mesma.

Tykanori aborda a questão pela via da dependência. Ele aponta que autonomia é a capacidade que cada um tem de gerir sua própria vida, ou seja, uma capacidade de gerenciamento autônomo, na qual o sujeito pode fazer escolhas. Dessa maneira, nada tem a ver com independência, ao contrário, segundo o autor, trata-se de *dependência*. Ou seja, o indivíduo torna-se mais autônomo quanto mais dependente seja.

Entretanto, a dependência descrita por Tykanori deve ser ampla e de diversos *objetos*. O indivíduo não deve depender de apenas uma pessoa ou de uma relação estabelecida. A fim de que se torne autônomo, ele deve manter o maior leque possível de laços sociais, ao que nomeamos rede, o que dará oportunidade de criação de novas normas e ordens para a sua vida. É nisso que consiste nosso trabalho. Possibilitar que essa rede, tão frágil e estreita, no que tange aos usuários dos CAPS, possa se fortalecer e se expandir, ampliando a possibilidade de que os sujeitos possam realizar seus projetos, como preconiza o Manual dos CAPS citado anteriormente.

Segundo Tykanori (1996), é diante dessa ausência do poder contratual, devido a bens alienados e mensagens incompreensíveis e, ainda, afetos embotados, que o profissional de Saúde Mental precisa *emprestar* sua contratualidade para que o usuário desenvolva a sua. É preciso que o profissional “abra caminhos” a fim de promover tais laços que o paciente não consegue por si só. Com relação à família, faz-se necessário restabelecer uma relação rompida devido às tantas dificuldades que envolvem ter um familiar portador de transtorno mental ou usuário de drogas em casa, pois se trata de uma família já cansada de muitos anos de sofrimento e sem orientação sobre como proceder e mesmo sem ajuda, alguém com quem possa contar.

O CAPS deve funcionar também como esse amparo de que a família necessita. Por outro lado, há uma certa falta de entendimento por parte da família sobre o que vive e sente um portador de transtorno mental. No que tange ao usuário de droga, a família, por não entender o que sente o sujeito adicto, atribui, um sem número de vezes, sua adicção à sem-vergonhice. Muitas vezes, desconhecem os sintomas produtivos (como as vozes, por exemplo) e creditam mudanças de comportamento de seus familiares à pirraça, mal-criação etc., o que torna a atmosfera de convivência em casa muito ruim. Como previsto no manual do CAPS, é preciso que o serviço preste atendimento às famílias, no sentido de promover essa escuta e esse acolhimento tão necessários para que esse ambiente familiar se reestruture de outra maneira, com mais tolerância.

Quando se trata de viabilizar novos contratos dos usuários com a sociedade, essa via de intermediação deve, igualmente, ser utilizada. É preciso que façamos *com* ele aquilo que é necessário para sua inserção social, mas que ele não consegue fazer sozinho, até que isso se torne possível.

É patente que esta é uma tarefa bastante complicada, posto que pode nos levar a uma postura de tutela para com nossos pacientes. A pergunta que atormenta é, então, “até onde devemos caminhar com eles e onde é hora de parar e apostar que podem seguir sozinhos e por suas próprias pernas caminhar, alcançando a autonomia de que falamos anteriormente?”. É, pois, esse o nosso próximo tópico de discussão.

A Tutela x O Cuidado

“Nossa escolha implica o permanente empenho de oferecer a ele a possibilidade de enfrentar de outra maneira a existência.



Mas inclui o risco de o paciente se matar (...).
Talvez não consigamos que ele construa um novo
modo de existir (...),
não temos o poder de impedir sua morte”

Fernando Tenório.

É fato que a exclusão social da loucura se dá pela negação do poder contratual do paciente, entretanto, fica a pergunta de até onde se deve avançar na promoção desse lugar de troca ao sujeito portador de transtorno mental severo e persistente e àquele com transtorno decorrente do uso e dependência de substância psicoativa. É fácil perceber que esta é uma angústia com que se deparam os profissionais que trabalham com esta clientela.

Tenório fala na importância de “acompanhar o sujeito” e diz ser este o cerne da clínica (TENÓRIO, 1996: 66). Ele convoca a pensar nesta importante questão porque é na busca da autonomia dos pacientes que, muitas vezes, os profissionais “impõem” aquilo que entendem ser o melhor, sem dar qualquer alternativa de escolha aos pacientes. Assim, na “melhor das intenções”, cometem-se barbaridades e “atropelam-se” os sujeitos e seus desejos e os profissionais acabam por desejar por eles. É preciso, pois, acompanhar o sujeito em sua singularidade, em sua particularidade. Ouvindo-o, dando lugar à sua palavra. Quanto a isso Ana Lobosque afirma:

Trata-se de algo impensável no registro da psiquiatria clássica, onde a palavra do paciente tem como valor maior aquele de indicar-nos os fenômenos de sua psicopatologia: há desagregação do pensamento? Alucinações auditivas? Alterações da consciência do eu? Estes aspectos não deixam de interessar-nos; todavia, subordinamos sua investigação ao princípio de que a palavra, por desarranjada que esteja em sua tessitura, resguarda ao menos virtualmente a possibilidade de interlocução: mesmo quando fala sozinho é a um Outro que o sujeito se dirige – um Outro que por sua vez fala com ele, ainda que alucinatoriamente. Mesmo quando a possibilidade de endereçar-se a alguém parece inteiramente perdida, não será jamais perda de tempo procurar resgatá-la. (LOBOSQUE, 2001: 39)

A esta palavra, matéria-prima do tratamento, cabe-nos cavar-lhe um lugar – quando partimos do princípio de que o sujeito fala, situando a materialidade do seu dizer como o alicerce possível da nossa construção. (idem: 40).

O projeto terapêutico individualizado, prática adotada nos novos dispositivos de cuidado à saúde mental, pode ser muito útil nessa direção, pois guiará o rumo do tratamento a ser adotado para tal e qual paciente, respeitando, contudo, a singularidade de cada um, posto que é individual. Nele, são traçadas metas, indicadas certas atividades, dispositivos, medicamentos, etc, mas apenas com a resposta do sujeito – que virá *a posteriori* – é que se entenderá se é possível dar ou não continuidade ao trabalho a ser desenvolvido.

Tal estruturação de cuidado é defendida por Emerson Merhy (1999), que cita também Gastão Wagner e Sérgio Resende Carvalho, os quais descreveram suas experiências na rede básica da Prefeitura de Betim/MG. Esses autores defendem a importância de repensar a micropolítica do cuidado em saúde, chamando à responsabilidade cada um dos profissionais envolvidos no cuidado do paciente a fim de pensar seu plano de cuidado individualmente, centrando o cuidado no usuário e não no procedimento. Pensando nessa relação de cuidado, Merhy afirma:

Qualquer abordagem assistencial de um trabalhador de saúde junto a um usuário paciente, produz-se através de um trabalho vivo em ato, em um processo de relações, isto é, há um encontro entre duas pessoas, que atuam uma sobre a outra, e no qual opera um jogo de expectativas e produções, criando-se inter-subjetivamente alguns momentos interessantes, como os seguintes: momentos de falas, escutas e interpretações, no qual há a produção de uma acolhida ou não das intenções que estas pessoas colocam neste encontro; momentos de cumplicidades, nos quais há a produção de uma responsabilização em torno do problema que vai ser enfrentado; momentos de confiabilidade e esperança, nos quais se produzem relações de vínculo e aceitação. (MERHY *apud* MERHY, 1999: 5)

Tudo isso fala de cuidado, autonomia e tutela. Merhy, em outro texto, ainda abordando a mesma questão, traz o conceito de autopoiese. Baseado neste conceito, ele vai falar em autonomia, lugar do sujeito, cuidado sem tutela. Ele toma esse conceito “emprestado” da biologia. Nesta última, ele significa produção de vida. Eis o que diz Merhy:

Essa imagem de autopoietico, pego emprestado da biologia, que a utiliza para falar do movimento de uma ameba, porque expressa e significa uma situação de que o caminhar de um ser vivo é imediatamente produzir vida, para manter-se como ameba. Ou seja, um movimento que tem que construir o sentido de um viver, senão a sua característica de ser vivo se extinguiria. Assim, tem a força de representar o movimento da vida que produz vida. A autopoiese, portanto, é isso, um movimento da vida produzindo vida (MERHY, 2007: 27).

É possível ao CAPS promover vida através da aposta nesse caráter autopoietico, ou seja, de que o sujeito se constitui a si mesmo, em busca de produção de vida. Conforme dito, faz-se necessário ouvir o sujeito em sua singularidade e ajudá-lo em tal constituição, pois ele mesmo, seguindo a autopoiese se colocará em busca de vida.

Merhy marca uma diferença entre tipos de tutela. Ele fala acerca da tutela outorgada e da tutela conquistada. Diz que aquela é imposta pelo Estado àqueles “que não conseguem acessar alguns benefícios mínimos, em relação ao conjunto de bens básicos que podem qualificar o seu modo de estar, aqui, neste globo” (idem: 28). Fala ainda que a segunda é conquistada por alguns grupamentos sociais em sua luta cotidiana.

Além desse desenho, Merhy considera que há a tutela de efeito castrador e a tutela que autonomiza. Esta idéia resume bem seu pensamento, o qual segue abaixo na tabela criada pelo próprio autor:

	Agir Castrador	Agir Libertador
Tutela outorgada	Posicionamento “doativo” com processos criativos e de vitimização.	Os bens doados são encarados como “uma vara para produzir uma pesca”, como ferramentas que aumentam a governabilidade sobre o mundo.
Tutela conquistada	Posicionamento autoritário, com processos auto-centrados ou reacionais punitivos.	A conquista é entendida e respeitada democraticamente como direito de cidadania, como válida e legítima, além de compreendida como base para a contratualidade social entre todos nós e os outros, iguais deste ponto de vista.
	DESPOTENCIALIZAÇÃO DAS MÁQUINAS DESEJANTES	POTENCIALIZAÇÃO DAS MÁQUINAS DESEJANTES

(MERHY, 2007: 29)



Como se vê, o agir libertador tem sua positividade independente em que tipo de tutela é exercido. Como seu próprio nome diz, é libertador e promove potencialização de desejos, respeitando os espaços de cada sujeito tutelado, sua singularidade. É preciso que o agir do CAPS seja neste nível. Assim, a tutela, que por vezes os profissionais vêm-se obrigados a exercerem no CAPS, não é de todo ruim, antes necessita ser libertadora.

Como afirmam Dell'Acqua & Mezzina, a chegada ao serviço de tratamento não deve determinar uma "ruptura na sua continuidade existencial e histórica" (DELL'ACQUA; MEZZINA, 2005: 176). Por isso, o paciente deve poder se ambientar, localizar, ir à sua própria casa. O local de tratamento "assume, assim, uma conotação simbólica de lugar de relações e não de limitação, de segregação mais ou menos temporária" (DELL'ACQUA; MEZZINA, 2005: 177).

O CAPS II

"(...)Capacidade de elaborar projetos,
isto é, ações práticas que modifiquem
as condições concretas de vida [dos usuários] (...),
para que as abordagens terapêuticas específicas
possam contextualizar-se."

Roberto Tykanori

As reflexões neste tópico referem-se ao trabalho realizado em um CAPS II na cidade do Rio de Janeiro e os personagens estão apresentados com outros nomes que não os seus.

Ana tinha cerca de quarenta anos e chegou ao CAPS encaminhada pela justiça que julgaria a guarda de seus filhos. A princípio, este não nos pareceu "um caso para CAPS", pois Ana não apresentava os sintomas produtivos aos quais nos habituamos dentro de um serviço de Saúde Mental e parecia-nos mesmo que, ao final do processo, diríamos ao juiz que ela poderia ficar com seus filhos, colocando um ponto final a essa história que, acreditávamos, acompanhariamos pouco. No entanto, o tempo foi passando e fomos descobrindo a Ana.

Fazia parte de seu projeto terapêutico individual acompanhá-la até o banco uma vez por mês para pegar, junto com ela, seu benefício. O caminho até o banco era um suplício para Ana. Sentia-se insegura ao atravessar a rua, não sabia como portar-se no banco, o que fazer, com quem falar. Ela era, enfim, um típico caso a quem deveríamos "emprestar" nossa contratualidade. Ana não sabia como se portar no banco e sentia-se insegura por isso. Ana nem sequer sabia como chegar até o banco. As idas até lá em sua companhia, portanto, não deveriam restringir-se à ida apenas. Era preciso compreender como era Ana na rua, se respeitava o sinal de trânsito, se olhava para os dois lados ao atravessar a rua etc.

Era, portanto, um exercício para nós mesmos. Era um exercício que nos fazia lembrar que essas coisas não são dadas e não existem *a priori*, não nascem conosco, que é preciso aprendê-las e que tal aprendizado se dá nas trocas sociais acima abordadas exaustivamente.

Acompanhávamos também Ana ao supermercado a fim de conhecermos sua maneira de lidar com as compras, escolhendo entre objetos de primeira necessidade

e supérfluos. Era preciso entender a lógica utilizada por Ana em suas compras de supermercado, atividade à qual teria de se submeter, cotidianamente, sem a ajuda do CAPS. O dinheiro que Ana recebia era administrado pelo CAPS e seu técnico de referência tentava lhe “ensinar” a importância de guardar e investir em gêneros de primeira necessidade.

Com o tempo, não apenas o caminho até o banco tornara-se menos penoso a Ana, que já sabia, inclusive, os procedimentos que deveria utilizar no banco – pegar senha, bem como onde pegá-la, onde aguardar –, como também já reconhecia o lugar onde estava, conseguindo minimamente localizar-se espacialmente. Sua relação com os filhos era permeada de mais intimidade e já se percebia Ana intervindo quando notava a necessidade de lhes chamar a atenção por determinados comportamentos impróprios.

Este é um caso cujo empréstimo de nossa contratualidade vinha dando certo e surtindo bons efeitos.

Outros dois pacientes tinham uma história longa de internação e os chamaremos de Allan e Gustavo. O primeiro morava no programa de moradia do hospital Nise da Silveira e o segundo encontrava-se internado no mesmo hospital, mas não estava inscrito no programa de moradia. Ambos tinham famílias que lhes visitavam com frequência, mas que não escondiam seus desejos de mantê-los no hospital, longe de casa e delas, portanto.

O projeto terapêutico de Allan implicava em envolver sua mãe em seu tratamento. Buscávamos mostrar-lhe a importância de participar das atividades que promovessem vida a seu filho. Allan gosta de produzir com cartolinas. Com elas montava armas, colares, máscaras e afins. Não era assim quando chegou ao serviço. Seus desenhos não eram tridimensionais, desenhava no plano. Suas produções “evoluíram”, por assim dizer.

O projeto terapêutico de Allan incluía visitas domiciliares (V.D.) à sua família com vista a produzir estreitamento dos laços afetivos já muito desgastados. As visitas ocorriam e sua mãe contribuía com elas. O pai de Allan ficava em casa à espera da chegada de seu filho. Eles conversavam e Allan lhes mostrava o que produzia no ambiente do hospital, sua atual casa. Muitas vezes, deixava exemplares de suas produções na casa dos pais. Por vezes, as dava aos pais; em outras, colocava-as pessoalmente num cantinho no “rack” da TV.

Este é um caso bem complicado no que tange à reabilitação psicossocial. D. Helena, mãe de Allan, ganhou na justiça o direito de não ter seu filho em casa. Também não podia deslocar-se com ele sem a presença de um funcionário do hospital. O trabalho, para além de reinseri-lo no campo social das trocas, visava a que Allan pudesse minimamente conviver com sua família novamente.

Allan não falava, o que produzia bastante angústia no trato com ele. Trocar com Allan poderia ser tarefa impossível! Como entender e, conseqüentemente, atender às necessidades dele se ele não as colocava? No entanto, a cada dia, novas formas de comunicação eram descobertas. Allan descobriu maneiras outras que não a linguagem verbal para se expressar e fazer entender. Circulava muito bem pela casa e os demais pacientes o respeitavam e cumprimentavam. Havia trocas, portanto, e Allan seguia em seu difícil trabalho de reabilitação.

Com o tempo, percebia-se que Allan respondia aos cumprimentos da equipe e a algumas das perguntas, não apenas via gestos, mas também emitia sons que se assemelhavam aos “bom dia” e “tudo bem?” que recebia. Isso vinha sendo



conquistado pela valorização do seu objeto de troca. No CAPS havia espaço para Allan e suas produções, via pela qual, majoritariamente, escolheu se expressar.

O outro paciente, o Gustavo, também tinha questões com sua família. Era um paciente que se encontrava internado há bastante tempo e cujos laços sociais eram remotos. Quando chegou ao CAPS pela primeira vez, vindo da enfermaria, um grupo jogava dominó. Convidado a participar do jogo, aceitou. A princípio, parecia não entender bem que era preciso aguardar sua vez para jogar e que era preciso respeitar o sentido que movia o jogo a fim de encaixar a sua peça no local apropriado e somente na sua vez. O jogo correu tendo que parar muitas vezes para explicar a Gustavo as “regras do jogo” que eram, até certa medida, as “regras da boa convivência”. Ele não entendeu naquele momento e o jogo seguiu, com os participantes explicando-o em todo o tempo, a cada intervalo de uma jogada e outra. Ao passar do tempo, era possível ver Gustavo estabelecendo trocas muito positivas naquele ambiente. Percebia seu espaço e respeitava o espaço do outro. Trocava cigarros: pedia quando não os tinha e os dava quando os tinha.

Havia projetos de que Gustavo fosse morar em sua própria residência. O CAPS vinha estabelecendo contato com sua família para que isso ocorresse o mais breve possível. Havia uma aposta do serviço e a família parecia querer abraçar a idéia. Gustavo já tinha uma cuidadora que o acompanhava em suas atividades no CAPS, duas vezes por semana. O vínculo entre eles vinha sendo estabelecido e Gustavo deveria, em breve, mudar-se para sua nova casa sem, obviamente, abandonar o tratamento.

Esse trabalho de “devolver” Gustavo à sociedade partiu do serviço, que vinha emprestando da contratualidade de seus funcionários para que Gustavo construísse a sua própria através da busca por novas maneiras de colocar Gustavo no mundo, o que significava apostar nas suas habilidades como material de troca. Gustavo tocava flauta muito bem, habilidade que vinha sendo incentivada no CAPS. Essa era uma das poucas atividades que lhe proporcionava prazer e já notávamos como a oficina de música tinha lugar de importância neste contexto.

Com relação à “reabilitação psicossocial através do trabalho e da cultura” (BRASIL, 2004), pode-se pensar acerca do projeto de geração de renda existente dentro deste CAPS. Em determinado momento, esse projeto restringia-se à venda de bijuterias, produzidas pelos próprios pacientes no espaço do CAPS, na “oficina de bijuteria”. Eles mesmos produziam as peças e montavam a barraquinha para a venda. Na maior parte das vezes, essa barraquinha era colocada dentro mesmo do hospital (onda *ainda* funcionava o CAPS). Outras vezes, a barraca era montada em feiras promovidas pela prefeitura ou órgãos afins.

O rendimento com essas vendas era pouco, o que vinha desanimando os pacientes. Em determinado momento, contudo, mudou-se o foco da oficina de geração de renda. Entrou nela um paciente que sabia cozinhar muito bem e que, inclusive, tinha uma barraca própria de lanches, que estava momentaneamente parada devido a uma crise por que passara. Ele, então, em conjunto com os demais integrantes da oficina, vinha produzindo deliciosos lanches que vinham sendo vendidos no hospital, no mesmo local onde antes funcionava a barraquinha de bijuteria.

Esse é mais um exemplo de como tornar factível a existência de laços para esses pacientes tão carentes deles. O CAPS vinha conseguindo produzir novas formas de existência para esses pacientes que eram alcançados por essas ações promotoras de vida. Vinham saindo do espaço de “troca zero” para um em que havia trocas, ainda que incipientes.

Eduardo, o paciente que cozinhou ali, vinha demonstrando interesse em reaver seu projeto particular. Vinha se sentindo motivado e já começava a distribuir cartões com seu nome e telefone a fim de angariar novos clientes. Falava sempre que o carinho que recebia no CAPS era fundamental em seu soerguimento, o que faz lembrar uma afirmação de Tykanori:

Não tem sido automática a passagem de uma situação de desvalor para uma situação de participação efetiva no intercâmbio social. Ao contrário, é mais presente a tendência a estacionarmos em um patamar de assistência humanizada, mais tolerante, eventualmente até mais belo, porém igualmente excluída e desvalida (TYKANORI, 1996: 56).

Não é simples nem automática, como afirmou Tykanori, a passagem de um estado de desvalor para um estado de trocas sociais. Esse espaço precisa ser construído e é preciso considerar a singularidade, sim, de cada sujeito, mas é preciso também compreender que isso não é o bastante.

Outra história que vale a pena conhecer é a de Tércia. Tércia era uma jovem recém-saída da adolescência, tinha dezenove anos. Sua mãe era também paciente psiquiátrica e a separação no tratamento de ambas, que se tentava no começo, não se mostrou possível. Assim, Márcia e Tércia se tornaram pacientes do CAPS.

Tércia morava num pequeno apartamento com sua mãe, dois casais adultos e algumas crianças. Seu pai, naquele momento, falecido há pouco, também havia morado ali. Tércia vivia, ao que parecia, enclausurada naquele lugar. Aparentemente, não tinha nenhuma atividade de prazer. Não saía, não caminhava, não se distraía. Quando parte da equipe fora visitá-la, encontrou-a deitada num canto da sala, assistindo TV.

Suas idas ao CAPS restringiam-se a uma ou duas vezes por semana. Quando chegava ao CAPS, sentava-se num banquinho no *hall* de entrada e lá ficava. Não respondia aos convites de sua terapeuta de sair, circular pelo CAPS e conhecer o que este podia lhe oferecer. Certo dia, aceitou subir as escadas e conhecer o espaço da oficina expressiva. Não quis desenhar ou usar nenhum dos materiais à disposição; no entanto, expressou-se pela música. Começou a cantar uma música e foi acompanhada por outra paciente que lá estava. Dançaram as três: Tércia, a terapeuta e a paciente presente. Tércia parecia se divertir. Daí em diante, Tércia criou um vínculo muito positivo com sua terapeuta, reconhecendo-a e permitindo que participasse de “seu mundo”, de sua rede.

A psicóloga técnica de referência de Tércia entendeu ser importante começar a desenvolver com ela um trabalho que privilegiasse atividades do seu interesse. Assim, a convidou a um passeio pelos arredores do CAPS sem, contudo, abandonar as dependências do hospital. Neste passeio, observaram as formigas, fingiram nadar numa piscina imaginária e brincaram num balanço. O passeio surtiu bom efeito e, no dia seguinte, Tércia voltou ao CAPS pedindo novo passeio. A partir daí, surgiram novos laços de Tércia com o CAPS e seus trabalhadores.

Tércia apresentou em pouco tempo no CAPS (cerca de oito meses) alguns episódios de agitação, chegando a agredir alguns dos técnicos do CAPS. Entretanto, é possível que fosse fruto do trabalho que vinha caminhando. Tércia, com o passar do tempo, sentia-se bastante à vontade no ambiente do CAPS e, por isso, apresentava ali comportamentos seus que antes eram restritos ao ambiente familiar, mais íntimo, particular. Desse modo, conseguia-se ampliar a rede de Tércia. Seus laços, ao que parece, iam se ampliando e ela permitia que o CAPS compusesse sua rede,



inserindo-se em sua subjetividade. Viam-se avanços em seu grau de contratualidade, havia por parte de Tércia um certo respeito ao vínculo positivo criado com sua terapeuta. O CAPS ia ganhando certo lugar de valor para Tércia, que permitia cada vez mais “sua invasão”, aceitando-o e recebendo-o.

A seguir, reflete-se acerca do processo de reabilitação com outra clientela que, a princípio, tem outras necessidades. A clientela de álcool e drogas.

O CAPSad

“Talvez a questão mais contundente que o toxicômano nos coloca, e que o diferencia do doente mental, seja que o prazer que a droga propicia se encontra no campo do real e não do imaginário. E o mais embaraçoso disso é que a realidade desse prazer pode ser comprovada por qualquer pessoa que se proponha a experimentar os efeitos da droga.”

Dartiu Xavier da Silveira

Pensar na reabilitação psicossocial daqueles que respondem aos sofrimentos a que são sujeitos pela via da drogadicção é tarefa árdua. No CAPSad objeto desse estudo existiam algumas atividades, nas quais é possível contemplar a reabilitação psicossocial.

Uma delas era o Grupo de Trabalho da Biblioteca – o GT da Biblioteca. A idéia surgiu com a vontade de alguns pacientes em organizar uma biblioteca. Foi contratado, então, entre usuários e técnicos, que esta seria uma atividade coordenada por um grupo de pacientes com co-coordenação de uma técnica do serviço e com o apoio logístico, por assim dizer, do Capsad. Sendo assim, os usuários deveriam catalogar livros, decidir rotina de funcionamento, regras de empréstimo e devolução. Enfim, gerenciar todo o funcionamento da biblioteca.

O grupo se encontrava uma vez por semana com o intuito de catalogar livros que eram fruto de doações, seja dos técnicos, seja dos usuários, seja de familiares ou conhecidos. O GT era composto por cerca de seis pacientes. Um deles era o responsável pelo conserto de alguns dos livros que se encontravam em mau estado de conservação. O restante do grupo se revezava na tarefa de catalogação, que consistia em registro no caderno de controle da biblioteca e etiquetagem dos livros, obedecendo a numeração que facilitasse a busca na estante.

O GT tinha uma característica de grupo aberto, ou seja, poderiam participar dele quaisquer usuários que portassem um mínimo de interesse pela rotina de uma biblioteca. A única exigência era que ao final do GT se comprometesse com o trabalho da biblioteca em si, ou seja, quando estivesse de fato funcionando, com empréstimo de livro. Assim, a idéia era de que aquele que contribuía com a formação da biblioteca também doasse de seu tempo, implicando-se no funcionamento rotineiro da biblioteca, quando de seu efetivo funcionamento.

Era curiosa a autonomia de que dispunham, se comparados à clientela CAPS II. Procuravam contato com editoras, agenciavam doadores de suas relações pessoais e que, muitas vezes, nada tinham a ver com o serviço de saúde. Decidiam regras de empréstimo e devolução. Ficava a pergunta: “de que maneira ‘promover a inserção social dos usuários através de ações intersetoriais que envolvam educação, trabalho, esporte,

cultura e lazer, montando estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas” (BRASIL, 2004:13), visto que eles pareciam tão pouco carentes nesse sentido?

Com a passagem do tempo, percebeu-se o engano. Ainda que de maneira diversa à da clientela do CAPS, aqueles usuários também precisavam do empréstimo da contratualidade do técnico, conforme se vem discutindo aqui.

No próprio GT, eram comuns ansiedades e imediatismos dos pacientes, muitas das características que possivelmente contribuíram para que chegassem ao uso compulsivo de drogas, tornando-os portadores de transtornos decorrentes desse uso abusivo. Ali era, portanto, o espaço para a lida e o enfrentamento dessa realidade. Mais uma vez o CAPS, agora o CAPSad, apresentava-se como parceiro no “enfrentamento dos problemas”.

Desse GT, fazia parte o João Carlos que, assim como a maior parte da clientela daquele CAPSad, provinha de família classe média. Estudara numa escola tradicional do Rio de Janeiro, na zona sul carioca. Ao repetir de ano, fora expulso da escola e era possível perceber que falava disso com certo remorso. Diante de alguns episódios de sua vida, começara a fazer uso de substâncias psicoativas, tornando-se toxicômano.

João falava acerca de um projeto desenvolvido por ele numa das clínicas de reabilitação por que passara. O projeto era semelhante ao projeto da biblioteca. Contudo, lá ele fazia tudo sozinho, porque era uma atividade por que somente ele se interessava. Sendo assim, era responsável por todas as etapas de montagem da biblioteca. Notava-se certo gozo no falar de João, quando se referia a isso.

Com João, percebia-se que o GT devolvia a ele a auto-estima, a certeza de que podia investir em si mesmo, em seus projetos, apesar de ouvir sempre lá fora que isso não era possível desde que se envolvera com o uso de drogas. João conhecia bem de informática e, com muito cuidado, parecendo não confiar muito de que era capaz, oferecia-se para eventuais trabalhos necessários com o uso do computador. Em seu caso, o CAPSad dava de sua contratualidade na garantia de que era possível fazer novos seus caminhos.

No CAPSad também realizavam-se atividades fora da instituição, muito similares àquelas desenvolvidas no CAPS. Naquele, contudo, os técnicos observavam menos os pacientes, a preocupação era menor ou inexistente com coisas com as quais certamente a equipe de um CAPS II se preocuparia com a maior parte de sua clientela. O que não quer dizer, de maneira nenhuma, que as saídas eram livres de quaisquer preocupações.

A clientela de um CAPSad está habituada a trocar no meio social por intermédio da droga. As saídas, muitas vezes, lembravam isso a eles. Uma atividade que era comum naquele CAPSad era o futebol quinzenal. Numa dessas reuniões foi também o aniversário da técnica responsável por essa atividade e os usuários se agitaram para oferecer a ela uma festinha de aniversário. Depois de tudo organizado, a técnica aniversariante, experiente nesse campo de trabalho, achou por bem levar a discussão para o espaço coletivo, a assembléia de pacientes e usuários. Ela entendeu que aquela simples comemoração de aniversário, com churrasco, bolo, música e festa, poderia produzir desconforto para alguns usuários que ainda não se sentiam aptos a estarem numa festa sem álcool.

Essa experiência demonstra o quanto o CAPSad precisa estar atento para o lugar que ocupa na vida desses usuários. A troca que faziam, conforme já assinalado, era



por meio da substância à qual eram adictos. O CAPSad deve saber que é o meio pelo qual as trocas são efetuadas, é preciso observar a maneira como facilita tais trocas.

Outra atividade comum ali era a chamada sexta cultural. Nesse espaço, visitavam-se museus, exposições, parques da cidade. Os destinos de tais passeios surgiam de sugestões dos usuários e/ou dos técnicos. Em um desses passeios, a uma exposição, estavam todos juntos, mas pouco a pouco se viam alguns pacientes se afastando. O primeiro impulso era perguntar aonde iriam e o que fariam, pois havia a preocupação de que saíssem para beber em algum bar ali por perto, mas era preciso conter o impulso à tutela castradora. Era preciso que exercessem sua autonomia, sua liberdade, sua contratualidade.

Eliseu, que também compunha o GT de biblioteca, criou forte laço com a autora e, numa de suas conversas no espaço de convivência, contou um pouco de sua trajetória. Disse que costumava sair muito, freqüentava os museus, gostava de ver exposições, ir a shows, mas depois da droga não mais realizava essas atividades.

Eliseu era diferente dos pacientes *percebidos* pela autora tão autônomos. As coisas para ele eram mais devagar. Percebia-se que ficava mais no CAPS, seu contrato era de extrema intensividade. Percebia-se nele uma precariedade grande no que tange aos seus laços sociais. Fazia-se necessário estar no serviço muitas horas por dia, vários dias na semana. Quando não estava ali, aos finais de semana, Eliseu freqüentava maciçamente os grupos de mútua-ajuda NA – Narcóticos Anônimos – pois estes lhe ajudavam a se organizar.

Eliseu precisava que o CAPSad emprestasse a ele a contratualidade tanto quanto a clientela do CAPS, embora de maneira diversa. Para Eliseu, o mandato do CAPS enquanto agenciador de rede, de trocas sociais, era extremamente importante, o que denunciava o engano de julgá-los tão autônomos porque comparavam-se realidades diversas, a saber, clientela CAPS e clientela CAPSad. É fato que a clientela de um CAPSad é mais “descolada”, mais “independente” – palavra que não foi escolhida por acaso – se assim não fora, não sobreviveriam no mundo onde vivem, nas ruas por onde andam, nos espaços por que transitam em busca do objeto de seu desejo, contudo, sua dependência se faz perceber na necessidade que têm por tal objeto e, na falta dele, na substituição que lançam muitas vezes para a figura do CAPS.

Com estes exemplos, nota-se que, apesar de a inserção através de atividades que envolvam educação, trabalho, esporte, cultura e lazer ser mandato do CAPS – como preconiza o “Manual do CAPS” – esta não é uma tarefa dada; antes, é preciso que seja construída cotidianamente, por cada técnico que integra a equipe de um CAPS. Diante pensaremos de que maneira a Psicologia pode contribuir neste processo.

A que serve o profissional “Psi” nesse campo

“O Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano (...), trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas (...), contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Conselho Federal de Psicologia

Pensar de que maneira o profissional Psicólogo pode usar de seus conhecimentos para tornar possível a prática de reabilitação psicossocial nos CAPS não é tarefa banal. Assim, os princípios fundamentais do código de ética logo vêm à tona e, talvez por isso, iniciem o tópico. Ali, fala-se em promoção de liberdade, dignidade, saúde e qualidade de vida. É, pois, este o desafio que vem sendo abordado aqui desde o começo deste trabalho – promover vida *no* CAPS e *através* dele.

Sendo assim, esta não é uma tarefa apenas do profissional de Psicologia, mas de todo aquele que se coloca frente ao desafio de trabalho num CAPS. O que temos, então, de singular na prática *psi*? Penso que a singularidade do Psicólogo está não apenas na escuta, como diriam alguns, mas na qualidade que imprime a este instrumento. E isso nada tem a ver com a capacidade para tratar de “assuntos profundos”, que tantos outros atribuem ao psicólogo. De que qualidade estamos falando, então?

A formação do psicólogo é permeada pela subjetividade, é ela nossa principal ferramenta de trabalho. É fazendo uso dela que o profissional Psicólogo se faz imprescindível no campo de Saúde Mental. Nos casos específicos destacados aqui, é preciso considerar o que diz o louco em seu discurso solitário e o adicto no auge da sua fissura pela substância foco de sua dependência.

Dar ouvidos ao discurso de tais sujeitos, considerando o contexto em que estão inseridos, não considerando seus discursos desprovidos de importância por estarem adoecidos – conforme destacado no tópico de reabilitação psicossocial – talvez, seja esse o maior legado da Psicologia neste campo de trabalho, pois isso significa dar lugar à subjetividade do outro.

O SUS – Sistema Único de Saúde – funciona segundo três princípios fundamentais, quais sejam: integralidade, acessibilidade e igualdade (BRASIL, 1990). Estes são conceitos que devem ser zelados por qualquer profissional de saúde atuante do SUS, no entanto, assistimos a serviços de saúde, dentro do município do Rio de Janeiro, precários, em cujas dependências não vemos tais princípios serem respeitados. Mais uma vez, acredito que o profissional *Psi* pode ter parcela relevante de importância na aplicação de tais diretrizes.

Nós, os profissionais *psi*, somos treinados a olhar o indivíduo na sua integridade, não acreditamos em corpo doente, sem conexão com emoções. Talvez por isso nos seja mais fácil entender e aplicar o princípio de integralidade de ações para o bem do usuário. Ações estas que considerem seus locais de moradia, de trabalho, de tratamento. Tais ações são importantes posto que consideram o contexto social do usuário do serviço de saúde.

Quanto a isso, uma vez mais visitamos Merhy:

É interessante observar que se perguntarmos para qualquer usuário o que ele está buscando no consumo destes atos de saúde, a resposta não é muito diferente de um para outro, e mesmo nós trabalhadores de saúde como usuários também respondemos coisas semelhantes: queremos que isto cuide da nossa vida e permita recuperar nossa autonomia no caminhar o dia a dia, e achamos que para isso os trabalhadores de saúde deveriam ser mais envolvidos conosco, usuários, do que com os procedimentos, deveriam ser mais responsáveis pelo que fazem e ter nome, serem pessoas reais tratando de pessoas reais. (MERHY, 1999a).

O autor citado não se refere apenas ao psicólogo em sua obra, antes fala de todos os profissionais na área de saúde. Contudo, enquanto psicólogos, temos



uma responsabilidade maior no que diz respeito ao olhar que lançamos sobre nossos usuários. Como aceitar que psicólogos não considerem questões relativas à família, emprego e afins? Como, enfim, desconsiderar o contexto social em que vivem nossos usuários em prol de considerar apenas as questões psicológicas do mesmo?

Sendo assim, o Psicólogo numa equipe multidisciplinar talvez tenha também a responsabilidade de levar a equipe a um olhar do *todo* daquele que adocece, fazendo elo de ligação entre este e a equipe que dele cuida, entre este e sua família, facilitando relações tão desgastadas pela doença, pelo sofrimento.

O profissional Psi tem muito a contribuir na discussão norteadora deste trabalho – a prática da Reabilitação Psicossocial, incentivo às trocas sociais e o respeito à linha tênue separadora entre tutela x cuidado, agir libertador x agir castrador. Por nossa formação entendemos que, embora sejamos colocados no lugar de quem tudo sabe, do detentor de todas as respostas para o sofrimento alheio, nada sabemos daquele que está diante de nós. Somente no encontro, possível quando há desejo, é que se construirão respostas que conduzam a um novo olhar sobre o sofrimento. Isso é verdade para qualquer que seja o sujeito diante de nós, o neurótico, o psicótico ou o drogadicto. O cuidado que ofertaremos ao sujeito que sofre por suas trocas sociais escassas e/ou sua dependência à determinada substância é atravessado pelo desejo de conhecê-lo, de fazê-lo visto e ouvido.

É verdade que pouco sabemos a respeito da tênue divisão entre tutela x cuidado e a conclusão deste trabalho não se dá sem a angústia de ter levantado uma pergunta para a qual não existem respostas, mas isso certamente é produtivo, visto que nos coloca na constante insatisfação e nos impulsiona ao trabalho, que certamente só se produz na falta.

O desejo da autora, enquanto psicóloga atuante na Saúde, é conseguir promover “ganhos dos graus de autonomia no modo do usuário andar na sua vida, que é o que entendemos como saúde em última instância” (MERHY, 1999c).

E, ainda, que seja possível imprimir o pensamento de Lancetti em suas atuações, que seja ela “uma agenciadora de encontros e processadora de atos”:

A premência de libertar o interno do hospício troca o papel de interpretador de expressões ou relacionador de uma enunciação a um mito, pelo de operador que funciona como ponte entre uma produção expressiva e sua história, entre uma vontade e a realização de uma tarefa. O operador não é um intérprete que se faz de morto, é um vivo, um desmanchador de transferência, um agenciador de encontros e processador de atos. (LANCETTI, 1990: 146)

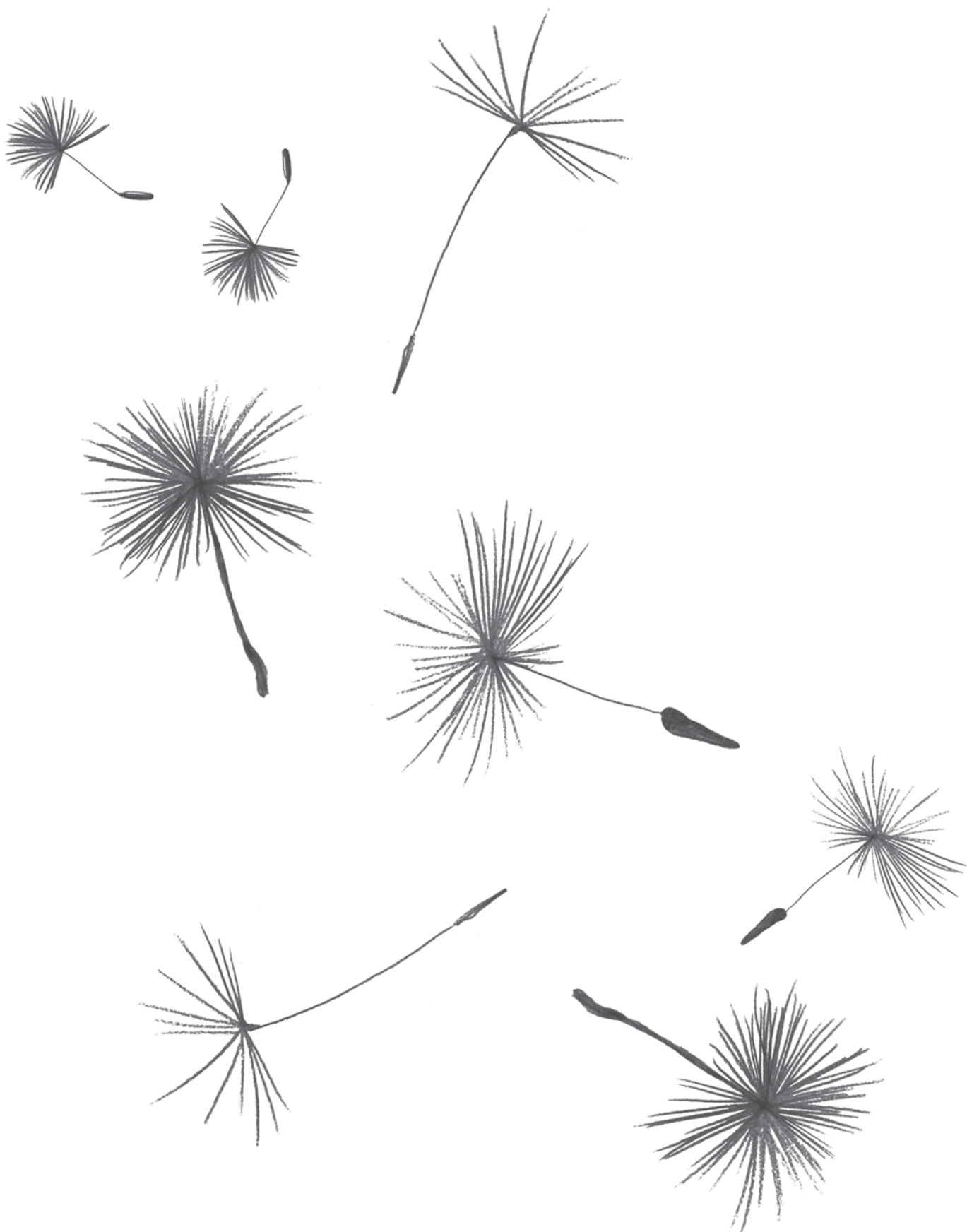
Por fim, para nossa reflexão, segue a seguinte frase escrita por Basaglia, grande reformista, e citada por Nicacio e colaboradores:

Quando o valor é o homem, a saúde não pode representar a norma se a condição humana é de estar constantemente entre saúde e doença (BASAGLIA *apud* NICACIO et al, 2005: 204).

Referências Bibliográficas:

- AMARANTE, P. (org.). *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial* 2. Rio de Janeiro, Editora Nau, 2005.
- BRASIL. Lei 8.080. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.
- BRASIL. Portaria 336/02. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, 2005.
- LANCETTI, A. “Loucura Metódica”. In: LANCETTI, A. (org.). *SaúdeLoucura*, número 2. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- LOBOSQUE, A. M. *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.
- MERHY, E. “Apostando em projetos terapêuticos cuidadores: desafios para a mudança da escola médica”. Ensaio, 2009.
- _____. “O Ato de cuidar como um dos nós críticos ‘chaves’ dos serviços de saúde”, Campinas, abril de 1999. in: <http://paginas.terra.com.br/saude/merhy/>. Acesso em 17 de maio de 2008.
- _____. “O Ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde”, Campinas, maio de 1999. in: <http://paginas.terra.com.br/saude/merhy/>. Acesso em 17 de maio de 2008.
- MERHY, E.; AMARAL, H. (org.). *A Reforma Psiquiátrica no cotidiano II*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.
- PITTA, A. “O que é Reabilitação Psicossocial no Brasil, hoje?”. In: PITTA, A. (org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SARACENO, B. *Libertando Identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Rio de Janeiro: Editora IFB / Te Corá, 1999.
- SILVEIRA, D. X. “Farmacodependentes e AIDS: a clínica”. In: LANCETTI, A. (org.). *SaúdeLoucura*, número 3. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- TENÓRIO, F. *A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Editora Rios Ambiciosos, 2001.
- TYKANORI, R. “Contratualidade e reabilitação psicossocial”. In: PITTA, A. (org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

1° lugar - Categoria Estudiante



Políticas públicas para o ensino superior e suas representações midiáticas: Analisando a produção de sentidos e o papel político-social dos jornais

André Werneck Barrouin [PUC-Rio]

Resumo

Este trabalho representa a primeira parte de uma pesquisa em desenvolvimento com jovens de diferentes pré-vestibulares comunitários do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, mapeamos os discursos e a produção de sentidos nos jornais sobre algumas políticas públicas para ensino superior que têm em comum a criação de novos mecanismos de acesso às universidades. Com essa investigação, acompanhamos a relevância deste tema no campo social, atentando para as “vozes” convocadas – ou silenciadas – a ocupar lugares discursivos distintos nas páginas do jornal. O olhar sobre a cobertura jornalística destas medidas deflagrou um campo de disputas políticas importante, baseado na perspectiva de atores em rede.

Palavras-chave: produção de sentidos - políticas públicas - educação - práticas discursivas - mídia impressa



Introdução

O presente trabalho integra o projeto de pesquisa “O Pré-Vestibular Comunitário como espaço de subjetivação e implicação política” e teve como objetivo central acompanhar e analisar notícias referentes a determinadas políticas públicas no campo da educação superior. O material analisado é composto de reportagens veiculadas na mídia impressa, mais especificamente no jornal *O Globo*, durante o período de março a junho de 2008.

As políticas em questão são o Reuni, o ProUni e as cotas nas universidades para estudantes oriundos de escolas públicas e/ou auto-declarados negros. Marcadas as diferenças, todas elas se propõem medidas inclusivas no campo da Educação e, de certa maneira, são destinadas a uma parcela da população brasileira na qual se enquadram os alunos de pré-vestibulares comunitários, sujeitos da pesquisa mais ampla.

Nesta etapa, a pesquisa trabalhou com a análise das notícias do jornal *O Globo*, tendo por interesse acompanhar a maneira como esse veículo de comunicação conduziu o debate sobre os temas, incluindo a forma como apresentou as ações referentes a essas políticas. O objetivo foi mapear os sentidos produzidos por essa modalidade discursiva específica, considerando elementos para além do próprio texto em uma perspectiva multimodal. Além disso, procuramos observar quais atores sociais foram convocados, ou não, a falar sobre os temas, fazendo das páginas do jornal um campo de embate político.

Políticas Públicas e Educação Superior: Reuni, ProUni e a Política de Cotas

No dia 24 de abril de 2007, por meio do Decreto nº 6.096, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. O programa foi desenvolvido “com o objetivo de criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”¹.

Apesar de sua implementação ter sido pautada no princípio da adesão, a discussão sobre as metas e condições do programa enfrentou fortes resistências por parte de diretórios acadêmicos, movimentos estudantis e associações de docentes contrários a essa política. Este processo envolveu a organização de assembleias, eventos e abaixo-assinados em diferentes estados, chegando a ocorrer ocupações por estudantes em diversas reitorias, o que exigiu, em alguns casos, atuações da Polícia Federal para reintegração de posse. Porém, apesar das tensões encontradas, no dia 20 de dezembro de 2007, a UTFPR foi a 53ª instituição a apresentar proposta de expansão ao Ministério da Educação, representando a adesão total das universidades contempladas por essa política.

O Reuni apresenta uma série de dimensões em seu programa, descritas no ponto 3.2.1 do documento intitulado *Diretrizes Gerais*, elaborado pelo MEC. Porém, duas delas afetam mais diretamente o acesso e a permanência nas universidades federais por parte de uma parcela específica de jovens historicamente excluídos do ambiente acadêmico. Podemos incluir também aqueles que, neste momento,

¹ Trecho do Art. 1o do Decreto nº 6.096

preparam-se em diversos cursos pré-vestibulares comunitários para enfrentar os exames que se aproximam. São elas as dimensões²:

- (A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública
 1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
 2. Redução das taxas de evasão;
 3. Ocupação das vagas ociosas.

- (E) Compromisso Social da Instituição
 1. Políticas de inclusão;
 2. Programas de assistência estudantil;
 3. Políticas de extensão universitária

Durante o período especificado, acompanhamos os desdobramentos do programa através das matérias publicadas no jornal no primeiro ano em que passou a vigorar. A intenção era observar a maneira como se cobriam as primeiras medidas do Reuni e quais os sentidos que se produziam sobre o programa, atrelados à forma com se construíam e organizavam os discursos a seu respeito.

Outra importante política no campo da educação superior observada nas notícias foi o ProUni. O Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Seu objetivo é conceder bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, oferecendo, em contrapartida, a isenção de alguns tributos para as universidades conveniadas.

“Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos”³, o ProUni atravessava uma encruzilhada em seu quarto ano de existência. Por um lado, passava por um período de reformulação de diretrizes, incluído nesse processo o 1º Encontro de Estudantes do ProUni, ocorrido no dia 29 de março de 2008 durante o Fórum Mundial de Educação em Nova Iguaçu. Neste evento, os estudantes bolsistas entregaram ao atual ministro da Educação um documento contendo a descrição dos mais diversos problemas que eles encontraram no ambiente universitário e nas condições que o programa estabelecia. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal realizava, na mesma época, o julgamento de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Prouni. O argumento era que, ao beneficiar estudantes de baixa renda e/ou reservar cotas para os auto-declarados negros e indígenas, o programa estaria criando uma discriminação entre os cidadãos brasileiros, violando o princípio da isonomia.

Apesar de seus números expressivos relativos à inclusão no ensino superior brasileiro, o programa recebia uma série de críticas e se encontrava no meio de disputas políticas que ameaçam a sua própria manutenção. Isto se evidencia ainda hoje com os recentes casos de fraude no programa, envolvendo alunos bolsistas que têm renda superior ao estabelecido ou possuem carros importados em seu patrimônio.

² <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/ProUni/Oprograma.shtml>

³ Apesar do racismo não representar o objetivo maior de investigação dessa pesquisa, mas sim a relação entre juventude e política, não é possível desconsiderar a importância que o tema ocupa dentro dessa discussão, tendo em vista a repercussão das cotas raciais no discurso jornalístico.



Com isso, chegamos à terceira e última política observada e acompanhada nesse período, em meio a um grupo de políticas mais amplo. São elas as políticas internamente adotadas em algumas universidades federais e estaduais, responsáveis por implantar a reserva de vagas para estudantes da rede pública, incluindo também cotas raciais, em especial as referentes aos estudantes auto-declarados negros.

Além das políticas vigentes nessa categoria, a polêmica particular em torno desse tema é muito ampla, pois perpassa o delicado tema do racismo em um país que carrega em sua história relativamente recente um passado escravocrata. Isso acaba trazendo para o debate atual a possibilidade da institucionalização das cotas nesse segmento da educação do país, representada pelo Projeto de Lei 73/99, que tramita na Câmara dos Deputados, propondo a instituição de cotas nas universidades federais para alunos oriundos de escolas públicas, incluindo subcotas raciais. As cotas seriam singularmente calculadas e proporcionalmente definidas de acordo com a configuração étnica da população de cada estado, pautadas nos dados do IBGE.

Esse grupo de políticas públicas, composto pelo Reuni, pelo ProUni e pelas Cotas Raciais, é representado de diferentes maneiras nas notícias analisadas, funcionando como o ponto de partida para a investigação da pesquisa que se inicia. A questão principal é tentar apreender o papel político-social que o jornal desempenha ao tratar dessas medidas, mapeando os discursos que circulam nesse meio sobre o tema, bem como os sentidos implícitos naquilo que está impresso.

***“Enacting”*: O jornal enquanto ator social**

No artigo “Enacting the Social”, Jonh Law e Jonh Urry argumentam que as ciências sociais precisam se libertar das metodologias de pesquisa do século XIX, caso tenham a pretensão de produzir um discurso científico coerente e aplicável ao contexto contemporâneo. São defensores dessa posição, pois acreditam que nos tempos atuais não seria possível entender as ciências sociais pautadas numa postura de neutralidade, onde o pesquisador observa os objetos do seu campo de maneira imparcial, independentemente dos contextos históricos e lingüísticos que o atravessam. Estes métodos apóiam-se na premissa de descobrir e descrever o funcionamento do mundo tal com ele é, ou seja, atuam como se possuíssem um mecanismo de acesso para a realidade das coisas em si ou como se detivessem as chaves metodológicas para as verdades universais.

Herdeiros da tradição pragmática da linguagem, os autores apresentam o conceito “*enacting*” para defender uma nova maneira de investigação científica no campo das ciências sociais, cuja tradução para o português se aproximaria dos termos “encenação” ou “atuação”.

Esse conceito parte do entendimento da realidade enquanto produção social, proveniente dos acordos lingüísticos que se estabelecem num dado momento histórico. O que se entende com isso é que as palavras, num certo sentido, criam o mundo ao falar sobre ele.

Portanto, as ciências sociais produziriam realidades ao descrever o mundo, atuando sobre ele de maneira performativa, e produzindo o social ou “*enacting the social*”, como sugere o título do artigo. Nesse momento, surge aqui um

questionamento ético importante, pois, se o discurso científico no campo das ciências sociais tem a capacidade de criar realidades, ou “atuar” sobre o mundo, quais seriam as realidades que estes discursos estariam ajudando a criar?

Essa capacidade de agir sobre o mundo não é uma exclusividade do discurso desse campo do saber específico. A rigor, qualquer ser humano inserido no campo social detém algum grau de capacidade de ação sobre ele. O que proporciona uma abrangência maior da atuação das ciências sociais é a legitimidade atribuída socialmente ao seu discurso.

É neste sentido que se justifica a escolha pelos jornais como metodologia de pesquisa, reconhecendo o seu poder de atuação sobre a opinião pública. Esse veículo midiático, para além do seu caráter meramente informativo, baseado em narrativas de fatos do cotidiano, carrega sentidos que ajudam inclusive a produzir um determinado entendimento sobre aquilo que é publicado. O papel político-social dos jornais, fruto do status de “formador de opinião”, pode ser usado de modo intencional ou não, de acordo com a maneira que resolve compor e organizar suas pautas. Os discurso veiculados nas chamadas e matérias produzem sentidos para o seu público leitor, que se convertem em maneiras de se posicionar no mundo frente as mais variadas questões. No entanto, o que se veicula nos jornais também é produzido com base nos discursos que circulam no campo social de uma maneira mais ampla, compondo uma relação dialética, em que determinadas forças políticas entram em confronto.

No artigo “O(s) cotidiano(s) do(s) Rio(s) de Janeiro”, de Ronald Arendt e Alexandra Tsallis, os autores trabalham com notícias referentes ao Rio, entendendo o jornal como um *actante*, um “disparador de uma discussão que revele outros Rios de Janeiro possíveis” (SPINK; SPINK (org.), 2006: p. 68). Num sentido mais amplo, o que se propõe é problematizar o regime de verdades expresso no jornal, que, pelo seu caráter híbrido, parcial e não totalizante, pode deixar pistas ou apontar caminhos para outras descrições/produções possíveis. O jornal, enquanto “um não-humano feito por humanos, traduz, nesta relação complexa (os redatores e repórteres descrevendo o mundo com seus esquemas impostos pela prática jornalística), a realidade” (SPINK; SPINK (org.), 2006: p. 68). É partindo dessa perspectiva, relacionado-a ao tema das políticas públicas para educação superior, que pretendemos nos debruçar sobre as notícias selecionadas.

O Globo

No decorrer do período analisado, foram encontradas trinta e quatro notícias referentes às políticas públicas especificadas, sendo que sete delas fizeram referência ao Reuni, dez ao ProUni e 25 trataram do tema das cotas raciais.

As notícias sobre Reuni se concentraram no mês de março, período em que o programa foi lançado pelo presidente Lula e os 53 reitores das universidades federais. Nos meses seguintes, o programa só foi citado duas outras vezes, juntamente com o ProUni, em publicidades institucionais, uma do governo federal e a outra referente aos dados do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

As notícias sobre o ProUni estiveram espalhadas pelo o período tratado e as referentes às cotas raciais concentraram-se no mês de maio, em função das votações acerca de sua constitucionalidade.



Matérias do Jornal *O Globo* – Março de 2008

Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Sexta-feira	14/03	O País	Universidades terão 358 mil novas vagas até 2012	Números do Reuni; menção a resistências na UFRJ
Sábado	15/03	Rio	Propostas do Reuni desagradam ao DCE e à Associação de Docentes da UFRJ	Críticas ao Reuni
Terça-feira	18/03	O País	Lula diz que faz revolução no ensino universitário	Números do Reuni e do ProUni
Domingo	23/03	Rio	UFRJ prepara 16 cursos para oferecer até 2012	Novos cursos; números do Reuni; críticas ao programa
Domingo	23/03	Rio	Outras universidades planejam expansão	Números do Reuni

Matérias do Jornal *O Globo* – Abril de 2008

Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Quarta-feira	02/04	O País	Governo amplia financiamento para os bolsistas do FIES	Alterações no Fies; combinação Fies+ProUni
Sexta-feira	04/04	O País	Exame vale pontos no vestibular	ENEM como critério de seleção do ProUni; critérios para receber a bolsa
Domingo	06/04	O País	Um grande voto no julgamento do ProUni	Discussão sobre a inconstitucionalidade do ProUni; ministro dá voto favorável a política; defesa das cotas no programa
Quarta-feira	09/04	O País	Reitor atribui invasão à política de cotas da UnB	Reitor relaciona ocupação da reitoria às críticas que recebe às políticas de inclusão social e racial adotadas na UnB; reserva de 20% das vagas para negros

Matérias do Jornal *O Globo* – Maio de 2008

Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Quinta-feira	01/05	Capa	"Manifesto dos 113" condena cotas raciais	Citação do manifesto entregue ao Supremo Tribunal Federal
Quinta-feira	01/05	O País	Grupo entrega ao STF manifesto contra cotas	Grupo contrário à política de cotas raciais entregou uma carta de protesto ao presidente do STF; subsídio para a tomada de decisões; cita a votação sobre a inconstitucionalidade do ProUni e suas cotas; ministro da educação defende ações afirmativas
Quinta-feira	01/05	O País	Os 113 anti-racistas contra as leis raciais	Trecho da carta entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal
Quinta-feira	01/05	O País	Declaração sobre o "QI do baiano" causa revolta	Coordenador do curso de medicina da UFBA insinuou que a política de cotas para negros poderia ter contaminado o resultado do curso no ENADE

Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Domingo	04/05	Cartas dos Leitores	Cotas raciais	Cartas de leitores favoráveis e contrárias às políticas de cotas raciais
Terça-feira	06/05	Rio	Prefeitura barra pré-vestibular em suas escolas	Prefeitura consegue suspender liminar que garantia aos professores e alunos de pré-vestibulares comunitários acesso aos espaços das escolas públicas municipais
Quarta-feira	14/05	O País	Supremo recebe manifesto a favor das cotas	Grupo de defensores da política de cotas raciais entregou um manifesto em defesa da causa ao presidente do Supremo Tribunal Federal
Quarta-feira	14/05	O País	Na Uerj, mais vagas que interessados	Gráfico mostrando que existem mais vagas para negros do que inscritos no vestibular desse ano
Quarta-feira	14/05	O País	Ipea: trabalhador negro ganha 53% menos que o branco	Cotas não teriam compromisso com a questão racial e manteriam longa a jornada rumo ao fim das disparidades
Quinta-feira	15/05	Opinião	Cotas Raciais	Coluna intitulada “Nossa opinião” é contrária à política de cotas e cita o ProUni; coluna intitulada “Outra opinião” defende as cotas pelo tempo em que se mostrarem necessárias
Quinta-feira	15/05	Cartas dos Leitores	Cotas Raciais	Cartas de leitores apresentando críticas às políticas de cotas raciais para as universidades
Sexta-feira	16/05	O País	Edson Santos defende cotas no STF	Ministro entregou ao presidente do STF documento favorável ao ProUni e às cotas raciais no Brasil
Terça-feira	20/05	O País	PDE (Institucional)	Plano de Desenvolvimento da Educação completa um ano; menção aos programas ProUni e Reuni
Terça-feira	20/05	Opinião	A história que contamos às crianças	Crítica ao Projeto de Lei que institui cotas raciais nas universidades (Fed)
Quarta-feira	21/05	Opinião	Manifestos	Cita os manifestos entregues ao STF, sem se posicionar
Domingo	25/05	Economia	Ora, direis!	Crítica ao debate sobre as cotas que tem sido trazido para os órgãos de comunicação; posições contrárias não se baseiam em estudos sobre os resultados dessa política
Terça-feira	27/05	Opinião	Cotas	Considera a política de cotas ineficiente para abrir portas para o ensino superior, citando a estatística que diz ter mais vagas para negros do que inscrições de candidatos; atribui o problema ao ensino público fundamental e médio



Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Quinta-feira	29/05	O País	Ministro defende cotas em instituições federais	Em encontro com os líderes partidários na Câmara, o ministro da Educação defendeu o projeto que cria sistema de cotas nas instituições federais de ensino superior; cotas raciais foram polêmicas

Matérias do Jornal *O Globo* – Junho de 2008

Dia	Data	Sessão	Notícia	Temas
Domingo	08/06	O País	Esforço	Ministro dificilmente deixará o STF antes do julgamento da ação de inconstitucionalidade da atribuição das bolsas do ProUni a estudantes de escolas públicas e da reserva de vagas para negros
Terça-feira	10/06	Opinião	Obama vai dar samba	Defesa das cotas raciais nas universidades e em outras esferas sociais
Terça-feira	10/06	Opinião	Caetano e Obama	Considera a política de cotas raciais um retrocesso, com potencial para acirrar o racismo no Brasil
Quarta-feira	11/06	Rio	Atabaque das cotas	Grupo que levará projeto de aperfeiçoamento da lei de cotas do estado para uma missa, visando a abençoar a nova fase da Uerj
Terça-feira	17/06	O País	Brasil sedia encontro para avaliar políticas de combate ao racismo	Brasil foi escolhido por ser um dos países mais avançados na adoção de políticas de combate ao racismo; cotas como referência
Quinta-feira	19/06	Rio	Governo Federal (institucional)	Cita os números da expansão do ensino superior no estado, pautada nos programas Reuni e ProUni
Terça-feira	24/06	Opinião	Tribunais “raciais”	Condena a política de cotas; UnB e Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul adotaram tribunais “raciais” para julgar candidatos aptos a ocupar as vagas raciais
Quinta-feira	26/06	Opinião	O povo desorganizado	Cita que o último documento significativo assinado por Ruth Cardoso foi o “manifesto dos 113”, contra as cotas raciais; cotas não respeitam princípio da igualdade

Total de matérias, divididas por temas, publicadas no jornal *O Globo* – Março a junho de 2008

	Reuni	ProUni	Cotas raciais	PVC*	Total (Mensal)**
Março	5	1	0	0	5
Abril	0	3	2	0	4
Maio	1	4	15	1	18
Junho	1	2	8	0	8
Total (Temas)	7	10	25	1	35

*Pré-Vestibulares Comunitários.

**Algumas matérias abordaram mais de um tema. O total (mensal) diz respeito ao número de notícias publicadas.

A diferença quantitativa no que diz respeito à temática das notícias, com aproximadamente 70% delas abordando o tema das cotas raciais, nos aponta para uma importância bem mais significativa atribuída a esse tema pelos editoriais do *Globo*. Esse número torna-se ainda mais expressivo se levarmos em conta que metade das notícias referentes ao ProUni se cruzam com a temática das cotas. Elas tratam exatamente sobre a votação no Supremo Tribunal de Justiça, que delibera sobre a sua constitucionalidade por reservar bolsas de estudo para alunos de escolas públicas e/ou auto-declarados negros.

No mês de maio, o jornal também cobriu episódios envolvendo o STF, nos quais dois grupos divergentes entregaram manifestos favoráveis e contrários à política de cotas para negros nas universidades. Isto nos leva a pensar em algumas questões importantes: Que sentidos são produzidos sobre o campo das políticas públicas para educação superior em âmbito nacional quando, durante um período de pouco mais de três meses, praticamente se monopoliza o debate em torno de uma só questão, referente às cotas raciais? Por que razões, dentre os vários aspectos referentes a cada uma dessas políticas, esse jornal decide centrar suas pautas sobre o tema das cotas raciais? Que tipo de “atuação” se pretende quando se constrói esse discurso e quais as intervenções que eles podem engendrar nas práticas cotidianas?

Política de Cotas: A mensagem por trás dos editoriais

Podemos começar a responder essas perguntas levando em consideração que a única reportagem a ocupar uma chamada na capa do jornal *O Globo*, durante todo o período estudado, foi justamente a que aludia ao manifesto entregue pelo grupo contrário à política de cotas, sendo publicada no dia 1º de maio da seguinte maneira:

01/05 - “Manifesto dos 113 condena cotas raciais”

“Um manifesto contra as cotas raciais em vestibulares, assinado por 113 intelectuais e artistas, foi entregue ontem ao presidente do STF, Gilmar Mendes.”

Vale lembrar que, no dia 14 de maio, o presidente do STF recebeu outro manifesto de um grupo favorável a essa política, noticiado no jornal sem receber a mesma importância para ocupar uma menção na primeira página. Voltaremos às notícias referentes aos manifestos logo adiante. Neste momento, a coluna “Panorama



Econômico” do dia 25 de maio, com o título “Ora direis!”, de autoria de Miriam Leitão, pode nos ajudar a refletir sobre essas questões que perpassam o próprio jornal em que ela assina:

25/05 – “O manifesto contra as cotas tem alguns intelectuais respeitáveis. Mais os respeitaria se estivessem pedindo avaliações e estudos sobre o desempenho de política tão recente; primeira e única tentativa em 120 anos de fazer algo mais vigoroso que deixar tudo como está para ver com é que fica. O *status quo* nos trouxe até aqui: a uma sociedade de desigualdades raciais tão vergonhosas de ruborizar qualquer um que não tenha se deixado anestesiar pela cena e pelas estatísticas brasileiras.

Ora, direis: O que tem o glorioso abolicionismo com uma política tópica – para tantos equivocada – de se reservar vagas a pretos e pardos nas universidades públicas?

Ora, a cota não é a questão. Ela é apenas o momento revelador, em que reaparece com força o maior dos erros nacionais: negar o problema para fugir dele.

Os negacionistas – expressão da professora Maria Luisa Tucci Carneiro, da USP – sustentam que o país não é racista, mas que se tornará caso alguns estudantes pretos e pardos tenham desobstruído seu ingresso na universidade.

Erros surgiram na aplicação das cotas. Os gêmeos de Brasília, por exemplo. Episódios isolados foram tratados como o todo. Tiveram mais destaque do que a análise dos resultados da política. Os cotistas subverteram mesmo o princípio do mérito acadêmico? Reduziram a qualidade do ensino universitário? Produziram o ódio racial? Não vi até agora nenhum estudo robusto que comprovasse a tese manifesta de que uma única política pública, uma breve experiência, pudesse produzir tão devastadoras consequências. Os órgãos de comunicação têm feito uma enviesada cobertura do debate. Melhor faria o jornalismo se deixasse fluir a discussão, sem tanta ansiedade para, em cada reportagem, firmar a posição que já está explícita nos editoriais. A mensagem implícita em certas coberturas só engana os que não tem olhos treinados.”

A diferença na maneira de cobrir a entrega dos dois manifestos, bem como a forma de dispor as matérias na página, mostra uma clara inclinação em direção a produção de sentidos contrários à política de cotas para o público leitor. É essa mensagem implícita que se oferece aos “olhos destreinados”, quando o único manifesto que tem seus trechos originais publicados é o que se posiciona contrário as cotas. Junto a isso, somente na cobertura do manifesto contrário é que a matéria diz que “o texto servirá de subsídio aos ministros na elaboração dos votos que serão dados no julgamento de duas ações que tramitam no tribunal sobre o assunto.” (*O Globo* – 01/05/08).

Mesmo ao relatar o episódio referente à entrega do manifesto favorável as cotas, a relação que se constrói entre o seu texto e as notícias periféricas produzem sentidos contrários a essa medida. A página 13 da edição de 14 de maio é um exemplo interessante, que se organiza da seguinte maneira:

Sessão “O País”

“Supremo recebe manifesto a favor das cotas”

“Na Uerj, mais vagas que interessados”

“Trabalhador negro ganha 53% menos que o branco”

Ao lado da matéria sobre o manifesto favorável, aparece outra reportagem dizendo que na Uerj, uma das universidades pioneiras nas políticas de cotas raciais no Brasil, o número de vagas na categoria reservada para negros é maior do que

o número de inscritos. A reportagem relata que um estudo amplo para avaliar as consequências dessa política na Uerj está em desenvolvimento, porém o único dado que se apresenta é um gráfico, que ocupa boa parte do espaço destinado à notícia, mostrando que a procura pelas vagas raciais na Uerj tem diminuído ao longo dos anos. O conceito de multimodalidade – trabalhado por Mary Jane Spink no artigo “O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística” – mostra-se interessante para pensar os sentidos produzidos nesta notícia. A articulação da chamada com a disposição gráfica da tabela pode ser entendida como uma prática discursiva importante para o sentido que se têm no cruzamento das notícias.

No fim da página, aparece uma terceira matéria, baseada em uma pesquisa do Ipea sobre as desigualdades entre negros e brancos no país. Sua relevância se apresenta quando ela diz textualmente que “as políticas públicas em andamento (programas de transferência de renda e ações específicas, como as cotas) não têm compromisso com a questão racial e mantêm longa jornada rumo ao fim das disparidades”.

A linha de leitura que perpassa cada um desses recursos semióticos, sejam eles textos ou imagens, produz um sentido mais amplo e certo. Extraímos do diálogo entre as matérias que a política de cotas é equivocada, pois além de não existir demanda social para esse tipo de medida, ela não é funcional para combater desigualdades. Tendo isso em vista, torna-se difícil uma posição favorável em relação às cotas frente a essa construção organizada e impressa no jornal *O Globo*.

Temas das matérias divididas por sessão, jornal *O Globo* – Março a Junho de 2008

	Reuni	ProUni	Cotas Raciais	PVC	Total
Capa	0	0	1	0	1
O País	3	8	12	0	23
Cartas dos Leitores	0	0	2	0	2
Opinião	0	1	8	0	9
Rio	4	1	1	1	7
Economia	0	0	1	0	1

Um último caminho de análise nos mostra que o tema das cotas raciais foi o único tratado por todas as sessões do primeiro caderno do *Globo*, incluindo a sessão de Economia, mostrando que o debate referente a esse tema possui grande amplitude no cenário social, rompendo com as categorias temáticas usuais. Fazendo uso dos conceitos de Bruno Latour, poderíamos entender que as cotas raciais envolvem uma rede de atores heterogêneos, alguns deles com seus discursos representados nos jornais. As múltiplas vozes ajudam a compor esse “quase-objeto” que é a política de cotas. Objeto mestiço, que coloca uma série de atores sociais – jornalistas, intelectuais, músicos, políticos, professores universitários, alunos e outros – em rede, versando sobre um mesmo assunto.

Dos oito artigos escritos no caderno de opinião referentes às cotas raciais, seis deles defendiam posições contrárias, baseando-se sempre nos argumentos da violação do princípio da isonomia e da meritocracia, apontando para o perigo de se dividir “artificialmente” a sociedade brasileira entre negros e brancos, incitando o ódio racial.

Ali Kamel, autor do livro “Não somos racistas” e diretor-executivo do jornal *O Globo*, assinou três das colunas de opinião contrárias às cotas no período



trabalhado, ocupando um papel importante na produção dos sentidos deflagrados pela Miriam Leitão em sua coluna. Este fato demonstra o caráter plural expresso nas folhas do jornal, que, apesar de seguir uma tônica discursiva, comporta vozes críticas à sua própria posição.

Reuni e ProUni: A educação superior entre o público e o privado

As matérias referentes a esses dois programas propriamente, na maioria das vezes, apresentaram um caráter mais informativo, com um enfoque mais quantitativo referente a metas, prazos e orçamentos. As considerações referentes ao ProUni se limitaram ao debate em torno das cotas, anteriormente citado, que o programa prevê. Já o Reuni foi alvo de algumas poucas críticas por parte de atores institucionais das próprias universidades que aderiram ao programa, as quais podem ser exemplificadas na seguinte notícia referente à UFRJ:

15/03 – “Propostas do Reuni desagradam ao DCE e à associação de Docentes da UFRJ”

“A ampliação do acesso à universidade é necessária, mas a forma como será feita no Reuni pode tornar o ensino mais precário.

Cristina afirma que dois módulos do programa que foram aceitos pelas universidades, mas ainda não aprovados pela UFRJ, diminuem o tempo de permanência dos alunos nas instituições. Pelo programa, está sendo criado o bacharelado interdisciplinar. Todos os estudantes fazem ciclo básico, mas apenas os que estiverem mais aptos podem se especializar.

- Isso não é ampliar o acesso. É jogar o funil do vestibular mais pra frente – disse.”

Esse olhar sobre o programa postula a existência de uma ameaça para a qualidade do ensino superior público, que daria uma formação superficial à grande maioria de jovens, através dos bacharelados interdisciplinares, e estimularia a competição entre os alunos do próprio curso, visto que somente os melhores poderiam se especializar.

Em meio a uma série de números e metas que dão proporções macro-sociais ao Reuni, um discurso marginal se produz sobre o programa. Atores do corpo docente e discente alertam para os riscos de se encarar a universidade pública como uma empresa privada que precisa ser mais produtiva, aumentando o acesso ao custo da redução da qualidade e da permanência. Apontam para uma crítica à lógica neoliberal, que formaria jovens desqualificados para o mercado.

Outra questão referente aos impasses entre as fronteiras do público e do privado no campo da Educação pode ser levantada na parte final da seguinte notícia:

14/03 – “Universidades terão 358 mil novas vagas até 2012”

“Haddad lembrou que apenas 12% da população brasileira de 18 a 24 anos estão na faculdade, a maioria em instituições particulares:

- Isso só se resolve com a expansão da universidade pública. Enquanto houver espaço para o setor privado avançar, ele vai avançar, porque existe garantia constitucional para que exerça uma função que o Estado não está exercendo. São ações como o Reuni que mudam a feição do sistema.”

Percebemos aqui que o tratamento dado ao panorama do ensino superior brasileiro apresenta, de maneira naturalizada, a expansão da iniciativa privada no cerne de um campo de atuação social historicamente tido como atribuição do Estado. O direito constitucional de garantir uma educação pública e de qualidade perde vigor frente a outro que garante ao setor privado ocupar as lacunas da atuação do Estado, que cada vez tomam maiores proporções dentro da cultura do Estado mínimo.

Conclusão

Retomando o conceito “*enacting*” para entender as atuações do jornal no campo social, relacionando-o à análise apresentada sobre as notícias, percebemos que o jornal *O Globo* se comprometeu com uma atuação contrária à política de cotas. Se concebermos o discurso jornalístico como uma “materialidade”, ou um “não-humano”, capaz de mediar relações entre seres humanos, fica evidente que as matérias publicadas adotaram uma direção na produção de subjetividades contrárias à política em questão.

Porém, vale lembrar que o jornal é também um objeto de consumo voltado para um segmento social específico e, portanto, suas pautas também precisam se orientar pelos possíveis interesses do seu público alvo. Isso ajuda a desconstruir a idéia de um jornalismo imparcial, que apenas descreve os fatos, recebendo o mesmo olhar crítico que aponta a ineficácia do antigo paradigma das ciências sociais para olhar o contemporâneo. Entretanto, é evidente que jornais são responsáveis pelas coisas que publicam, pois seus discursos atuam no mundo produzindo “verdades” e fortalecendo certas produções de subjetividades. No entanto, eles não produzem esses discursos no “vazio”. Encontram seus argumentos e posicionamentos inclusive no nicho social para o qual estão voltados, apresentando aquilo que seu público-alvo espera ler, ou que ao menos esteja familiarizado. Ou seja, o jornal é uma espécie de simulacro de determinadas práticas sociais correntes, produto e produção do seu próprio meio.

Levando isso em consideração, percebemos que o número bem mais elevado de notícias referente às políticas de cotas raciais marcou a relevância que este tema ocupa no imaginário brasileiro. Apesar de a coluna “Panorama Econômico”, do dia 25 de maio, ter apontado a existência de uma orientação contrária, isso não significa dizer que não houve espaço para notícias manifestando expressões favoráveis à política de cotas. Pelo contrário, o que se evidenciou foi uma disputa política referente ao tema nas próprias páginas do jornal, nas quais os discursos pró-cotas claramente ocuparam lugares “marginais” frente ao posicionamento central contrário a essa medida.

Podemos pensar que *O Globo*, por ser uma produção discursiva que se dirige a uma classe social específica – classe esta que ocupa posições de poder estratégicas dentro da sociedade brasileira – esteve mais comprometido em apresentar argumentos para subsidiar uma tomada de posição negativa frente às cotas. Os argumentos, em sua maioria contrários à política, refletem a resistência a um projeto que propõe transformações drásticas no cenário acadêmico, ameaçando o lugar historicamente privilegiado que ocupam dentro das universidades. Isto se agrava com a possibilidade de que metade das vagas nas universidades federais sejam ocupadas por estes outros atores, fortalecendo o contato com a alteridade, caso o Projeto de Lei 73/99 seja aprovado na Câmara dos Deputados.



Apesar dessa clara inclinação, outros olhares sobre a política de cotas estiveram presentes de forma lateral, da mesma forma que os discursos críticos ao Reuni margearam a idéia central de um programa bem sucedido. Isso faz com que, apesar de adotar um determinado viés, *O Globo* ocupe um papel onde a sua leitura comporta “linhas de fuga” para outras reflexões sobre as temáticas.

Porém, é interessante notar que, na rede de atores que tratam destas políticas no jornal, não há espaço para a voz dos alunos bolsista/cotistas nem da “população-alvo” destas medidas. Essa ausência representa uma lacuna discursiva importante para a composição do “quase-objeto” cota racial, desconsiderando um relato fundamental para a compreensão e negociação social das mesmas. Não é possível entender esse silêncio como uma casualidade, ficando ainda mais evidente o compromisso da direção adotada pelo jornal. Percebido isso, fica a seguinte questão para a continuação da pesquisa: o que será que tem a dizer esses atores que, segundo o jornal, não possuem lugar de fala nesta rede?

Referências Bibliográficas

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAW, J.; URRY, J. *Enacting the Social*. Net, Lancaster: Department of Sociology, 2003. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc099jlju.html>. Acesso em: 20 de junho de 2008.

MORAES, M. O. *A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 11(2), n. mai/ago.

SPINK, M. J. e SPINK, P. (org). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez, 2006.

SPINK, P. K.; SPINK, M.J. (Orgs.). *Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

2° lugar - Categoria Estudiante



(Co)lecionadores de histórias¹

Maria Clara Alves De Barcellos Fernandes [UFF]

Resumo

Esta monografia advém de questões suscitadas a partir da criação e participação no projeto de estágio intitulado “Espaço Terapêutico Cultural”, realizado na instituição filantrópica Centro Juvenil de Orientação de Pesquisa (Cejob) localizado na cidade de Niterói, que atua com uma população que vai dos 7 aos 15 anos, moradora de favelas próximas ao Centro. A escritura deste texto é impulsionada pela necessidade de ir mais a fundo no discurso “ser jovem pobre é ser perigoso”, no qual o próprio projeto, por vezes, caía. Isto é, descentrar o que se toma como problemático do seu lugar de problema, para perguntar que forças constituem isto como questão. Intenciona-se aqui colocar em análise o conceito de infância e adolescência na perspectiva das teorias do desenvolvimento, apontando quais os efeitos desta na produção de subjetividades. Essa desconstrução permitirá fazer a discussão sobre a violência entre jovens pobres, e entender a emergência do negativo não como indício da presença do negativo na base, mas como um desvio da própria produção desejante, desmistificando explicações que a atribuem a algo inerente a esses jovens. Será chamada atenção também para como o território em que o jovem se encontra diz dele, e para como as estratégias urbanas produzem sentidos na e da existência. A partir de tais análises, trazer à tona a questão da criminalização da pobreza, o quanto a violência tece modos de viver enquanto estratégia de poder e o quanto os jovens pobres respondem a essas formas de captura.

Palavras- chave: Juventude, identidade, práticas psi, delinquência

¹ O título da monografia assim configurado – (Co)lecionadores – chama atenção não só para o colecionador cunhado por Walter Benjamin (1987), mas para o sentido de que todos nós - estagiários, crianças e adolescentes - fomos professores e aprendizes de nossas histórias. Pesquisado e pesquisador se imiscuam nas narrativas de suas histórias, modificando um ao outro.



Introdução

Esta monografia advém de questões suscitadas a partir da criação e participação no projeto de estágio intitulado “Espaço Terapêutico Cultural”², realizado na instituição filantrópica Centro Juvenil de Orientação de Pesquisa (Cejob), localizado na cidade de Niterói, que atua com uma população que vai dos 7 aos 15 anos, moradora de favelas próximas ao Centro. Este espaço³ surgiu como uma experiência inovadora que fugia ao que conhecíamos até então como lugar de produção da Psicologia. Estávamos interessadas em ampliar as fronteiras e fazer a prática psi transcorrer além das delimitações que uma formação positivista demarca. Para isso, utilizou-se como dispositivo a narrativa de histórias, fóruns de debates e a abertura para criação, com a finalidade de descortinar outras formas de lidar com a leitura, com a aprendizagem; possibilitando a coletivização das experiências e a produção de vivências outras. A criação do projeto “Espaço Terapêutico Cultural” apostava na potência dos encontros, na possibilidade de desterritorializações se efetuarem tanto para eles quanto para nós, redimensionando as práticas psi.

O que me motivou a fazer esta monografia, a partir desse campo de experiências, foi que, ao longo de minha participação no projeto, observei a presença de muita violência física e verbal entre os jovens. A grande dificuldade de trabalhar com estes atores me fez buscar, fez-me ir além na pesquisa e tem proporcionado descentramentos e estranhamentos a respeito do que é produzido sobre eles. Permeada pelas idéias de Foucault (FOUCAULT, 2004: 240), pergunto-me o que é o trabalho de pesquisa senão o desprender-se de si mesmo? Numa “tentativa de modificar o que se pensa e mesmo o que se é”. A idéia do projeto, então, diante da angústia de propor diagnósticos - “está rebelde, pois está na adolescência” - e respostas palpáveis, lançou-se como um desafio, como um novo campo de experimentação em que seria confrontada não com certezas e verdades já dadas, mas com o desconhecido, o inesperado do encontro, pois, segundo a Análise Institucional, meu instrumental teórico é a partir da intervenção que se conhece, que se pode investigar.

Intenciono aqui problematizar o conceito de adolescência pegando a divisão de classes como analisador das práticas coerentes com a sociedade atual. Na medida em que se faz a historicização desse conceito, que se pensa universal e imutável, traz-se a possibilidade de pensá-lo de outras formas, visto que ao longo da história tal conceito adquiriu outras roupagens. Essa desconstrução permitirá fazer a discussão sobre a violência entre esses jovens pobres, como forma de cooptação a que estão submetidos, enquanto efeito de práticas preconceituosas e naturalizadas desmistificando explicações que a atribuem a algo inerente a jovens de classes mais baixas. A violência pode estar sendo utilizada como única forma de expressão da forma como a sociedade tem se relacionado com essas classes.

Chamarei atenção também para como o território em que o jovem se encontra diz sobre ele, como as estratégias urbanas produzem sentidos na e da existência e, assim, diferentes formas de tratar este que é tido como diferente. E, assim, trazer à tona a questão da criminalização da pobreza, o quanto a violência tece modos de viver enquanto estratégia de poder e o quanto os jovens pobres respondem a essas formas de captura.

² Também criaram e participaram deste projeto a aluna da graduação da UFF Diana Malito e o também aluno da UFF Maycon Rodrigues.

³ O Cejob possui um programa de reforço escolar, através do qual uma professora ministra aulas aos participantes inscritos. Essa atividade funciona todos os dias, tanto na parte da manhã quanto à tarde, exceto quintas pela manhã, por impossibilidade de comparecimento da referida professora. E este horário vago era o que utilizávamos para o projeto.

Como referencial bibliográfico, pretendo me guiar pela perspectiva histórica de Michel Foucault, seguir os psicólogos que pensaram as teorias do desenvolvimento, trazer os pensamentos de Félix Guattari e Suely Rolnik no que se refere às subjetividades atreladas às formas capitalísticas de funcionamento e de Gilles Deleuze, nas suas contribuições conceituais e sua aposta na natureza produtiva e criadora do desejo. Além disso, trabalharei também com a Análise Institucional, especialmente com sua ferramenta do diário de campo como forma de análise de minha intervenção.⁴

Psicologias

Diferentes modos de conceber a Psicologia estão constantemente se criando e reformulando na história. Faz-se então necessário resgatar essa multiplicidade para que resquícios dessa história possam emergir, mostrando que não existem rupturas definitivas, mas que certas práticas vão se absorvendo e se recriando a partir das outras, conforme sua plataforma histórica exige. Portanto, traçarei um breve percurso da história da Psicologia. Tracejar uma história da Psicologia que não se planeja linear e evolutiva, mas antes uma história que descortine produções veladas, façam aparecer as diferenças abafadas e que produza novos sentidos a partir da própria interpretação desta. Michel Foucault nos deixa como legado um modo de pensar a história por meio de uma análise arque-genealógica que aponta para a história dos saberes, para a emergência, para as condições históricas que possibilitam o surgimento de um saber.

Para falar de minhas práticas e como elas foram se delineando no decorrer do projeto, é importante a distinção entre uma determinada forma (ou fôrma) de fazer Psicologia, daquela trabalhada no projeto “Espaço Terapêutico Cultural”. Essa distinção favorecerá o entendimento de toda a análise levantada por esta monografia.

Sabe-se que no Brasil, antes de a Psicologia se configurar como um saber autônomo e ser reconhecida como profissão, em 1962, seus princípios já se encontravam diluídos em alguns outros campos de saber que pensavam o ser humano ainda sob uma perspectiva filosófica. Jacó-Vilela (2004) ressalta que as sociedades ocidentais tradicionais se estruturavam pelo esquema de hierarquias, o sujeito era determinado pelo lugar social que ocupava em diferentes esferas sociais. Na modernidade, o indivíduo é caracterizado como autônomo e possuidor de livre-arbítrio. É importante lembrar que se trata da passagem de um sistema feudal, extremamente cerceador da liberdade, para o capitalismo. Assim, para livrar-se deste ranço de servidão, os movimentos da Revolução Francesa e do Iluminismo trazem a idéia de homem livre e igual. Não que a hierarquia tenha desaparecido, mas passou a ser constituída de outra forma. O homem, agora detentor de livre-escolha, passa a desenhá-la conforme sua vontade. É assim, nesse cenário, que a Psicologia pôde surgir como estudo e prática da subjetividade humana.

O saber ocidental é marcado pelo discurso da metafísica platônica. É possível afirmar que ele se faz presente e marca muitas de nossas práticas até hoje. Platão divide o mundo em duas partes: o mundo do ideal e o das representações, engendrando assim pares de opostos para ler o mundo, confrontando idéia-imagem, essência-aparência, original-cópia, modelo-simulacro. Parte do pressuposto de que existe um mundo inteligível que está para além do mundo que habitamos que seria o mundo

⁴ Esta monografia foi entregue à Universidade Federal Fluminense como trabalho de conclusão da graduação e, portanto, devido à limitação das páginas referidas neste edital, não encontra-se aqui na sua integralidade. O diário de campo mencionado acima como fonte de análise de minhas práticas não foi aqui transcrito, mas está espalhado por toda esta monografia.



do sensível. Aquilo que é da ordem do sensível é totalmente passível a cometer enganos, porém existem as cópias-ícones que servem como reparadoras destes erros, pois revestidas de boas intenções, boas imagens garantidas pela semelhança interna ou derivada da idéia. O domínio da representação é constituído pelas cópias-ícones, e esta representação pressupõe sempre uma origem, um fundamento, uma idéia primeira a partir da qual tudo mais deriva. O triunfo dessas cópias-ícones aponta para a pretensão de se buscar verdades absolutas e universais. Parte do princípio de que existe um *a priori*, uma substância, um invariante histórico, uma entidade transcendental. Em detrimento dessas boas cópias, existe o simulacro, que nada mais é do que uma imagem sem semelhança, um “falso pretendente”. Para desconstruir um pouco dessa idéia platônica, Gilles Deleuze nos propõe aprofundar nesta questão através de uma reversão do platonismo. Essa reversão consiste em pensar o simulacro como semelhança que só pode ser pensada como produto da diferença. Em outras palavras, afirmar os simulacros como negação de todo e qualquer fundamento, origem ou *a priori*, pois esta nos remete sempre ao acaso, às forças-fluxos, aos acontecimentos, ao eterno retorno da diferença.

Mas, por que tratar aqui da metafísica platônica? Porque além de esta influenciar muito a forma como vemos o mundo (estamos sempre tentando alcançar a verdade absoluta sobre tudo ou um ideal de ser humano), o saber psi é intensamente marcado por ela e muitas concepções adotadas pela Psicologia são derivadas do pensamento de Platão, do racionalismo e do positivismo.

Deslocando a atenção da experiência do mundo ocidental de forma generalizada, direciono agora meu foco de análise para o cenário histórico-político brasileiro, para as condições propiciadoras ao processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil.

No final do século XIX, com a abolição da escravidão, a proclamação da república, o início da industrialização e a presença do ideal igualitário, o Brasil encontrava-se diante do desafio de tornar-se uma nação moderna. Para isso, buscava para si uma identidade própria, visto que precisava superar as raízes lusitanas. Dimensões da experiência dos cidadãos, tais como educação, religião, saúde e moral, estavam começando a fazer parte da tutela estatal. Segundo Massimi, “Esse processo foi acompanhado por uma progressiva estruturação dos papéis sociais dos indivíduos, vindo estes a ser considerados como funções e produtos do processo social” (MASSIMI, 2006: 159). Para tanto, era necessário que um saber estivesse por trás desse mecanismo respaldando tais ações. Assim é que o racionalismo e o positivismo aparecem como dispositivos preciosos para reforçar aquilo que o Brasil necessitava.

No século XVII, René Descartes introduz sua teoria afirmando que somente através da razão o homem podia distinguir o falso do verdadeiro, chegar à “verdadeira verdade”. Porém, apesar de todos possuírem-na, nem todos sabem usá-la. Descartes separa, assim, mente e corpo ou *res cogitans* e *res extensa*. A mente como morada da razão, da verdade, do eu, da consciência e ao corpo restava o lugar para as paixões, desejos, afetos e emoções. A razão se constitui como independente da experiência sensível, rejeita as emoções, os sentimentos, pois estes atrapalham a razão, forma legítima de se chegar à verdade. A esta teoria dá-se o nome de racionalismo.

No século XIX, como já dito anteriormente, o positivismo de Augusto Comte, a partir de uma leitura do racionalismo, se evidencia. Seu modelo cientificista é denominado positivo, pois está referenciado ao que é real, útil, certo, preciso, logo, seriam esses os patamares nos quais a ciência deveria desenvolver suas premissas para alcançar a verdade. Este tipo de ciência visava observar os fatos objetivando a previsão racional e o controle para a construção de uma sociedade positiva.

Como sabemos, a Psicologia iniciou sua história como um ramo da Filosofia. Para se afastar totalmente desse campo, deveria a Psicologia se filiar às ciências naturais. Para isso, o método precisava ser experimental, o objeto precisava ser observável, o pesquisador ser neutro e o modelo precisava vir das ciências ditas puras, com a finalidade de se chegar à pura verdade. Comte acreditava que a Psicologia não podia ganhar o estatuto de cientificidade, pois não correspondia a nenhuma dessas exigências, e assim relegava à ordem da filosofia do espírito.

Assim, para se solidificar e juntar-se ao *hall* de tanto outros saberes que eram até então já reconhecidos, a Psicologia adota modelos positivista e racionalista. No Brasil do início do século XX, a moda higienista introduzida pelo saber médico - já então engajado na assepsia das cidades - se afirma enquanto estratégia política com a intenção de refundar a cidade alterando os modos de viver e de ser. A Psicologia seria mais um saber para somar neste plano. Para isso, era preciso adquirir seu passaporte para credibilidade, a saber: seu *status* científico. Neste momento a nascente Psicologia toma um caráter empírico, investindo no campo experimental e fechando-se em seus laboratórios na intenção de produzir diagnósticos por meio da aplicação de testes psicológicos.

O tópico, no qual me detenho, tem como título “Psicologias”. Denominei-o assim para enfatizar que não existe uma só forma de Psicologia, mas uma multiplicidade delas. Isto não significa que um objeto ou teoria é mais importante do que o outro, um não exclui o outro, não se trata de traçar uma hierarquia que vai da abordagem mais bem fundada, mais científica, mais verdadeira, mais autêntica até a abordagem menos fiel a esse modelo. Sabemos que a maioria dos saberes psi está ainda submetida a uma perspectiva positivista que exclui a diferença. Porém, não importa tanto a abordagem teórico-prática da Psicologia, mas sim o grau de abertura, de despojamento, de acolhimento, de escuta ao imprevisível, ao desconhecido, ao estranho e intempestivo. E aí chego ao ponto que queria para apresentar o projeto “Espaço Terapêutico Cultural”.

Em Cena o projeto Espaço Terapêutico Cultural ou E.T.C: Todas as entradas são boas desde que as saídas sejam múltiplas

Comecei no Centro Juvenil de Orientação e Pesquisa (Cejop) como estagiária de Psicologia, atuando no âmbito clínico. A demanda freqüente era de crianças e jovens com dificuldade de aprendizagem, relações com familiares conturbada e problemas da ordem da violência na escola, em que me era solicitado pelos encaminhadores (pais, escolas, neurologistas, professores etc.) o estabelecimento de diagnósticos e conseqüentemente uma “cura” efetiva das questões. Ser colocada nessa posição de dizer a verdade sobre alguém me angustiava pela “incapacidade” de dar um resultado positivo e esperado para os pais e me questionava sempre a respeito do meu posicionamento ali. Foi, neste momento então, que surgiu a oportunidade de conjugar a experiência clínica com uma outra experiência que fugia até então do que conhecia como espaço de produção da Psicologia. Obtive a chance de levar ao reforço escolar novas experimentações que fizessem emergir práticas diferenciadas das que ali ocorriam todos os dias.

Diante desse quadro, fiquei interessada em ampliar as fronteiras e fazer a prática psi transcender além das delimitações que uma formação positivista demarca. A partir desse exercício político de reinventar as possibilidades da Psicologia - político, pois que opera transformações no coletivo -, foi possível parar e (re)configurar



aquilo que se postula sobre juventude sem limites e problemática e abrir espaços de intercâmbio com minha experiência clínica. A relevância deste trabalho é que, de certa forma, tentou, a partir do lugar da Psicologia, dialogar com a cultura e a educação, instâncias estas por demais fragmentadas no nosso cotidiano, construindo assim, junto com meu “público”, um espaço coletivo que pretendia potencializar encontros e vivências. Ao fazer essa leitura, estando na posição de estudante de Psicologia, faz-se necessário um exercício constante que atente mais para minhas práticas, para que estas não virem mera reprodução daquilo que o regime capitalista espera que respondamos. A credencial de legislar sobre a vida das pessoas obtida pelo especialista psi pode produzir sentenças devastadoras. Patologizar, rotular, marginalizar e excluir, estabelecendo diagnóstico de “jovens problemáticos”, é o que a maioria espera de um profissional de Psicologia quando chamado a explicar comportamentos. Para tentar romper com essa atribuição na qual estou alocada, pretendo entender o homem, seus pensamentos, percepções, sentimentos e ações como produções histórico-sociais, colocando o intimismo, o familiarismo, o psicologismo, enfim, práticas que reduzem a pessoa, como construções e não como naturezas. Analisar os efeitos de minhas práticas enquanto profissional produtor de verdades me ajudará a ver as armadilhas que, a todo o momento, são armadas para nos capturar.

Para que tal proposta se efetive é preciso resgatar a dimensão histórica dos saberes, apontar seus atravessamentos, para os jogos de forças que o constituem. O viés predominante indica ser a atuação do psicólogo eminentemente técnica, dirigida à aplicação de técnicas psicológicas. A ausência de uma abordagem mais historicizada permite que se pressuponha o indivíduo de hoje como universal, como se houvesse uma essência, uma natureza humana que atravessasse incolumemente a história do homem. Assim, a reinvenção constante da prática psicológica, instituída por movimentos de resistência, muitas das vezes, não são reconhecidas como sendo exercício profissional da Psicologia. Com isso, o psicólogo deixa de ocupar espaços onde, certamente, poderia exercer.

Para trabalhar nesse projeto, contou-se como ferramenta teórica com a Análise Institucional. René Lourau, um dos construtores desta linha de pensamento, afirmou que esta era um outro modo de se fazer ciência diferentemente da preconizada pelo positivismo. Uma metodologia que se pretende tornar estrangeira de si mesma, experimentar novos espaços e afirmar a antineutralidade como propulsora de seus movimentos. Pesquisador e objeto nascem juntos e percorrem a vida de modo inseparável na criação de problemas.

O método de intervenção da Análise Institucional consiste em criar dispositivos de análise coletiva que coloque em cena as implicações – a forma de ser e estar no mundo. É se questionar: “Será que existe outro modo de fazer diferentemente do que faço?”; “Para que será que estou contribuindo quando atuo dessa forma?”; “Que positivities estou produzindo quando afirmo tal postura?”. Acredita que é no espaço coletivo e na desconstrução intermitente que se torna possível produzir algumas respostas, respostas sempre provisórias, condizentes com a maré dos acontecimentos. Não afirmo aqui que tal tarefa é fácil; aliás, é muito difícil e penoso trabalhar no coletivo, lidar com aquilo/aquele que é diferente, com aquele que põe em cheque verdades tão cristalizadas, traz um desconforto muito grande. Assim, a proposta do projeto consistiu em construir um espaço de coletivização de experiências e abertura para outras vivências, espaço no qual o “adolescente problema” terá possibilidades de expressar outras questões que o atravessam, e não ficar fixado neste estigma que já é verbalizado o suficiente pelos pais e pela sociedade de forma geral. Ele bate no colega, mas é só isso? Para além desta nomeação negativa, que outros sentidos ele carrega e que outros sentidos podem vir a ser construídos?

Desconstruindo o conceito de adolescência: produção de desterritorializações para devires outros

No projeto, tínhamos que lidar com a multiplicidade daquelas pessoas que estavam ali. Cada dia que iam sendo propostas atividades, maior era a decepção. Eles não queriam ficar na sala, nem se fixar em lugar algum. Queriam circular livremente pela instituição, sem imposição de regras e delimitações. Ora a sala era muito chata, ora o pátio se tornava tedioso. Tentava-se, então, ampliar o espaço de atuação do projeto numa vã iniciativa de aproximarmo-nos mais.

Não podia deixar de estar tentada a recorrer ao que é produzido hegemonicamente como subjetividade adolescente, em que se afirmam serem eles atores de transgressões e que em seus hormônios afloram agressividade e extravasamento de emoções, tomando tais atos como negativos. Para os jovens pobres, mais ainda, é reservado o caminho para a delinquência. Perguntava-me: posso considerar essa fase e suas vicissitudes como óbvia e universal? O que vem a ser adolescência? Fui buscar respostas para as minhas questões em alguns autores.

De início, defrontei-me com Michel Foucault e obtive como resposta um pontapé inicial para começar a pensar sobre esta complexa trama. Ele propõe que pensemos que os objetos são fruto de práticas sociais, e não o contrário. Daí pensá-los como construção histórica que estão em constante embate, emergindo destas práticas, saberes e objetos. Tratar os objetos como advindos dessa arquitetura histórica é vê-los num recorrente fluxo de objetos, que mudam com as relações de força em jogo a cada tempo. Por isso, a adolescência não cabe no discurso essencialista e homogeneizante nos quais insistimos em inseri-la, pois aquilo que se conhece hoje por adolescência já foi concebido de outras formas se nos metermos a vasculhar na história. Assim, vi que não tinha sentido me perguntar o que era adolescência, mas como ela se constituiu historicamente.

Fui buscar, também, em algumas teorias do desenvolvimento da Psicologia como elas explicam a adolescência. Em quase todo o material produzido sobre este assunto pela Psicologia do desenvolvimento, não é questionada a afirmação de que a adolescência significa uma passagem natural do desenvolvimento humano, mostrando que algumas formulações da Psicologia são naturalizantes do ser humano e assim, estão adaptadas à lógica de pensamento capitalista. Assim universalizada, perde-se todo o processo social constitutivo da vida. Segundo pesquisa realizada por Ana Mercês Bock (2004) em uma leitura da adolescência baseada no olhar sócio-histórico de Leontiev, com a Revolução Industrial, a sociedade moderna se vê às voltas com uma grande modificação no ritmo de sua vida produzido pela tecnologia, passando assim a exigir um alto padrão de qualificação para o trabalho. O mercado de trabalho fica mais competitivo por causa da pouca oferta e muita demanda por emprego gerada pelo sistema capitalista e faz com que se prolongue o tempo das crianças na escola e afaste o jovem do trabalho para melhor se capacitar. A ciência vai ganhando cada vez mais espaço no mecanismo de produção de respostas/verdades, formulando novas maneiras de viver, sentir e pensar. Duas combinações importantes para que as crianças fiquem mais tempo sob a tutela dos pais, sem serem inseridas no mercado de trabalho. Para que seus pais pudessem trabalhar, as crianças precisavam ter um lugar para ficar; a solução foi a escola. Quanto mais tempo na escola, maior a distância dos pais. Produzia-se, então, um grupo composto de iguais, consequências destas exigências sociais.

A sociedade, então, assiste à criação de um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento – a juventude/adolescência. A adolescência refere-se,



assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico (BOCK, 2004). Vão assim sendo criadas significações e modos de leitura desse novo enquadramento social, o adolescente como fase de preparação para a vida adulta. É fabricada a “identidade adolescente”. Identidade, pensada por Guattari e Rolnik, significa: “aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (GUATTARI; ROLNIK, 1986: 68-69).

A tendência a localizar a adolescência por uma perspectiva evolutiva se encaixa muito bem ao pensamento progressista, de que as coisas que estão no mundo estão sempre evoluindo, a fim de chegar num produto final perfeito e maduro. Assim, o período adulto caracterizaria o máximo do desenvolvimento do ser humano já formado, ao passo que na adolescência as propriedades ainda precisam se desenvolver, fazendo acreditar que quando chegar a este estágio de maturação da vida virão à tona todas as características inerentes e em potencial próprias da natureza humana. São estabelecidos assim parâmetros para comparação daqueles que estão dentro ou fora da norma prescrita para cada período. Ao mesmo tempo em que certas teorias desenvolvimentistas agrupam e colocam todos na mesma situação, individualizam e culpabilizam o comportamento humano. O homem, no contexto liberal, ao não conseguir corresponder às prescrições de sua conduta, é considerado culpado, pois nosso regime de governo é aquele em que o poder de tomar decisões está nas mãos dos cidadãos, portanto, os direitos são iguais, a livre-escolha está para todos e as oportunidades são as mesmas. Se não conseguiu, é porque não soube aproveitá-las ou não escolheu o caminho certo.

É necessário analisar que essas noções não seriam concebidas se não fossem oferecidas condições para tanto. É nesse tipo de sociedade, marcada pelo neoliberalismo, que emergem práticas de privatização, em um solo fértil para a produção de subjetividade consumista florescer e atuar sobre essa identidade adolescente, transformando-a em objeto de consumo. A partir desse primeiro passo na direção de desconstruir certas pré-concepções, fui entrando em um compasso, sem saber para onde ele poderia me levar.

Ao colarmos uma etiqueta referendada por leis previamente fixadas e embasada nos discursos científico-racionalistas, pode-se criar um território específico e limitado para o jovem, uma identidade que pretende aprisioná-lo e localizá-lo, dificultando possíveis movimentos. Ao se reafirmar a homogeneidade, nega-se a multiplicidade e a diferença”. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005: 6)

Na intenção de provocar algumas mudanças, Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) sugerem que, ao invés de nos fixarmos a uma “identidade adolescente”, que já prefigura uma série de comportamentos previsíveis, tentemos usar os termos jovem e juventude para permitir que as diferenças venham à tona. Utilizar essa nomenclatura consiste em uma estratégia política de não se deixarem rotular determinados comportamentos como relativos a uma faixa etária específica.

Ao mesmo tempo que existe a generalização e a universalização dos conceitos de adolescência, não podemos negar que, à sua margem, existem dois tipos de adolescência sendo produzidos desde o início do século XX no Brasil. E o tipo “adolescência pobre” é ao que me refiro nestas análises. O higienismo, combinado com a teorias eugênicas e a da degenerescência de Morel, foi responsável por incutir na sociedade o pensamento de que a pobreza poderia adquirir faces perigosas. Os pobres, mesmo os dignos, eram considerados portadores de doenças contagiosas

incapazes de transmitir boas coisas para seus ascendentes; eram criminosos em potencial. Isto é, tinham em sua natureza uma parte destinada à destruição que se não fosse referendada dentro dos princípios da boa família e também constantemente vigiada, poderia vir a tona. A partir dessa configuração para os pobres, surge a preocupação com a infância e adolescência pobre que, mais tarde, poderiam desenvolver isso que estava em potencial em seu DNA. Começam, assim, a ser elaboradas estratégias para destacá-las e vigiá-las.

Para esses “jovens”, destinados de antemão a esse problema, fundidos com ele, o desastre é sem saída e sem limites (...) Marginais pela sua condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediato, eles são os “excluídos” por excelência (...) Por acaso eles não moram naqueles lugares concebidos para se transformar em guetos? Guetos de trabalhadores, antigamente. De sem-trabalho, de sem-projeto, hoje (...) Que podem eles esperar do futuro? Como será a sua velhice, se chegarem até lá? (...) Bloqueados numa segregação (...) eles têm a indecência de não se integrar. (FORRESTER apud COIMBRA, 2003: 57-58)

Com as fronteiras delimitadas do que é ser adolescente na contemporaneidade, os amoladores de facas⁵ forjam e protegem as linhas divisórias, colocando os modelos para dentro e ejetando os simulacros para as instituições de enquadre. Historicamente, o adolescente pobre está relegado ao lugar do desvio, da anormalidade que incomoda e desestabiliza provocando ondulações nos caminhos retos e bem tracejados dos moldes.

O que significa crescer e ser criado numa favela? Como eles são considerados e como eles se vêem? Como pensar na vida dessas pessoas sem recair nos discursos recorrentes de associação da pobreza com a criminalidade, do local em que vivem com a morada da desordem e da violência? Segundo Guattari “... o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (GUATTARI, 2000: 70) e ainda com a concepção de “cidades subjetivas”, proposta por ele as quais “engajam tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos” (idem: 170), as cidades são pensadas como imensas máquinas produtoras de subjetividade, por meio de equipamentos materiais e imateriais. Para além de uma geografia, as cidades deflagram processos subjetivos, isto é, funcionam enquanto megamáquinas que podem convergir tanto para uniformizações quanto para ressingularizações. Deste modo, os lugares em que residem as pessoas do grupo são importantes porque são identitários, relacionais e históricos. As pessoas se conectam aos lugares e os assumem no decorrer da vida. Há o lugar onde se nasceu, aquele de onde se vem, onde se trabalha, onde se mora.

E quais são as significações imaginárias hegemonicamente presentes na sociedade em relação às pessoas que moram em favelas? É colocar em todos o rótulo de marginal, de família desestruturada, delinqüente, que precisa urgentemente de programas sociais que assegurem a sua não evasão para o mundo do crime. E é neste último ponto que corríamos o risco de cair, pois muitos estavam ali somente porque seus responsáveis acreditavam que se não tivessem uma ocupação estariam fazendo besteira na rua. É notável que as relações sociais do contemporâneo são atravessadas por uma enorme desconfiança do outro. Vivemos um momento de sentimento de insegurança e medo global, em que a juventude pobre corresponde aos anseios de uma sociedade em busca de um inimigo nacional, pois são localizados como instáveis e perigosos.

⁵ Ver BAPTISTA, L. A. S. A atriz, o Padre e a Psicanalista - Os Amoladores de faca. Anuário do Lasp, Niterói, v. 1, n. 3/4, p. 103-109, 1997.

As respostas para o como é crescer em uma favela, a forma como eles se vêem e são vistos pela sociedade estão contidas dentro dessa produção massificante de subjetividades que se insere não pela via da repressão e da força, mas pelo caminho do coração, criando necessidades, movimentando idéias, paixões, modos de guiar a vida e produzindo realidades. Algumas produções se sobressaem mais que outras se tornando hegemônicas e naturais, como se não houvesse outras formas de viver, enlaçando os sujeitos de tal modo que torna impossíveis os questionamentos. É aí que se abrem brechas para as capturas. E essa ligação pobreza-criminalidade é uma delas, enredando até eles próprios. Nessa tentativa de escapar do empuxo freqüente produzido pelas forças desejantes de captura, deparava-me também com muitos problemas com relação a manter uma certa ordem na sala. Diziam na instituição que, se não tivéssemos pulso firme e autoridade, eles passariam por cima de nós. Dito e feito. Era um tal de distribuir tapas que se não apartasse podia descambar para efeitos piores. Mas, mesmo assim, percebia que eles se entendiam, o comportamento violento aparecia, muitas vezes, como um extravasamento de raiva e depois estavam se falando e logo se batendo de novo.

“Ah, Tia”, “Ah, não quero fazer isso não, tia” eram as respostas às tentativas de levar leituras dramatizadas e atividades que para eles não tinham nenhum tipo de pertencimento. Toda a expectativa com que eram levadas as atividades se esmaecia na avalanche de negativas. Em resposta, pediam o filme “Tropa de Elite” (febre na época do projeto), filmes de terror, dinâmicas e competições em que pudessem ganhar prêmios no final. Para tentar coadunar as duas propostas, tanto a do projeto quanto a deles, experimentamos levar tais dinâmicas interagindo a competição com leituras, teatro e música, de forma que a proposta soasse mais divertida. Eles gostaram da idéia, mas isso me fazia sentir um pouco frustrada e aliciadora. Por que tinha que dar prêmios para que eles pudessem participar das atividades? Entretanto, esse era o único agenciamento que conseguíamos fazer naquele momento. Sentia que suas demandas estavam em alinhamento com nosso mundo contemporâneo e não sabia se as linhas de fuga seriam capazes de irromper na vida daqueles jovens. Competir, banalizar a violência eram palavras de ordem naquele espaço, o que me levou a lançar outros pontos de interrogação para retomar meu fôlego. Temos que ver esse meio de se comunicar, muitas vezes, pela via da agressão e esse apelo para a violência como modos próprios do agir do jovem pobre? Temos que ver essa agressividade sempre como conduta negativa? E mais, sobre o determinismo que institui destinos violentos para crianças e adolescentes expostos à violência familiar, o que têm a nos dizer os especialistas?

Em um momento em que era proposta uma atividade, um jovem de 13 anos bateu na cabeça de uma menina e a chamou de burra, pois ela não estava entendendo como seria a atividade. Foi questionado o motivo que o levou a tomar tal atitude. O menino respondeu que era assim que faziam com ele para que pudesse aprender. E mais uma vez questionado: “E você aprendeu?” Pensativo, ele retorquiu que não. Fugindo das capturas... Numa leitura de Deleuze, Rauter parte do fato de que temos um campo pulsional virtual que é fluxo e que está para além do bem e do mal e,

(...) que toma caminhos ou descaminhos, configurando-se em criação e construção, mas também em destruição, sadismo, masoquismo, culpabilidade, nunca como derivados de uma tendência básica para o negativo mas como antiprodução, como envenenamento, cujo percurso singular e complexo teríamos que seguir, em busca de compreensão. (RAUTER, 2003: 109)

A agressividade não é negativa, faz parte da libido necessária à vida. Atrelar a agressividade à negatividade vem de uma certa gestão de subjetividade atual.

Deve-se estar atento é ao desdobramento, que é a destrutividade, que deve ser analisada dentro dos efeitos de práticas repressivas e moralistas. Quanto à produção social do negativo Rauter (2003) diz:

A emergência do negativo deve ser pensada não como indício da presença do negativo “na base”, no campo da produção desejante, mas como um descaminho da produção desejante. As massas desejaram o fascismo, a produção desejante também engendra antiprodução. (RAUTER, 2003: 114)

Rauter (2003), utilizando Reich para fazer coro à voz da resistência a estes meios de captura, coloca os fenômenos do negativo como secundários, como fenômenos políticos ligados ao modo de produção capitalista e seus desdobramentos no campo da subjetividade.

Por estarmos emaranhados nos fios que tecem a rede capitalista, a nossa tendência é repartir e julgar os objetos como bons ou maus. A positividade, para Espinosa, não significa necessariamente algo de bom, só amor; significa sim pura potência, pois produz. Assim, classifica os fenômenos da existência em bons e maus encontros. Os maus encontros são aqueles que obstruem e envenenam a vida – a destrutividade – e os bons, aqueles que potencializam a vida expandindo.

Existem algumas produções que afirmam que, por pertencer ao território da pobreza, o jovem possui potencialidade para ser um delinqüente. Mas qual é o sentido da palavra delinqüente? Rassial (1999), afirma que a delinqüência não é patologia de atributo somente dos jovens, mas da sociedade como um todo. “O delinqüente é – contra a natureza própria das coisas, de retornar ao seu lugar (Aristóteles) – aquele que desaloja: que desaloja as coisas, que se desaloja de seu lugar, do lugar que lhe é atribuído pela sociedade” (RASSIAL, 1999: 55). Rassial (1999), ao trabalhar etimologicamente a palavra delinqüente oferece abertura de sentido e coloca a delinqüência como manifestação natural da vida de um jovem, no sentido de que eles procuram se esquivar de certas amarras. Os jovens de todas as classes estão constantemente fugindo de certas imposições da sociedade e caindo em outras. A partir dessa definição de delinqüência, só posso concluir que o ato de delinqüência poderia ser visto como uma linha flexível, como um desvio na forma de responder à captura arquitetada pela sociedade de controle. Sobre o território da delinqüência, Tedesco (2004) traz um ponto de vista a se pensar:

Seria um equívoco pensar em abolir o território delinqüência que os jovens trazem em processo de construção, ou anda substituí-lo por outro. É preciso evitar a qualquer custo a violência da imposição de códigos, de propor regras que não suscitem nenhum tipo de pertencimento. Mesmo porque isto não funciona, eles reagem imediata e violentamente. Por exemplo, a queixa mais freqüente feita sobre esta população é a delinqüência, a conduta de infração as normas. E como resposta, muitas vezes, utilizam métodos repressivos ou educativos que ensinem as regras sociais ou opções mais produtivas de conduta. Mas, podemos também cogitar que essa “desobediência” é efeito do não reconhecimento de nossas regras, pois não haveria razão para seguir um código imposto, que lhes pareça completamente estranho, próprio de outra realidade econômico-social, a qual não pertencem e que, avaliam negativamente. (TEDESCO, 2004: 114-115)

Acreditando na tendência básica para a destruição, atribuída a esses jovens, os únicos meios que a sociedade oferece é o de coibi-los através do tratamento moral e autoritário. E assim como estes jovens não conseguiam deixar de cair nas armadilhas dessa produção de subjetividades massificante, eu também não consegui.

Achava que devia colocar limites, mesmo sem nem saber como fazê-lo. Com esta atuação, só o que ganhava era mais rebeldia e respostas atravessadas.

3 - Considerações Finais: (Co)lecionando histórias

Confinada a modelos, a Psicologia fechada em consultórios é chamada a decifrar mentes, prever comportamentos, solucionar problemas e reforçar modelos de boa família, bom cidadão, bom filho, bom aluno. Era assim que me via diante das demandas de atendimento clínico na instituição. Lancei mão então da estratégia de trazer para a monografia alguns elementos que influenciaram a Psicologia ao longo de sua história e a constituíram tal como é, a fim de mostrar que não podemos falar de uma psicologia, mas sim de psicologias. (GARCIA-ROZA, 1977) Este pensamento nos incentivou a criar o projeto “Espaço Terapêutico Cultural” (E.T.C.), espaço em que estávamos dispostas a trocar o certo pelo duvidoso, o previsto pelo inesperado dos encontros. Fazer circular a palavra, coletivizar experiências. No entanto, víamo-nos constantemente entranhadas nas artimanhas das produções desejantes de captura.

Esta monografia vem, justamente, para analisar o efeito de minhas práticas. Para isto me coloquei aqui como um pensador aprendiz, que, de um modo precário, pois não tenho respostas prontas, lancei-me a uma experimentação; que, diante de um signo (objeto do encontro para Proust) gerado do encontro com estes atores, fui provocada a pensar diferentemente do que concebia como óbvio e natural. Perfurando a crença do pensador travestido de seu manto de saber-poder e imparcial a seu objeto de pesquisa, acredito que, conforme o pensamento de Lourau, pesquisador e pesquisado nascem no momento mesmo da pesquisa e se imbricam. Para tanto, utilizo-me mais uma vez da história, para localizar os conceitos de infância e adolescência e suas modulações. Podemos ver que a Psicologia é uma grande colaboradora para práticas de modelização no contemporâneo, instituindo modos de ser, pensar e agir próprios dessas fases, patologizando e condenando os que saem desses padrões. Adolescentes fabricados e narrados pelos “logos” que os descrevem vorazmente. Os adolescentes pobres são os grandes representantes da degenerescência, do mal-estar e insegurança do mundo, concepção que abre margem para construção de infâncias e adolescências desiguais.⁶

Mas o que fala o território em que os atores de nosso projeto faziam parte? Falam de um território-pobreza cujas linhas se fazem pelos combates e estratégias montadas diariamente, cujos contornos difíceis de apagar são desenhados por pinceladas de suor, dor, sangue, improviso e alegria. Território-favela. Em tempos de capitalismo, este território ganha faces de periculosidade, medo e insegurança; palco em que se apresentam as guerras que insistem em descerem para o asfalto, assolando os “cidadãos pagadores de impostos”. Território-delinquência. Adolescentes que se vêem sob a sina de escolher entre ser vítima ou bandido, e que, por pertencerem ao território-favela e, portanto, ao território pobreza, têm em suas veias correndo o sangue positivo para o crime, a família modelo de desestrutura, sem leis e limites que os barrem. Invadindo o território da pobreza atrelado ao da delinquência, encontrei grandes contribuições para pensarmos. Etimologicamente, o conceito de delinquência significa deslocar-se daquilo que lhe é atribuído

⁶ Ver NASCIMENTO, M. L. (org.) PIVETES. A produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

como essência. Diante disso, Rassial (1999) conclui que a delinquência se estende a toda sociedade, pois a vida se constitui enquanto mudança, enquanto desarranjos para arranjos outros. Essa produção social do negativo insere-se dentro de uma determinada produção de subjetividades que elege o jovem pobre como inimigo a ser justificadamente exterminado. Rauter (2003), buscando outros teóricos, acredita que existe uma agressividade inerente ao ser humano, como uma pulsão de vida que pede passagem, mas existem modos de subjetivação que investem que essa agressividade está colada à negatividade e, assim, precisa ser contida, reprimida. Pautada pelos maus encontros que constroem a vida de sua potência, a destrutividade é o fruto podre que se pode colher desta agressividade represada.

No final do diário de campo, demonstro o quanto ficamos cansadas e decepcionadas, pois o projeto correu totalmente fora do *script* e, sem o texto, o ator perde sua bússola, porém ele ganha a possibilidade de inventar e criar de acordo com a cena e as pessoas com quem contracenam. O não se escutar, as brigas frequentes, os desentendimentos, o ato de depredar o espaço onde se faziam as atividades, submeter-se a situações perigosas, o roubo, xingar o outro, não ouvir o que este outro tem a dizer, tudo isto foi tomado por nós, no primeiro momento, como algo que pertencia à idade e ao lugar de onde vinham. A primeira leitura feita desta situação nos levou, de certa forma, a questionar sobre a possibilidade da realização dos trabalhos neste grupo. A nossa atitude inicial foi uma tentativa de contenção daquilo que era considerado dispersão com relação à da proposta. Porém, uma outra leitura da situação propiciou outra compreensão sobre o funcionamento deste grupo: viver o caos no grupo foi a maneira que estes atores puderam trazer, com toda a intensidade, o caos produzido pela violência nas suas vidas. Afinal, a pobreza, para sobreviver, inventa e cria outras formas de existência que desconhecemos ou desqualificamos.

Lendo Guattari e Rolnik (1982), perguntava-me: será que podemos viver, não só no sentido de podermos nos respeitar, mas também e, sobretudo, podermos ter relações criativas? Será possível produzir processos de singularização desviantes das produções hegemônicas? A respeito disso, dizem sabiamente Guattari e Rolnik (1982) que, se levarmos isso em conta, teremos de reconhecer que o inimigo não está só nos imperialismos dominantes. Ele está também em nossos próprios aliados, em nós mesmos, nessa insistente reencarnação de modelos dominantes, que encontramos não só nos partidos mais queridos ou nos líderes que nos defendem da melhor maneira possível, mas também em nossas próprias atitudes, nas mais diversas ocasiões. Ainda conforme estes autores, existem tentativas de singularização que são difíceis, problemáticas e que acabam sendo abortadas.

Mas, apesar da precariedade e dos fracassos dessas tentativas, apesar de estarmos todos dispersos, perdidos, invadidos pela angústia, pela loucura e pela miséria, elas se encontram em ruptura com a produção de subjetividade industrial do CMI. Elas desencadeiam processos de reapropriação de territórios subjetivos, e não só. (GUATTARI; ROLNIK, 1982: 56)

Na trilha dos desvios que estes defensores dos processos de singularização propõem, retiro um outro conceito muito caro à Análise Institucional, que é o da análise de implicações. A análise de implicações se constitui em importante ferramenta para não deixar que a “máquina” capitalista nos engula e nos transforme em meros replicadores de modelos paralisantes.

Assumindo outra perspectiva diante do projeto, colocando minhas implicações em análise, posso enxergá-lo de outra forma. Vejo que, apesar de não ter seguido dentro do que havíamos planejado, isso não quer dizer que tenha sido ruim, mas sim



que seguiu de acordo com o fluxo de forças predominantes naquele momento, que a convergiram para ser do jeito que foi. Ainda assim, considero que alguns dos efeitos produzidos foram potentes para minha prática, pois levaram-me a questionar sobre coisas que até então considerava naturais. Além disso, permitiu-me ver que, atrás desses comportamentos “indisciplinados”, existem crianças e adolescentes com histórias de alegrias, sofrimentos, dificuldades e muita potência de vida. Infelizmente, diante da força dos fluxos, tendemos a podá-las a nosso favor, contê-las, fixá-las numa tentativa vã de determos seu controle, mas o que é o mundo e a vida senão intensidades, caos, acasos, derrotas, combates, vitórias, esquinas tortuosas, becos com muitas saídas, labirintos (des)orientadores, possibilidades no fim do túnel?

Atualmente posso entender que, naquele espaço, a cada briga, a cada situação desnorteadora para nós, eles foram emitindo suas razões para fazê-lo, como, por exemplo, a briga entre L. e J. Quando paramos com a intenção de ouvi-los, descobrimos que L. e sua família estavam para ser expulsos de sua casa. Quando J. batia em seus colegas e era por nós questionado sobre os motivos para fazê-lo, respondeu que era apanhando que seus pais lhe educavam e, nesta intenção, o fazia com os outros. Quando C. não queria realizar as atividades propostas por nós, era porque queria estar fazendo outras coisas naquele momento; preferia desenhar, por exemplo. Presas a teorias universalizantes do desenvolvimento, não conseguíamos enxergar singularidades. Ao invés disso, achávamos que C. estava interessada em nos desafiar, em nos desautorizar, em ser desobediente. Quando M. roubou o dinheiro e as balas, não se pode negar que, dentro de um quadro atual cujo apelo pelo consumo é incisivo, em que a pessoa se constitui pelo que ela tem, não haja sedução de tentar por todos os meios fazer parte deste mundo do consumo. Deste modo, vimos que é necessário acionar em cada fala os componentes pertencentes às instituições históricas que lhes compõem e assim, por detrás de tudo aquilo que enxergávamos como negatividade, vejo histórias, circunstâncias sociais, econômicas, políticas, geográficas e culturais que os levaram a agir de tal e tal modo.

Se é importante ampliar o olhar desses jovens, apresentando-lhes outras fórmulas para resolver seus impasses, ao mesmo tempo precisamos também escutá-los, enaltecer suas experiências, colocar-nos, enquanto aprendizes, no lugar daquele que tem sensibilidade de admirar a criatividade e a potência de vida dessas pessoas. Utilizando o conceito de colecionador pensado por Walter Benjamin (1987) como mais uma ferramenta que faz funcionar, estilizando práticas instituídas, coloquei-me nesta monografia como uma colecionadora que imprimiu um ritmo outro aos objetos, um compasso diferente em nova configuração e aspira à transformação da percepção acrescentando novas peças ou estabelecendo novos lugares para peças já dadas. O colecionador move-se para decompor, para criar um significado outro, estrangeiro para os seus objetivos e, com isso, resgatá-lo do fluxo incessante das mercadorias. Nesse sentido, o colecionador realiza um ato político. Ele instaura uma nova unidade para os objetos que rompe com a falsa unidade dos objetos como mercadoria e, com isso, pode instalar e reinscrever os objetos em uma nova ordem sensível. E assim, (co)lecionamos histórias.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas, v. II, Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987

BOCK, A. M. B. . *A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão*. Cad. Cedes, 2004.

COIMBRA, C. M. B. . *Guardiões da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi na Brasil do Milagre* . Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, C. M. B. & Nascimento, M. L. . Jovens Pobres: o mito da periculosidade. In: Fraga, P.C.P.; Iulianelli, J.A.S. (Org.). *Jovens em Tempo Real*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COIMBRA, C., Bocco F. & Nascimento, M. L. . Subvertendo o conceito de adolescência – In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 2005.

DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

Dimenstein, M., Zamora, M.H. & Vilhena, J. . Sobre a vida dos jovens nas favelas cariocas. In: *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*. Niterói, UFF, 2005.

FOUCAULT, M. . *A microfísica do poder*. . Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GARCIA-ROZA, L. A. Psicologia: um espaço de dispersão do saber. In: *Revista Rádice*. Rio de Janeiro, 1977.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Ed.3. São Paulo: Editora 34, 2000.

JACÓ-VILELA, A. M.; MANCEBO, D. *Psicologia Social: Abordagens Sócio-Históricas e Desafios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004.

LOURAU, R. *René Lourau na UERJ – 1993 - Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro:UERJ, 1993.

MASSIMI, M. O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX. In: Jacó-Vilela, A. M.; Arruda leal A. F.; Portugal, F. T. . (Org.). *História da Psicologia. Rumos e percursos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Nau editora, 2006

NASCIMENTO, M. L. (org.) *PIVETES. A produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

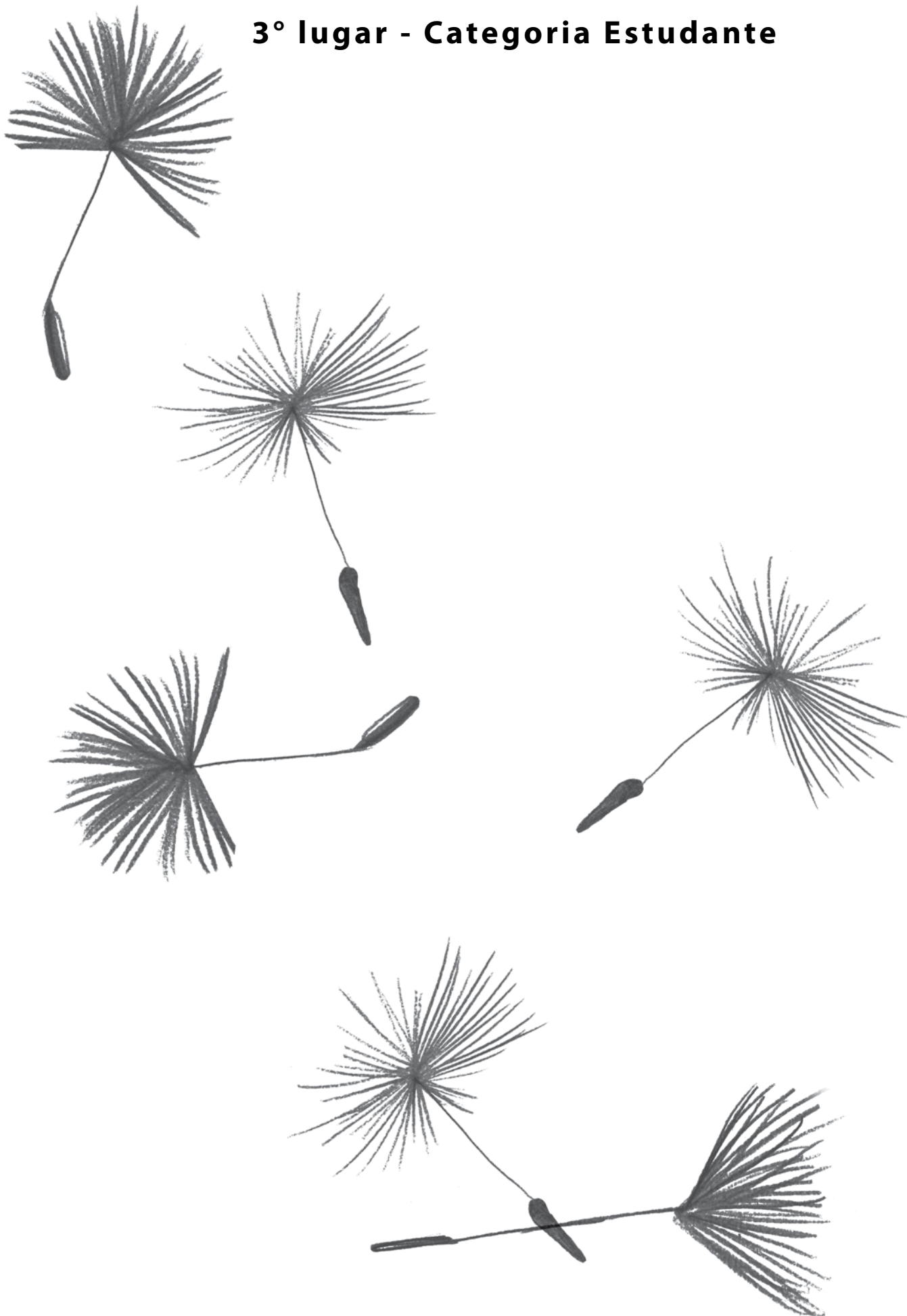
NASCIMENTO, M. L.; MANZINI, J. M.; BOCCO, F. Reinventando as práticas psi. In: *Revista Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, 2006.

RASSIAL, J.J. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Ed. Companhia de Freud, 1999.

RAUTER, C. *Produção Social do Negativo: Notas Introdutórias*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2003.

TEDESCO, S. H. Adolescentes, Drogas e medidas Socioeducativas em Meio Aberto. In: MELLO, A., CASTRO, A. L. de S.; GEIGER, M. (Org). *Conversando sobre adolescência e contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. CRP7, 2004.

3° lugar - Categoria Estudiante



Análise clínica e epidemiológica do ambulatório de adultos do Instituto Municipal Nise da Silveira

Liria Valverde [PUC-Rio]

Resumo

O presente trabalho surgiu através da conclusão do trabalho como estagiária acadêmica bolsista da Prefeitura do Rio de Janeiro dos anos de 2008 e 2009. Ele retrata a evolução da história e da realidade do atendimento e da clientela de um ambulatório de adultos de um hospital psiquiátrico, no Instituto Municipal Nise da Silveira.

Com a utilização desse serviço por determinadas 1.324 pessoas, pude fazer uma colheita de seus dados e, com isso, elaborar uma análise epidemiológica desta clientela. Como efeito dessa análise, foi possível refletir acerca da imprescindibilidade dos ambulatórios, pensar na efetividade das políticas públicas em possibilitar acessibilidade e regionalização à população. Abaixo, encontrará aprofundamentos sobre o assunto abordado em questão.

Palavras- chave: modelo hospitalocêntrico - sintomatologia - reforma psiquiátrica - ambulatório de adultos - CAPS - saúde mental - grupo de recepção - assistência - análise epidemiológica - acessibilidade - Instituto Municipal Nise da Silveira



Introdução

O movimento de Reforma Psiquiátrica brasileira surge visando a mudar as relações entre a sociedade, o louco e a loucura, com a proposta de dar a essa última outra resposta social. Iniciou-se por um período de denúncias de violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada, de uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico.

No desenvolvimento da luta antimanicomial, que já dura cerca de três décadas, localizamos como objetivo a desinstitucionalização, com as desconstruções dos manicômios e dos paradigmas que os sustentam.

Como forma de superação dos manicômios, a saber, uma rede de serviços alternativos foi criada, que se articula nos mais variados serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, tais como: instituições, associações, cooperativas, Caps, ambulatórios etc. A idéia primordial da rede consiste em uma boa articulação dos portadores de sofrimento mental com os demais serviços e uma esperançosa possibilidade de reinserção na sociedade, dificultada tanto pelo caráter excludente da sociedade quanto pelas dificuldades causadas pelo adoecimento.

Com a intenção de procurar preservar e fortalecer os laços sociais - seja através do trabalho, lazer, fortalecimento dos laços comunitários ou familiares -, o Caps é a diretriz de uma nova clínica, incentivando a produção de autonomia, a responsabilização e a implicação da trajetória do seu tratamento. Embora ainda seja necessária a expansão das disposições dos Caps, visto não serem igualitários, são visíveis as mudanças ocorridas na assistência da saúde mental no Brasil.

Considerando-se que o centro de atenção psicossocial (Caps) é um dispositivo recente, cabe discutir um dispositivo um pouco anterior que foi criado como alternativa ao modelo hospitalocêntrico: os ambulatórios, que passaram por transformações em seus objetivos e perduram até os dias de hoje. Essa estrutura tinha como objetivo interromper o modelo asilar.

Primeiramente, os ambulatórios surgiram como alternativa a um modelo hospitalocêntrico, com o objetivo de dar continuidade ao acompanhamento dos pacientes que saíam da longa internação, buscando evitar as reinternações e a exclusão do convívio social e familiar.

Essa primeira proposta não conseguiu superar a prática que vigorava, dado que reproduzia o modelo sintomatológico e produção de farmacodependência.

Para adequar-se ao atual modelo de assistência psicossocial, o ambulatório tem aplicado o corpo de profissionais de saúde mental e as modalidades assistencialistas. O atendimento ambulatorial abrange consultas individuais, psicológica ou psiquiátrica regulares; serviço social, grupos terapêuticos, oficinas, visitas domiciliares. Através dessa estrutura, o atendimento de casos graves, a princípio não comportado pelos Caps, pode responder por uma significativa fatia da população deste serviço, garantindo o peso dos ambulatórios. Estes atendem também uma ampla gama de casos cujo tratamento não se daria nos Caps.

Um dos principais aspectos que asseguraram a imprescindibilidade dos ambulatórios foi a mudança de estratégia relativa ao ingresso e prestação dos serviços de saúde. O cerne da modificação consistiu na recepção dos ambulatórios, que, antes, era marcada apenas por um agendamento prévio, para uma entrevista individual, com um psiquiatra, e posteriormente se caracterizou como um processo mais complexo.

A demanda por tratamentos nos serviços, por exemplo, pode ser amparada a partir da criação do grupo de recepção, que tende a esvaziar as filas de espera e (des)assistir as demandas de atenuamento do sofrimento. Desta maneira, as entrevistas individuais da triagem pareciam precisar de um tempo maior do que o tempo de busca pelos tratamentos, fazendo com que a balança entre procura pelos pacientes e oferta dos tratamentos ficasse desequilibrada. Os grupos de recepção reequilibraram estas proporções.

Com os grupo de recepção, não só um maior de número de pacientes pode ser atendido, como torna-se possível aprimorar a escuta inicial, incluindo nela o entendimento das patologias num contexto mais amplo de subjetivação, passando de uma prática de atendimento farmacológico para uma terapêutica, centrada na palavra e na implicação subjetiva. Um dos principais objetivos do grupo de recepção é atender a esta nova abordagem de forma a agilizar e qualificar o atendimento aos pacientes que buscam o serviço.

O trabalho propriamente feito nos grupos de recepção consiste na tríade: acolher, avaliar e encaminhar. O paciente que chega à instituição é acolhido por um grupo sem a necessidade de um agendamento prévio, por meio do qual sua queixa é entendida como uma configuração psíquica resultante da tentativa de sobrevivência subjetiva dos pacientes. Desta maneira, as escutas de cada narrativa nos grupos de recepção buscam detectar a existência de demanda que esteja ao alcance de seus serviços e lhes encaminhar para o grupo de retorno (três encontros) em que se pretende manejar melhor a natureza da questão. Após esses três encontros, cada paciente é encaminhado à melhor direção do tratamento: uns permanecem em atendimentos individuais (geralmente, as neuroses mais graves), uns encaminhados para serviços externos, outros para grupos ou alta a partir do próprio grupo de recepção. Apesar dessas etapas estarem esquematicamente organizadas, cada unidade possui sua forma de coordená-las.

Através dos grupos de recepção, e representado por eles, as idéias da Reforma Psiquiátrica ganharam uma maior organização nos ambulatórios, pondo em prática seus objetivos e aspirações político/sociais.

Para este presente trabalho, verifiquei um dos serviços de atenção à saúde mental: o Ambulatório de Adultos do Instituto Municipal Nise da Silveira.

Como meio para alcançar este objetivo, analisei o trabalho feito no ambulatório do hospital de referência da área programática 3.2. Verifiquei se realmente a rede de assistência à saúde mental pode prescindir o ambulatório, principalmente nessa A.P., que é de grande movimentação, como se comprovou na análise quantitativa deste trabalho.

Analisei dados provenientes de 1.324 pacientes que foram atendidos na recepção do ambulatório no período de 2 de abril de 2007 até 31 de março de 2008. A pesquisa tem como objetivo e metodologia avaliar a ficha da entrevista inicial do Grupo de Recepção o perfil da clientela, identificando os índices dos transtornos psiquiátricos entre adultos nessa comunidade, a faixa etária, sexo, origem, motivo, medicação, internação, diagnóstico e conduta, interna ou externa, como também, o próprio grupo – que é a porta de entrada do ambulatório.

Não obstante, a originalidade desse estudo clínico e político se deve à possibilidade de analisar a porta de entrada do ambulatório de adultos, estratégia adotada pelo serviço para a reorganização da atenção, visto que havia represamento da demanda na emergência pelo fato de o serviço não se responsabilizar integralmente



pela produção de acessibilidade da clientela da AP 3.2. Está também incluído neste trabalho pensar na articulação do ambulatório com a rede: se este se tornou acessível aos usuários, se toma a responsabilidade pela área, como maneja clinicamente os casos da recepção e as causas de aderência e abandono dos casos.

A hipótese deste trabalho é que o grupo de recepção tem servido à reorientação da porta de entrada do serviço, tem qualificado a assistência na recepção, no desenvolvimento do tratamento e incidindo sobre a reorganização da rede de serviços de saúde mental na AP 3.2.

A grande pertinência desse trabalho para o início da minha formação profissional foi a possibilidade de aplicar a Psicologia num campo tão rico que é a saúde mental.

Ambulatório de adultos do Instituto Municipal Nise da Silveira (IMNS)

À luz de todo o contexto histórico da Reforma Psiquiátrica apresentado até então, fiz um estudo de caso baseado na realidade do Ambulatório de Adultos do IMNS, como forma de ilustrar a teoria descrita.

Retomando algumas questões centrais, esse serviço também participou da transição do modelo na forma de assistência, do atendimento farmacoterápico para o modelo centrado na subjetividade, em que há a implicação do sujeito em seu tratamento. À emergência dessa transição, como explicita Deborah Uhr:

O paciente era imediatamente acolhido na instituição, que estava sempre sem vagas. Por conta disso, ele se mantinha em consultas mensais no grupo de recepção por seis meses, até poder ser acolhido por seu médico assistente. No caso do atendimento psicológico ou de terapia ocupacional, não havia agendamento regular e a absorção da clientela era errática (...) Outro efeito deste tipo de funcionamento era uma longa espera pelo primeiro atendimento no grupo de recepção, que girava em torno de 9 meses. (UHR, 2006)

Uma das dificuldades para reverter esse quadro era a inflexibilidade da própria equipe em suportar se responsabilizar pelo aumento da demanda sem que houvesse uma solução eficaz para tal.

Acompanhando as mudanças ocorridas no modelo psiquiátrico, o ambulatório encontrou como saída a inauguração de quatro grupos de recepção (além de dois existentes) para dinamizar o atendimento da clientela que se encontrava nas filas de espera. Gradualmente, viu-se como resultado o fim do agendamento para o grupo de recepção, o atendimento imediato dos casos, a adoção do critério da regionalização, a hierarquização e seleção da clientela com encaminhamentos para serviços especializados, quando os casos exigiam.

Sendo referência desde 1980, o ambulatório, que se localiza na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, atende hoje quase 4.000 pacientes por mês, com uma equipe multiprofissional, composta por sete psiquiatras, cinco psicólogas, um assistente social, quatro enfermeiras, um terapeuta ocupacional, funcionários, residentes e estagiários.

Dentre os trabalhos feitos, estão incluídos grupos de: acompanhamento terapêutico, de terceira idade, de mulheres que sofrem abusos, de homens deprimidos, terapia ocupacional para psicóticos graves e leves, de desmedicalização, de

pacientes com retardo, visita domiciliar, de regionalização e programa saúde e bem-estar. Essa proposta tem seu ideal no acompanhamento adequado, promovendo uma boa qualidade de atendimento ao paciente e a seus familiares.

Manejo do grupo de recepção no ambulatório de adultos do IMNS

Como forma de elucidar o antigo modelo de triagem, faz-se necessário o resgate de algumas concepções que norteavam meu trabalho e que são alvo de revisão nos grupos de recepção: a priorização da sintomatologia e tendência a responder imediatamente ao pedido do paciente, seja pela prescrição medicamentosa, seja pelo aconselhamento psicológico.

Com a intenção de superar e qualificar a recepção, adotou-se uma nova forma de compreender e abordar o sofrimento, que passou a ser percebido como uma resposta do sujeito e cujo tratamento demanda do sujeito uma implicação e não só a ação do terapeuta.

O grupo de recepção do ambulatório de adultos do IMNS estabeleceu como conduta abrir suas portas todas as segundas e quintas-feiras às 9 horas da manhã, formando um ou dois grupos distintos, dependendo da quantidade de pacientes, conduzidos pela Psicologia, Psiquiatria e mais um estagiário de Psicologia e/ou Enfermagem.

Cabe pensar os critérios de absorção ou não da clientela, visto que alguns destes são absorvidos pela instituição e outros têm como destino um encaminhamento externo. De acordo com duas informantes privilegiadas, foi possível esclarecer o manejo da recepção.

Primeiramente, é pedido ao cliente que leve consigo um documento de identificação e um comprovante de residência. No ato do grupo, lhes são avisados que está acontecendo uma primeira entrevista, e que, secundariamente, haverá mais três encontros. O acolhimento se dá sobre a forma de uma entrevista em grupo, na qual os profissionais estão atentos e preenchem os dados dos pacientes numa ficha. Independente de serem dessa AP ou não, todos são ouvidos, para, em um segundo momento, receberem suas condutas, sendo que os que se mantêm são os moradores da área, e os que residem fora da região são diretamente encaminhados para outros serviços da rede.

Também pode acontecer de, em alguns casos, no lugar de retornarem em grupos para mais três encontros, serem encaminhados imediatamente para a psiquiatria, em geral quando se tratam de situações ou quadros clínicos cujo tratamento exige um atendimento intensivo ou especializado, como psicóticos, para adequação da medicação e entendimento do caso e, dada sua adesão ao tratamento, são matriculados e encaminhados diretamente para tratamento psicológico ou de Terapia Ocupacional (grupo ou individual), caso desejem, demandem ou a médica identifique sua necessidade. Também fazem retorno individual para a médica os casos de solução 'rápida', como laudos ou avaliação diagnóstica que confirme a necessidade de tratamento neurológico.

Àquele que é dado prosseguimento ao tratamento, são marcados três grupos de retorno, o que pode ser feito com a técnica da entrevista inicial ou não, havendo uma continuidade na escuta sobre sua história e seu mal-estar. Em alguns casos de depressão e ansiedade, há encaminhamento conjunto para médico e psicólogo – ainda em avaliação. Ainda que seja medicado, o paciente não é dispensado das entrevistas de retorno, que costumam ocorrer em três encontros (grupo).



Ao lado das soluções, vêm as limitações. Questionamentos surgem acerca da produtividade e aplicabilidade de um tratamento que é feito tanto em grupo como em três encontros.

No desenrolar dos encontros, tem-se uma idéia da dimensão da queixa do paciente, se este se sente responsável pela produção do seu sofrimento. Para aqueles que tem a implicação de sua posição, é analisado a gravidade, e, de acordo com esta, a unidade absorve, sendo encaminhados para a psicoterapia, individual ou de grupo, e, se precisar, concomitantemente para a psiquiatria. Levantei, de acordo com as fichas, diferentes grupos de casos encaminhados – excluindo-se o fato de não serem moradores da área abrangida pelo serviço:

1. psicóticos graves que necessitem de atendimento intensivo e são referenciados para Caps;
2. alcoolistas e drogadictos com história de grande DQ, com inúmeras internações ou que se coloquem em risco em função da adição. Esses pacientes são encaminhados para CapsAd;
3. pacientes com problemas neurológicos — neurologia;
4. pacientes com retardo e que não demandem atenção psiquiátrica — instituições de tratamento e/ou de socialização;
5. pacientes com neurose leve, que não exijam tratamento psiquiátrico — postos de saúde, SPA, clínica social;
6. pacientes com quadros de depressão ou ansiedade mais graves, mas que podem ou preferem fazer tratamento psicoterápico em consultórios particulares, clínica social etc. Alguns desses casos poderiam ou deveriam ser tratados no ACA, mas a falta de vagas não permite que o façam. Às vezes, há vagas para tratamento em grupo, mas o paciente prefere fazer tratamento individual fora do ambulatório.

Ocorre, também, em alguns casos, de pacientes serem poliqueixosos, mas, no entanto, não aplicarem a si a produção do seu sintoma, e sim apenas ao outro, sendo assim impraticável o surgimento de questões, não indo à frente o tratamento. Para esses, é possível manter um tratamento exclusivamente psiquiátrico, desde que o paciente mantenha-se em entrevistas com a médica por mais algum tempo a fim de sustentar seu pedido de tratamento. O paciente só é matriculado e encaminhado ao médico assistente depois de verificada a adesão ao tratamento.

De acordo com a explicitação acima, podemos perceber como o Ambulatório do IMNS maneja clinicamente sua clientela, considerando suas possibilidades e limites, preocupando-se em resgatar os recursos das comunidade para favorecer a reinserção social, demonstrando responsabilidade pelo território, e, não havendo FORMAS/MEIOS/ESPAÇOS/RECURSOS (profissionais, áreas de risco etc.), ele se articula com a rede, a fim de viabilizar a continuidade do tratamento dessa clientela .

Há também casos de pacientes que abandonam as entrevistas e, de acordo com o levantamento de dados do arquivo, verifiquei as razões da não aderência ao tratamento, encontrando os seguintes determinantes, em ordem de maior ocorrência:

– em muitos casos, não foi possível verificar as razões da desistência, não podendo atribuir, através de suas fichas, a alguma causa. O paciente simplesmente não voltou mais, mesmo indo continuamente às consultas;

– outra diz respeito à medicação: o paciente, em suas consultas iniciais, fazia o pedido de medicação, porém não foi identificada necessidade para tal, não recebendo receita e, com isso, ficou bem nítida a desistência do tratamento na sequência;

- boa parte pedia para ser remanejado por haver perto da residência deles um serviço, alegando a distância ou a falta de tempo;
- repetidas remarcações das consultas vinda dos profissionais, seja por questões pessoais e até por conta de feriados, demonstraram grande porcentagem na desistência do tratamento;
- também verificou-se que certos pacientes se julgaram bem após algumas consultas e pediram alta;
- outros alegaram que começaram tratamentos alternativos e, por conta disso, não iriam dar continuidade à psicoterapia;
- alguns se queixaram do fato do tratamento inicialmente ser feito em grupo, não prosseguindo;
- e, por fim, em menor escala, ora foram fazer cirurgias, ora iam para a clínica médica, ora voltaram para seus tratamentos anteriores, ora não tinham demanda.

Para além desses pacientes desistentes, ou seja, aqueles que aderem ao tratamento, o ACA os absorve, para tratamento dos casos graves mas que não exigem o tratamento em Caps (psicoses, alcoolismo e drogadicção). Algumas vezes, casos que, a princípio deveriam ser acompanhados nos Caps, mantêm-se no ambulatório porque a família ou o paciente não aceita o encaminhamento ou não adere ao tratamento no Caps (retornando ao ACA).

As depressões e ansiedades também são absorvidas no ambulatório – constituindo grande parte da demanda atual – em especial quando há tratamento farmacoterápico conjunto. Em geral, casos de “depressões” mais leves (tristezas / lutos) podem se beneficiar de tratamento no posto de saúde ou outros recursos sociais em que haja psicoterapia. No caso de o paciente chegar ao ambulatório em uso de medicação ou precisar ser medicado no serviço, há uma indicação geral de que ele faça também a psicoterapia no ACA a fim de oferecer um dispositivo de tratamento pela palavra e que convoque o paciente a assumir, como sujeito, sua implicação no sintoma e a se indagar sobre o sentido de seu mal-estar.

É pensando na urgência dessa grande demanda e, conseqüentemente, no rápido inchaço dos serviços, que alguns norteadores foram estabelecidos no intuito de organizar a rede. Por conta disso, a estratégia da regionalização foi adotada para aqueles que estão em tratamento e que não são moradores da área de abrangência dos serviços.

Esse trabalho que é feito, o grupo de regionalização, é para aqueles que já se encontram em um longo período de tratamento, anterior às novas concepções da Reforma. E, para aqueles que são novos ingressos, essa medida referente à área programática também é um norte para o encaminhamento à sua região correspondente ao comprovante de residência, possibilitando, assim, essa organização que toda rede precisa, a fim de obter meios de viabilizar assistência a todos.

A partir deste ponto, irei apresentar os resultados obtidos da análise epidemiológica produzida pela entrada da clientela no Ambulatório de Adultos do Instituto Municipal Nise da Silveira, da área programática AP 3.2, na zona norte do Rio de Janeiro, Brasil, através da porta de entrada, o grupo de recepção. O objetivo foi avaliar os índices dos transtornos psiquiátricos entre adultos nessa comunidade, estudei os dados que retirados da ficha da entrevista inicial, preocupando-me em obter variáveis tais como nome, idade, sexo, origem, motivo, medicação, internação, diagnóstico e conduta, interna ou externa.



Em um dos resultados obtidos, percebemos que o ACA responde pelos bairros de sua área de abrangência, correspondendo a 89,88% dos clientes daquele período, e que, eventualmente, atende na recepção moradores de outra área, equivalente a 10,12% da clientela.

No que diz respeito ao sexo, os transtornos mentais incidem 38% sobre o sexo masculino e 62% sobre o feminino. Visto que a procura é maior entre as mulheres, isso me faz pensar que o adoecimento talvez seja maior entre elas, ou as mulheres podem procurar mais tratamentos que os homens ou fala também da dificuldade do homem de procurar tratamento.

Visto que o ambulatório é de adultos, temos apenas 0,98% da procura entre os menores de 18 anos; dos 19 aos 34, temos 21%; dos 35 a 64 anos, temos 61,93%; e dos 65 para cima, temos 16,08%.

Para olharmos concretamente o funcionamento da rede assistencial, temos os dados das origens dos clientes, ou seja, através de quem eles foram encaminhados a esse serviço: do total, 73,72% correspondem a demanda espontânea; 6,72%, de Pams; 4,98%, de Hospitais do Município; 2,3%, de Centro Municipal de Saúde e Posto de Saúde; 1,44%, de Hospitais Psiquiátricos do Município; 1,13%, de Caps; 2%, de encaminhamento interno do IMNS; 3,47% não informaram; 4,24%, de outros.

Antes da mudança do processo dos grupos de recepção, quando ainda eram atendidos pela emergência do hospital, quase 100% dos casos eram medicados. Nessa pesquisa, foi levantado que 48,64% não estão fazendo o uso de medicação, enquanto 45,02% a fazem. Os outros 6,34% não informaram.

Nessa pesquisa, não foi possível obter dados referentes à quantidade de pacientes egressos da internação, no entanto pude identificar quantos já foram internados, correspondendo a um total de 12,46% (variando de uma a cinco internações), enquanto 83,38% nunca foram internados e 4,15% não informaram.

Fazendo o cruzamento dos dados do uso da medicação com os da internação, cheguei às seguintes conclusões: **dos pacientes que nunca foram internados**, 57% não fazem uso de medicação, enquanto 43% o fazem.

Dos pacientes que foram internados, sem informar o número de vezes, 19% não estava fazendo o uso da medicação até o momento do grupo de recepção, enquanto 81% o faziam. **Dos que informaram ter sido internados uma vez**, 11% não estava fazendo uso de medicação, enquanto 89% o faziam; **dos que havia tido duas internações**, 33% não estavam medicados, para 67% que estavam; **dos que haviam sido internados três vezes**, 50% estava medicado, enquanto 50% não estava; e, por fim, **dos que foram internados quatro ou cinco vezes**, 100% estavam medicados.

Já no Grupo de Recepção se estabelecem alguns planos àquele que busca atendimento. Como conduta imediata após o G.R., verificamos que metade da demanda, ou seja, 50%, é encaminhada para a Psicologia e 35% para a Psiquiatria, ambos são serviços internos do ambulatório; e 25% foram encaminhados para outros serviços externos.

Se faz necessário ter conhecimento sobre quais sofrimentos vivem a clientela que o ACA atende. Para isso, através de uma escuta clínica da queixa do paciente, da história da doença do paciente e da ficha de perguntas estruturadas, foi possível chegar à prevalência dos seguintes diagnósticos: F00 – F09: 0,39%; F10-F19: 6,86%; F20-F29: 16,78%; F30-F39: 29,29%; F40-F48: 32,81%; F50-F59: 2,73%; F60-F69: 0,48%; F70-F79: 2,72%; F80-F89: 0,08%; G: 2,92%; não informado: 4,94%.

Para além do simples enquadramento do sujeito em cada diagnóstico - que não diz nada singular dele, apenas um conjunto de sinais e sintomas -, esse instrumento tem seu valor para pensarmos numa versão transformadora das Políticas Públicas como uma possibilidade de enxergar aqueles de que estamos tratando, se estes recebem tratamento adequado e democrático das ações dos espaços coletivos, que tentam, pelo trabalho multiprofissional, construir um espaço de produção de vida, criador e mantenedor do direito à cidadania.

E, por último, por meio dos dados do cruzamento do diagnóstico com a faixa etária, foi possível observar que:

- Os menores de dezenove anos aparecem em menor número em todos os diagnósticos;
- Os de 20-34 anos aparecem com predominância nos transtornos fóbico-ansiosos, casos de retardo mental, epilepsia e transtornos psicóticos agudos e transitórios;
- Os de 35-49 anos aparecem mais nos casos de episódio depressivo, transtornos ansiosos, psicose não orgânica, transtorno afetivo bipolar, psicoses agudas e transitórias e reações ao stress grave e transtornos de adaptação, embora nessa faixa de idade tenha ocorrência notável em todos os diagnósticos;
- Os de 50-64 anos aparecem episódio depressivo, transtornos ansiosos, psicose não orgânica, transtorno misto ansioso-depressivo, transtornos psicóticos agudos e transitórios, transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool, retardo mental leve, transtorno não orgânico do sono devido a fatores emocionais;
- Os de 65-80 anos aparecem prevalecendo os outros apenas em epilepsia, no entanto, aparecem também em episódios depressivos, transtornos ansiosos, transtorno não orgânico do sono devido a fatores emocionais, porém estes em menor escala;
- Os maiores de 80 anos apresentam baixo índice em todos os diagnósticos, dentre esses, os que mais sobressaem são episódio depressivo e transtorno misto ansioso-depressivo.

Faz-se necessário salientar que esses dados referentes à idade não dizem respeito ao surgimento do sofrimento psíquico, e sim ao momento em que os pacientes procuram ajuda, seja a primeira vez ou não.

Discussão/ Conclusão

Este trabalho tinha como objetivo avaliar a porta de entrada do ambulatório através da análise do material recolhido no período de um ano, material este provido dos pacientes que foram até o ambulatório buscar atendimento. Foi-me proporcionado, através dessas pessoas, traçar o perfil da clientela, garantindo a confidencialidade da mesma.

O caminho foi árduo, trabalhoso, no entanto bastante compensador. Além de seguir em busca dos objetivos, tive a oportunidade de conhecer e refletir sobre o sistema de atenção à saúde mental e políticas públicas do Rio de Janeiro que, há menos de um ano, era para mim um assunto desconhecido.



Ao iniciar as pesquisas, tinha uma idéia passageira de quais poderiam vir a ser os resultados e, com o caminhar, o que estava na fantasia se transformou em realidade, fazendo com que eu percebesse a mudança na recepção como algo concreto e não apenas ideológico.

Pensar sobre a articulação inicialmente não é nada simples. Contudo, os dados confirmaram-me que o ambulatório interage e articula com a rede assistencial, como demonstraram as reflexões sobre a origem dos pacientes, indicando de onde os pacientes vêm encaminhados. Ou então sobre a conduta do paciente, demonstrando que o ambulatório utiliza os outros serviços da rede para fazer encaminhamentos, sejam eles por falta de recursos (que há indubitavelmente), sejam pelo princípio da reorganização da rede e da atenção (pacientes novos que não são da AP 3.2 são encaminhados para sua respectiva área).

Fica evidente a imprescindibilidade do ambulatório, devido à grande demanda por esse serviço. Em um ano, passaram pela porta de entrada 1.324 pessoas buscando atendimento. E, para além disso, fica claro que, pelo menos nessa região, é o ambulatório que ordena e articula com os demais serviços da rede.

O ambulatório modificou sua recepção a fim de reorganizar a porta de entrada do serviço, visto todo procedimento até a matrícula do paciente no serviço e qualificou-a: acolhendo, avaliando e encaminhando toda essa demanda que estava reprimida. Infelizmente, se não fosse pela falta de recursos, tal como poucos profissionais para o montante de pacientes (não só o ambulatório, como todos os serviços), mais pacientes teriam acesso a um tratamento contínuo, mas não é isso que acontece, percebi que a demanda não está mais represada, porém existe uma parcela de pacientes que ficam, digamos, flutuando entre os serviços, a espera de uma brecha para obter um atendimento fixo. Portanto, se existissem mais investimentos nos profissionais, tanto o acesso quanto a qualidade seriam de ponta.

Foi com sucesso que efetuei a avaliação dos indicadores de encaminhamento, absorção e motivos de desistência, mas como nem tudo é perfeito, sobre as razões de aderência dos pacientes no tratamento não me foi possível debruçar.

Entretanto, o mapeamento da clientela foi feito, e vemos que a clientela é vasta, embora a avalanche de casos de ansiedade e depressão tenham levado o serviço a privilegiar a oferta de psicoterapia para aqueles que apresentam esses sintomas e não para as psicoses. Recentemente, o ACA tem procurado rever tanto essa posição quanto, acredito, a urgência de implementar grupo de aconselhamento aos familiares, visto que eles adoecem tanto quanto o paciente, e a falta de informação é desoladora e produtora de doença.

Outra questão importante é que, com a reorganização da porta de entrada, ocorreu uma acessibilidade aos moradores da área, que não precisam mais de favores ou relações pessoais para chegar ao tratamento. Essa reorganização também traz um problema, pois é mais fácil um paciente recém-chegado ao ACA ter acesso à psicoterapia do que um paciente antigo no serviço.

Referências Bibliográficas

BERLINSKY, Israel. *I Seminário de Ambulatórios - Rede de Saúde Mental de Niterói. Ambulatório: Novos rumos, novas questões*. Niterói, 2007.

BRASIL, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro/Coordenadoria de Saúde Mental. *Recomendações sobre atendimento em Saúde Mental na Rede Básica*. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. Ministério da Saúde. Série E, Legislação de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1114. Acesso em: 25 de setembro de 2008.

MELLO, M. F. de & Mello, A. A. F. & KOHN, R. *Epidemiologia de Saúde Mental no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Raquel de. *A clínica da recepção nos dispositivos de Saúde Mental: a recepção em grupo no ambulatório do IPUB/UFRJ*. Cadernos do IPUB Vol. VI, nº 17, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas*. Trad: Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

TENÓRIO, Fernando. *A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Rio Ambiciosos, 2001.

URH, Deborah. *Psicanálise aplicada à Instituição de Saúde Mental: o Grupo de Recepção como tratamento da demanda*. Rio de Janeiro, 2006

Pareceristas

Alessandra Daflon dos Santos [CRP 05/26697]

Mestre e doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ e professora adjunta da Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí

Carla Silva Barbosa [CRP 05/29635]

Psicóloga, mestre em Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ e profissional de Saúde do Município do Rio de Janeiro

Christina Pinto da Silva Bastos [CRP 05/22936]

Mestre em Educação – UFF, doutora em Psicologia Social – UERJ e professora adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia - UERJ

Hebe Signorini Gonçalves [CRP 05/2232]

Mestre e doutora em Psicologia – PUC/RJ, professora adjunta do Instituto de Psicologia – UFRJ, membro associado do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC-UFRJ) e do Conselho Diretor do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI)

José César Coimbra [CRP 05/20822]

Mestre em Teoria Psicanalítica – UFRJ, especialista em Psicologia Jurídica - UERJ, psicólogo no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO

José Eduardo Menescal Saraiva [CRP 05/23758]

Mestre em Psicologia – PUC-Rio, especialista em Psicologia Jurídica – UERJ e psicólogo no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

José Novaes [CRP 05/980]

Conselheiro presidente da Comissão de Orientação e Ética do CRP-RJ, Graduado em Psicologia e Filosofia, doutor em Comunicação Social e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Lygia Santa Maria Ayres [CRP 05/1835]

Conselheira presidente do CRP-RJ, psicóloga clínica, doutora em Psicologia Social, coordenadora do Programa de Intervenção voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social (PIVETES) do SPA/Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora adjunta do Centro Universitário Carioca

Luciana Knijnik [CRP 05/33458]

Psicóloga, militante de Direitos Humanos, mestre em Psicologia – UFF e membro da Equipe Clínico-Grupal do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro

Luciene Alves Miguez Naiff [CRP 05/22840]

Doutora em Psicologia Social – UERJ e professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira

Mariana de Medeiros e Albuquerque Barcinski [CRP 05/27318]

Doutora em Psicologia pela Clark University e professora adjunta do Departamento Interdisciplinar do Pólo Universitário de Rio das Ostras - UFF

Paula Land Curi [CRP 05/20409]

Doutoranda do Programa de Psicologia Clínica da PUC/SP, mestre pelo programa de Pós-Graduação em Pesquisa em clínica em Psicanálise – UERJ, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, psicóloga da Maternidade Carmela Dutra, gestora e professora da Universidade Salgado de Oliveira

Paulo Roberto Mattos da Silva [CRP 05/3583]

Professor associado II da Universidade Federal Fluminense, coordenador do Serviço de Psicologia Aplicada da Área Cirúrgica do Hospital Universitário Antônio Pedro – GSI/HUAP – UFF, diretor do Laboratório de Psicopatologia fundamental, Psicanálise e Psicossomática do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF e coordenador do Projeto “Psicanálise em tela: cinema e psicanálise”

XII Plenária do CRP-RJ

Diretoria Executiva

Lygia Santa Maria Ayres – presidente [CRP 05/1832]
Vivian de Almeida Fraga – vice-presidente [CRP 05/30376]
Lindomar Expedito Silva Darós – tesoureiro [CRP 05/20112]
Maria da Conceição Nascimento – secretária [CRP 05/26929]

Conselheiros

Alessandra Daflon dos Santos [CRP 05/26697]
Ana Carla Souza Silveira da Silva [CRP 05/18427]
Ana Lúcia de Lemos Furtado [CRP 05/0465]
Ana Maria Marques Santos [CRP 05/18966]
Cecília Maria Bouças Coimbra [CRP 05/1780]
Eliana Olinda Alves [CRP 05/24612]
Elizabeth Pereira Paiva [CRP 05/4116]
Érika Piedade da Silva Santos [CRP 05/20319]
Fernanda Brant Gabry Stellet [CRP 05/29217]
Francisca de Assis Rocha Alves [CRP 05/18453]
Janaina Barros Fernandes [CRP 05/26927]
José Henrique Lobato Vianna [CRP 05/18767]
José Novaes [CRP 05/980]
Karine Neves Mourão [CRP 05/28863]
Luciléia Pereira [CRP 05/29453]
Luiz Fernando Monteiro P. Bravo [CRP 05/2346]
Márcia Ferreira Amêndola [CRP 05/24729]
Maria Márcia Badaró Bandeira [CRP 05/2027]
Marília Alvares Lessa [CRP 05/1773]
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira [CRP 05/24995]
Pedro Paulo G. de Bicalho [CRP 05/26077]
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira [CRP 05/10564]
Samira Younes Ibrahim [CRP 05/7923]
Suyanna Linhales Barker [CRP 05/27041]
Vanda Vasconcelos Moreira [CRP 05/6065]
Wilma Fernandes Mascarenhas [CRP 05/27822]

Realização:



Conselho Regional de Psicologia
do Rio de Janeiro

Sede | Rio de Janeiro | (21) 2139 5400 | Rua Delgado de Carvalho, 53 Tijuca cep. 20260-280 Rio de Janeiro RJ
Subsedes | Leste Fluminense - Niterói (21) 2717 3211 | Baixada Fluminense - Nova Iguaçu (21) 2768 0007
Região Serrana - Petrópolis (24) 2243 0834 | Norte Fluminense - Campos dos Goytacazes (22) 2728 2057
www.crprj.org.br | crprj@crprj.org.br



É extremamente gratificante poder compartilhar com a categoria profissional e com a sociedade de forma geral mais uma edição do Caderno do Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira.

Dar visibilidade às práticas psicológicas, bem como provocar a categoria profissional a pensar nos efeitos que nossas práticas produzem no mundo, em nós e na vida das pessoas foram e são pilares de nossa gestão no Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região.

Parabenizo os autores, pois as obras vencedoras - tanto as da categoria estudante quanto as dos profissionais - brilham pela seriedade com que sustentam suas ferramentas de trabalho (corpo teórico) em prol da autonomia do cidadão.

Pegando carona com Félix Guattari, nosso grande desafio é desviarmos-nos da abafada avenida-hegemonia subjetiva para trilharmos por entre ruelas, becos-saída onde circule o vento para processos de singularização.

Parabéns a todos!

Lygia Santa Maria Ayres
Conselheira-presidente do CRP-RJ

Rio de Janeiro, 2010

Realização:



Conselho Regional de Psicologia
do Rio de Janeiro